

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 5 de Janeiro de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1100 • Director: Carlos Brito

Nota da Comissão Política

CONFIANÇA E LUTA PELA MUDANÇA DEMOCRÁTICA

Págs. 4 e 5

Do velho CDS à demagogia do PP

• Artigo de
Carlos Luís Figueira

Pág. 14

Marinha Grande vem a Lisboa

Págs. 7 e 24

Vaticano Três proveitos no mesmo saco

• Jorge André

Pág. 15



Seminário Nacional sobre a Festa do «Avante!»
Centrais

Uma Festa maior e melhor

O ano em entrevistas

As entrevistas do «Avante!» em 94

Págs. 18 e 19

(The complex block contains several small portraits of individuals, likely political figures, and short text snippets related to the 'Year in Interviews' feature.)



Os mineiros do Pejão lutam pelos seus postos de trabalho

RESUMO

28
Quarta-feira

Os vidreiros e a população da Marinha Grande voltam a cortar a estrada e a linha do Oeste ■ O presidente da Câmara da Marinha Grande encontra-se com Mário Soares e o Governo garante que não haverá carga policial na manifestação de amanhã ■ O PCP manifesta-se contra a eventual participação de tropas portuguesas numa força da NATO na Bósnia ■ A Fenprof considera a reunião com Manuela Ferreira Leite como «deserto negocial» ■ Pedro Santana Lopes renuncia ao seu mandato de deputado ■ Cavaco Silva cancela a reunião semanal com Mário Soares, invocando inexistência de matéria relevante ■ A polémica em torno da descoberta de gravuras rupestres no vale do Foz Côa é assunto de primeira página no jornal norte-americano Herald Tribune ■ As tropas russas preparam um assalto à capital tchetchena ■ Inicia-se uma cimeira de emergência em Alexandria entre dirigentes sauditas, egípcios e sírios.

29
Quinta-feira

Realiza-se uma manifestação na Marinha Grande, em que, além dos vidreiros e da população, participam cidadãos vindos de todos os pontos do país ■ Os mineiros do Pejão cortam a Estrada Nacional 222, indignados com a inauguração de um monumento ao mineiro no dia em que as minas encerram ■ O Conselho de Ministros decide aumentar o salário mínimo para 52 contos. A CGTP propõe um aumento de 7 500\$00 ■ António Champalimaud assegura a compra de 50 por cento do capital do Banco Totta e Açores ao Banesto e a Menezes Falcão ■ A esquerda italiana volta a pedir ao presidente Scalfaro a formação de um governo constituído por técnicos ■ A cimeira árabe manifesta apoio à Síria nas negociações com Israel e alerta o Iraque para não abrir as portas ao diálogo com o Estado hebreu.

30
Sexta-feira

Os mineiros do Pejão continuam a obstruir a estrada, prometendo desbloquear no fim-de-semana e regressar segunda-feira às acções de protesto ■ A ofensiva russa começa a ser bloqueada pelos independentistas ■ Boris Ieltsin cria uma comissão de vigilância dos direitos humanos na Tchetchénia ■ Os croatas da Bósnia afirmam que «não se consideram vinculados» ao acordo de cessar-fogo assinado entre os sérvios e os muçulmanos ■ Após compromissos por parte dos EUA, a Coreia do Norte liberta o piloto americano que mantinha em cativeiro há duas semanas.

31
Sábado

Os mineiros do Pejão anunciam que vão cessar os seus protestos

durante 15 dias, altura em que se realizará um plenário ■ É assinado um acordo entre sérvios e muçulmanos sobre a cessação das hostilidades na Bósnia-Herzegovina por um período de quatro meses, eventualmente renováveis ■ Jonas Savimbi afirma que os Acordos de Alvor, assinados em 75, foram uma cilada portuguesa contra os angolanos ■ Os tanques russos chegam ao centro de Grozny, apesar da resistência tchetchena que continua a fazer-se sentir.

1
Domingo

Ocorrem novos confrontos entre timorenses e a polícia, depois de manifestações contra a soberania indonésia ■ Entra em vigor, na Bósnia, o acordo entre sérvios e muçulmanos ■ As tropas russas cercam o palácio presidencial de Grozny ■ O exército zapatista reclama a formação de um «movimento de libertação nacional» encarregado de lutar por um governo de transição ■ Fernando Henrique Cardoso é empossado como Presidente do Brasil ■ Ocorre um tremor de terra em Tóquio, um incêndio num hotel de Antuérpia e um desbaratamento na Índia.

2
Segunda-feira

Os vidreiros da Marinha Grande mantêm o corte da estrada e da via férrea, enquanto o seu sindicato tenta desbloquear verbas para os salários ■ Sob o lema «trabalham todos ou não trabalha nenhum», os mineiros do Pejão impedem a entrada de ex-colegas e propõem a reintegração à administração ■ A CGTP critica a actuação das entidades oficiais no caso da Pereira Roldão ■ As minas da Panasqueira retomam a exploração de volfrâmio ■ Numa mensagem de Ano Novo, Xanana Gusmão desafia a Indonésia a realizar um referendo sobre o futuro de Timor-Leste ■ Depois de 48 horas de combates, as forças tchetchenas tomam posse do centro de Grozny ■ Yitzhak Rabin ordena a suspensão do alargamento de Ephrat junto de El-Khader ■ É anunciado que as forças armadas vão prolongar por 95 a operação de combate ao tráfico de droga no Brasil.

3
Terça-feira

Os vidreiros da Manuel Pereira Roldão concentram-se mais uma vez para saber qual o futuro da empresa ■ É apresentado, em Lisboa, o programa da presidência portuguesa da UEO ■ Em conferência de Imprensa, a CP do PCP exige mais uma vez a «urgente clarificação política, com recurso à demissão do Governo, à dissolução da AR e à correspondente antecipação das eleições legislativas» ■ São noticiados mais incidentes em Timor-Leste, opondo estudantes timorenses à repressão da polícia indonésia ■ Israel e OLP regressam à mesa das negociações, ameaçadas com os acontecimentos de ontem na Faixa de Gaza.

Início prometedor

O ANO de 1995 inicia-se, no nosso país, sob o signo de importantes lutas dos trabalhadores.

É certo que estas lutas constituem resposta a gravíssimas e em alguns casos dramáticas situações que ameaçam as condições de vida da população laboriosa. É verdade também que sem elas a situação seria incomparavelmente pior no presente e muito pior no futuro. Por isso é que constituem um início de ano prometedo e um motivo de esperança.

Salientam-se, entre elas, pela natureza dos problemas que as suscitaram - salários em atraso, encerramento e despedimentos colectivos - bem como pela maciça participação e combatividade e pelas vigorosas formas de acção, as lutas dos vidreiros da Manuel Pereira Roldão, da Marinha Grande, e dos mineiros das minas do Pejão.

A repressão que o Governo de Cavaco Silva desencadeou contra a luta dos vidreiros da Manuel Pereira Roldão, nomeadamente, as ferozes cargas policiais, longe de os fazerem recuar concitaram a atenção da opinião pública sobre as suas justíssimas razões e despertaram um vasto movimento de solidariedade na cidade e no país, que teve especial representação na manifestação de quinta-feira, dia 29 de Dezembro.

A luta da Manuel Pereira Roldão é, como a experiência demonstra, o caminho certo para os trabalhadores desta empresa fazerem valer os seus direitos e interesses face a uma administração corrupta e a um Governo cúmplice da exploração e da avidez patronais. É mais do que isso, porém. É um exemplo para os trabalhadores que se encontram ou possam vir a encontrar-se em semelhante situação.

Entretanto, além destas mais importantes movimentações, estão também a ser retomados muitos outros processos, nomeadamente no domínio da contratação colectiva, e as atenções combativas dos trabalhadores convergem para a nova jornada geral de luta já fixada para o dia 26 de Janeiro.

Muito oportunamente, a Comissão Política do PCP voltou a salientar, na sua Nota da passada terça-feira, «o papel fundamental e decisivo que o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas da população, da sua convergência e solidariedade recíprocas, desempenham na defesa de direitos e conquistas sociais fundamentais, na resistência à política do Governo, e na acumulação de condições sociais e polí-

ticas favoráveis a uma viragem democrática na situação nacional».

Pelo lado do Governo, a sua actuação, nos derradeiros dias de 1994 e no início do ano presente, distinguiu-se por novos atentados às condições de vida de grande massa dos portugueses, à democracia e ao interesse nacional.

Na repressão aos vidreiros da Marinha Grande, constituem motivo de especial preocupação não só as selváticas cargas da polícia, mas o dispositivo de carácter militar utilizado pelas forças policiais, como denunciou o deputado João Amaral na Assembleia da República, o que indicia que há da parte do Governo, e em especial do ministro Dias Loureiro, perigosos propósitos de escalada em matéria de repressão.

No plano económico-social, é esclarecedor que o mesmo Governo que decreta míseros aumentos das reformas e pensões, que «actualiza» os vencimentos da função pública abaixo da

É certo que estas lutas constituem resposta a gravíssimas e em alguns casos dramáticas situações que ameaçam as condições de vida da população laboriosa. É verdade também que sem elas a situação seria incomparavelmente pior no presente e muito pior no futuro. Por isso é que constituem um início de ano prometedo e um motivo de esperança.

inflação prevista e o salário mínimo nacional em apenas mais 90\$00 por dia, prepare uma nova e gigantesca transferência de fundos públicos (desta vez, de 60 milhões de contos) para os bolsos dos latifundiários do Sul, ainda a pretexto de «indenizações» pela reforma agrária.

Entretanto, com o agravamento do IVA e o aumento da carga fiscal sobre os combustíveis, está em curso uma vasta escalada de aumento dos preços que irá reduzir ainda mais as «actualizações» salariais já verificadas e as que o Governo e o patronato se propõem impor.

Ao mesmo tempo, multiplicam-se (à pressa como se receassem não poder completar a «obra») as protecções governamentais à restauração dos grupos capitalistas monopolistas da tempo do fascismo, constituindo um escândalo especialmente preocupante as que têm sido proporcionadas à reconstituição do império de Champalimaud que, depois de ter tomado conta do Banco Pinto &

Sotto Mayor, se prepara agora para dominar o Banco Totta & Açores, ficando a comandar uma parte significativa da economia nacional.

Toda esta situação, o generalizado descontentamento tanto pelos atentados da governação do PSD contra os interesses populares, como pelo fracasso das suas metas no plano económico-social, e os actos de resistência, protesto e luta em que este descontentamento se está a traduzir, constitui condição muito favorável para o desmascaramento e isolamento do Governo e para a intensificação da acção visando a sua demissão, num quadro de antecipação das eleições legislativas, que pressupõe, naturalmente, também a dissolução da Assembleia da República.

Estas condições tornam-se ainda mais favoráveis pela indistigável crise interna que o PSD está a atravessar, em resultado, principalmente, do seu falhanço político e do desgaste provocado pelo envolvimento de muitas das suas principais figuras em escândalos de corrupção.

O decantado psicodrama de Cavaco Silva, sendo, como tudo o indica, uma grande manobra para tentar reganhar um novo fôlego, é uma das manifestações e das mais significativas desta profunda crise do partido do Governo.

É verdadeiramente nestas condições que o «poder laranja» se apresenta na presente crise político-institucional de que, além do mais, é o principal fautor.

Estas condições recomendam que não se dê tréguas ao Governo, que não se dê espaço e sobretudo que não se lhe dê tempo para recuperar e se relançar numa nova ofensiva, especialmente com os trunfos dos «sacos azuis» do Orçamento e dos fundos comunitários.

Interpretando o interesse nacional e os interesses do regime democrático, é esse o sentido com que o PCP tem intervenido na crise pronunciando-se claramente, especialmente a partir da reunião do Comité Central, de 12 e 13 de Dezembro, por uma clarificação da situação, compreendendo a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a antecipação das eleições legislativas.

A intervenção do PS, pelo contrário, parece orientada pelo propósito precisamente oposto: o de dar ao Governo todo o campo de manobra e todo o tempo para poder recuperar.

Imbuído de eleitoralismo até à medula, o PS vive na ilusão de que o poder lhe cairá no regaço sem qualquer risco e não quer saber que se agrava para a grande maioria dos portugueses as penosas consequências do prosseguimento da desastrosa política do Governo do PSD.

O tempo mostrará que a clarificação que a situação do país exige é aquela, e só aquela, que o PCP preconiza.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sácio Pereira Gomes
- 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sácio Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis - 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!» - Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
- 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linhó - 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B.L. 227 - 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ª-A 1100 Lisboa
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Dois pregoeiros da repressão

Vasco Graça Moura, desde que escreve ao serviço do Governo do PSD, especializou-se no ataque boçal e na linguagem insultuosa em relação aos adversários políticos e, em geral, numa truculência verbal que esconde mal a falta de razão e até de convicção.

Por isso mesmo, apesar de muito esforçado e de muito usado nos jornais e na televisão, permanece ignorado do grande público e nem parece que tenha progredido muito no universo cavaquista.

O único interesse dos seus escritos consiste em revelar com obtusa franqueza concepções antidemocráticas dominantes no cavaquismo e que outros seus correligionários têm artes de abordar de maneira mais elaborada.

A crónica que Graça Moura escreveu no «Diário de Notícias» do passado domingo para justificar e «legitimar» a brutalidade policial contra os trabalhadores da Manuel Pereira Roldão, da Marinha Grande, não é essencialmente diferente da que Pacheco Pereira tinha escrito no «Expresso» da véspera, com idêntico objetivo.

Partem da mesma concepção fascizante da ordem e da sua manutenção, revelam as mes-

mas inclinações repressivas, mentem da mesma maneira sobre os factos, apelam da mesma forma ao anticomunismo.

Curiosamente, Pacheco remata a sua peça sentenciando que o Estado não pode «fechar os olhos a um novo PREC», enquanto Moura fecha a sua despejando: «Há situações em que essa massa (os trabalhadores, no caso) se converte em canalha. A canalha intima-se a dispersar. Quando não dispersa varre-se.»

Assim, tal e qual, como os indonésios costumam fazer aos timorenses.

Mas é isso também que está implícito na crónica e na sentença final de Pacheco Pereira.

Não há como estes desabafos para se ter toda a dimensão do autoritarismo antidemocrático do cavaquismo. O que eles não «varriam» se pudessem...

Estes dois ornamentos intelectuais do cavaquismo fardam-se assim, mais uma vez, de polícias de intervenção na comunicação social e transformam-se em verdadeiros pregoeiros da repressão.

Procuram apesar de tudo atenuar a sua vergonhosa missão com alguns artifícios que importa desmascarar:

- a tentativa de responsabilizar «os trabalhadores cuja intransigência impede qualquer solução de compromisso», o que é absolutamente falso e tem sido demonstrado ao longo de muitos meses de luta e de paciente procura de soluções por parte dos trabalhadores;

- a tentativa de apresentar como actos criminosos e insurreccionais aquilo que hoje na generalidade dos países ocidentais é admitido como formas de protesto e desobediência cívica;

- a tentativa de apresentarem como uma mera manobra contra o Governo, manipulada pelo PCP e outra oposição, esta justíssima luta denunciadora de uma situação social especialmente dramática, que de todo ignoram.

Há neste comportamento destes dois serviçais do Governo o mesmo sinal de degradação não só política, mas também moral, que se manifesta de outras maneiras e noutras situações em toda a crise do PSD e que tem como recentes expoentes os casos do Raimundo, da Guarda, e de Duarte Lima.

Tudo mostra que a laranja está podre e aqui é que se justifica dizer: é preciso varrê-la!

■ Carlos Brito

Marinha Grande, grande

«A Marinha Grande é uma lição», explica o editorial do «Público», assinado por José Manuel Fernandes (JMF). E explica porquê. É assim: o Governo, mandando carregar à bastonada, não teve em conta «os antecedentes históricos e políticos» da Marinha Grande, nem «a situação social potencialmente explosiva», nem «a quadra natalícia» que é propícia à « projecção mediática» destas situações porque é uma época em que há «falta de notícias».

A agravar esta situação, os trabalhadores, «em desespero», entraram por «formas de luta à moda antiga», tais como «cortes de estrada acompanhados (...) por pequenos actos de vandalismo», coisa que, ensina JMF, um «Estado de direito não pode tolerar».

«Isto tudo devia ter entrado pelos olhos dentro dos responsáveis governamentais, mas não entrou», lamenta JMF. E foi esta «insensibilidade política» que levou a que «polícias e comandantes que não sabem manter o sangue frio», não soubessem, também, distinguir «manifestantes de crianças, de padres e de jornalistas».

Daí que, geme JMF, a opinião pública tenha tomado partido pelos trabalhadores.

JFM termina com a esperança em que o Governo tenha aprendido a lição. Fundamenta-a no facto de a polícia não ter carregado sobre os milhares de pessoas que, no dia 29, desfilaram na Marinha Grande numa das maiores manifestações de sempre ali realizadas.

Quer isto dizer que JMF admitia que o ministro da repressão interna mandasse carregar sobre os manifestantes, tanto mais que «Loureiro é um canalha, manda bater em quem trabalha» foi uma das palavras de ordem mais gritadas na manifestação.

Quer isto dizer ainda que, para JMF, se as cargas policiais tivessem passado despercebidas ou incidissem apenas sobre os trabalhadores e não atingissem «crianças, padres e jornalistas» tudo estaria bem. Porque ninguém saberia de nada e porque o «Estado de direito» tolera os salários em atraso, o desemprego e o risco de desemprego, mas não tolera que os trabalhadores usem as armas que têm, ou seja, a sua coragem, a sua determinação, a sua unidade, para defenderem os seus interesses e direitos.

A luta dos trabalhadores da MP Roldão, com a qual a população da Marinha Grande se solidarizou totalmente, e que é apoiada por trabalhadores de todos os pontos do país é uma lição de lucidez, de dignidade, de valentia que JMF jamais compreenderá.

Os trabalhadores da MP Roldão e o povo da Marinha Grande — com particular destaque para a juventude marinhense — mostraram com exemplar clareza a importância da luta, que lutar vale a pena e que por isso a luta continua.

O «Público», o «Diário de Notícias», o «Independente» e o «Expresso» (pelo menos estes) têm supervalorizado — por razões que a verdade desconhece — o papel do Presidente da Câmara da Marinha Grande na situação. Alguns desses jornais consideraram-no a «figura da semana», assim demonstrando que não só não querem aprender seja que lição for como persistem em despudoradas práticas de manipulação informativa. Porque as figuras da semana que passou — e estou em crer que assim será na actual semana — foram, indubitavelmente, os trabalhadores da MP Roldão e a juventude e o povo da Marinha Grande.

■ José Casanova

Conversa de apagadores

Na última edição do «Expresso», o seu director sentenciava num «dicionário político» de 1994 que o PCP «teve um ano muito apagado».

Como isto anda tudo ligado, é justo dizer que não é de estranhar que José António Saraiva decrete o apagamento do PCP pois o seu conhecimento da realidade é tão grande que, onze páginas adiante, em editorial, veio escrever, a propósito do problema da Manuel Pereira Roldão, que «os trabalhadores não receberam desde há dois anos, cerca de três salários e meio (incluindo subsídios), o que é lamentável, mas não configura uma situação desesperada (!!!).

Compreende-se que José António Saraiva não esteja em condições de perceber o desespero que representa para os trabalhadores da MPR a falta sucessiva de três salários e que representaria para muitos outros trabalhadores o não recebimento de um só salário que fosse. É que J.A.S., em resposta a um inquérito

de «O Diabo» sobre os rendimentos de diversas personalidades, escusando-se a revelar os seus, sempre acrescentou que «eu mantenho com o dinheiro uma relação muito desinteressada», coisa que, como é evidente, só é permitida a quem afigure consideráveis rendimentos e esteja longe dos apertos que muitos portugueses conhecem.

É assim caso para dizer que o director do «Expresso» avalia a situação dos trabalhadores da MPR pelo conforto da sua conta bancária e avalia o desempenho do PCP em 1994, não dando balanço isento ao que o PCP efectivamente fez e conseguiu, mas como resultado de se ter posto a folhear os 52 números do «Expresso» de 1994 nos quais o PCP foi deliberadamente «muito apagado».

E, para ficar completa esta conversa de apagadores que depois «constatam» apagamentos, só falta que, um dia destes, o Miguel Sousa Tavares se ponha a visionar os onze programas já transmitidos da nova

série do «Terça à Noite» - propagandeado por M.S.T. como «o programa mais democrático da televisão portuguesa» - e, constatando que nem um comunista se sentou naquela mesa de debate, venha então concluir que finalmente está cumprida a sua rancorosa sentença de Agosto de 1991 de que «o PCP acabou e ainda bem».

A verdade é que os apagadores de serviço sabem tão bem como as vítimas dos seus apagamentos que não esteve «muito apagado» o partido que, entre muitas outras importantes coisas, conseguiu que um dos temas mais fortes que emergiu no debate político depois das eleições autárquicas e europeias tenha sido precisamente o da indispensabilidade do PCP para uma solução política alternativa à direita; que desempenhou, pelo seu apoio e pela assumida acção dos seus militantes, um papel de relevo na marcante luta da Ponte 25 de Abril e que, em estrita coerência com as posições anteriores, foi o único a protaga-

nizar a exigência da abolição das portagens que, segundo uma sondagem do «Expresso», correspondia à opinião de uma larga maioria dos portugueses; que, com uma intervenção dinâmica, séria, qualificada e responsável no Congresso «Portugal: que futuro?» condenou ao fracasso os sonhos e manobras dos que, no PS, aspiravam a instrumentalizar tal iniciativa em exclusivo proveito próprio; que viu um vasto movimento estudantil erguer-se em torno de reivindicações essenciais, definidas autonomamente mas em correspondência com posições de há muito defendidas pelo PCP; que desempenhou pela sua orientação e valores e pela tenacidade e dedicação dos seus militantes um papel fundamental na dinamização e desenvolvimento da luta social.

Os apagadores sabem tudo isso e muito mais. A questão é que isso lhes dói demasiado para o poderem reconhecer.

■ Vítor Dias

ITÁLIA

A demissão de Berlusconi

A demissão do governo italiano presidido pelo superbilionário Silvio Berlusconi ao cabo de alguns meses no poder encerra algumas ideias interessantes no debate político português e europeu sobre a crise do sistema político.

A primeira ideia é esta: ao fim e ao cabo a instabilidade política italiana não derivava como se fazia crer do sistema eleitoral que assentava no método proporcional.

Este governo durou muito pouco tempo. Esteve sempre minado pelas divisões e tricas entre a Força Itália de Silvio Berlusconi e a Liga do Norte de Bossi e os fascistas da Aliança Nacional e enfrentou poderosas lutas democráticas e populares em defesa dos direitos democráticos e conquistas sociais alcançadas ao longo das últimas décadas e que o Governo de Silvio Berlusconi pretendia liquidar. A grave mutilação do método proporcional não trouxe maior estabilidade, nem melhor governo, nem mais direitos para os italianos.

A segunda ideia: S. Berlusconi, figura emergente do sistema político italiano e estrela brilhante desse firmamento, amigo íntimo de Bettino Craxi, homem de confiança dos políticos italianos do arco partidário que governou a Itália desde os anos 50, lançou-se à conquista do poder político, afirmando-se como antipolítico, como empresário puro, o homem capaz de gerar riqueza e empregos, o homem que vinha de fora do sistema para impôr a ordem, a estabilidade e o crescimento.

S. Berlusconi, conhecedor por dentro da corrupção que varre a Itália, afirmava-se como sendo o empresário de sucesso capaz de salvar o país dos políticos. Por missão, por profissionalismo, dizia. Partia do sucesso das suas empresas de sucesso para dar sucesso à Itália.

Com o rectângulo das suas televisões e com a alienação do futebol pretendia esconder que as suas empresas e o seu futebol tinham atingido o top graças ao sistema político italiano e ao poder dos seus amigos do seu sistema.

Esta monumental patranha mais dificilmente passará, e os cidadãos poderão estar hoje mais avisados acerca da podridão do grupo económico de S. Berlusconi.

Por cá, o homem de Boliqueime que diz não gostar de política, mas se amarra ao poder como a lapa à rocha, prega o mesmo moralismo político. Mas é também no PSD que estoiram os escândalos que atingem as figuras que cercam Cavaco...

Mais à direita Manuel Monteiro persegue a mesma pista, mas é para ele e para os seus fiéis que quer os cargos políticos, mantendo uma verdadeira guerra com outros seus companheiros de partido para lhes retirar esses cargos políticos... são assim os salvadores da pátria.

Uma terceira ideia: afinal a crise do sistema capitalista é mais profunda do que parece. Aumenta o desemprego. A retoma é mais lenta. A alienação aumenta. Os cidadãos assistem espantados e indignados à queda dos seus ídolos, acusados de ligações aos sectores mais corruptos e sujos da Itália. A política faz-se a léguas dos cidadãos e estes por verem a política dos governantes tal como ela é, desprezam-na.

S. Berlusconi fez as contas e atacou em cheio para tentar capitalizar esse descontentamento e essa desesperança. Só que se esqueceu que a força das suas televisões, dos seus impérios e do seu Milão não chegava para tapar os escândalos do seu grupo, a força da oposição e caíu.

A crise vai prosseguir. Em Itália e não só. Vai ser muito difícil lutar por saídas pela esquerda. Mas só pela esquerda e com a esquerda se poderá moralizar a vida política italiana e europeia.

■ Domingos Lopes

OE ignora ferro-carril para Odivelas

Mais uma vez, o Orçamento de Estado não prevê verbas para a instalação de um transporte de massas pesado em ferro-carril no corredor de Odivelas. De facto, a proposta apresentada pelo PCP para inclusão de 400 mil contos para este fim acabou por ser chumbada na AR com os votos contra do PSD e do CDS.

A Comissão de Freguesia local do PCP lembra que que nesta votação «o PS absteve-se, não tendo apresentado qualquer proposta neste domínio», contrariamente às acções que tem vindo a realizar em Odivelas e Loures, em que manifesta acordo com a necessidade de tal meio de transporte.

Curiosamente, assinalam os comunistas, na discussão do Orçamento anterior, em que o PCP propôs igualmente verbas para o arranque das referidas obras, o PS votou favoravelmente. Desta forma, concluem, «o voto favorável em finais de 1993 deveu-se ao facto de se estar em vésperas de eleições autárquicas».

O PCP reafirma a sua exigência para que se concretize uma solução de transporte rápido em ferro-carril e acusa o PS de se demitir de uma «postura activa, preferindo refugiar-se em acções mediáticas para consumo local».

DORC marca Assembleia

Reunida no passado dia 19 de Dezembro, a Direcção Regional de Coimbra analisou a situação política e fez um primeiro balanço das iniciativas promovidas no âmbito do «Debate com o País», sublinhando que «o êxito alcançado demonstra as enormes potencialidades de participação, inconformismo e energia transformadora que caracterizam a gente de esquerda em Coimbra e que só o PCP está a conseguir mobilizar». Contudo, a DORC protesta contra o «autêntico boicote informativo com que a comunicação social nacional e regional está a tentar silenciar estas iniciativas».

A reunião aprovou o calendário político para o primeiro semestre de 95 e as principais medidas de reforço do partido no distrito, tendo marcado a realização da Assembleia Regional de Coimbra para o próximo dia 11 de Março, que contará com a presença de Carlos Carvalhas, e cujos trabalhos de preparação têm início já no corrente mês.

Gouveia perde 670 mil contos

Em consequência dos votos contrários do PSD e CDS e a abstenção do PS, a população de Gouveia viu chumbadas várias propostas feitas pela Comissão Concelhia do PCP, através do Grupo Parlamentar comunista, que visam a inclusão de um montante de 670 mil contos para obras e projectos fundamentais, nomeadamente no campo das infra-estruturas essenciais.

Os comunistas propunham que o Orçamento prevísse 200 mil contos para captação e abastecimento de água integrado no concelho; 300 mil contos para a rectificação e pavimentação do cruzamento de Gouveia/Mangualde da estrada 232; 100 mil contos para a despoluição e conservação das ribeiras do Concelho; 60 mil contos para a reconstrução do teatro-cine de Gouveia; e 10 mil contos para a construção da pista de corta-mato e pista de treinos para atletismo em Gouveia.

Propostas para a Figueira

A Comissão Concelhia do PCP propôs, através do Grupo Parlamentar do PCP, a inclusão no PIDAC/95 de várias obras que considera urgentes, onde se contam: o alargamento para duas vias da ponte da Gaia (1ª fase orçada em 100 mil contos); o alargamento e rectificação do troço Guia-Pombal (1ª fase - 100 mil contos); a construção de um Viaduto à Salamanca (Vila Verde) sobre a via férrea (1ª fase 50 mil contos); construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola C+S das Alhadas (80 mil contos); cobertura e outros arranjos do Pavilhão do GRV- Grupo Recreativo Vilaverdense (40 mil contos).

A concelhia do PCP anuncia ainda a realização, no próximo sábado, de um debate sobre «As pescas e o seu futuro» e, no próximo dia 20, um outro subordinado ao tema «Integração e exclusão social - que integração: passiva, alienante?», em que serão abordados o desemprego, a toxicodependência, o alcoolismo e a Sida.

Interrogação na Sicofato

Os trabalhadores da empresa Sicofato querem ser esclarecidos sobre a verdadeira situação desta empresa de Castelo Branco, onde subsistem dificuldades no pagamento de horas extraordinárias e atrasos nos salários.

Ainda sem o subsídio de Natal garantido, como referia um comunicado do PCP de 20 de Dezembro, os trabalhadores não compreendem as dificuldades financeiras, uma vez que a empresa tem uma carteira de encomendas razoável. Por outro lado, não entendem como é que a administração acumulou uma dívida à segurança social que atinge 260 mil contos, a que se juntam mais 90 mil contos à CGD, perguntando: «Onde foram aplicados os fundos comunitários que a empresa recebeu em 1985?»

Visita a Tortosendo

Os eleitos da CDU na Câmara, Assembleias Municipal e de Freguesia do Tortosendo, acompanhados de dirigentes do Partido, realizaram no passado dia 18 de Dezembro uma visita de trabalho a esta vila para contactar com a população, associações e colectividades.

Deste contacto com a realidade da Freguesia resultou um levantamento de carências e aspirações que os eleitos da CDU irão materializar em propostas a apresentar nos respectivos órgãos autárquicos, nomeadamente na Câmara Municipal da Covilhã.

Nota da Comissão Política

Papel fundamental e decisivo da luta dos trabalhadores

Em conferência de imprensa realizada na passada terça-feira, Edgar Correia divulgou as principais conclusões da primeira reunião da Comissão Política do PCP realizada neste novo ano, e que se encontram expostas no documento que publicamos.

Respondendo às questões dos jornalistas, aquele dirigente referiu-se à mensagem de Ano Novo do Presidente da República, a qual, segundo disse, «mostrou o propósito de não comentar os aspectos mais relevantes da situação política e social». Por outro lado, continuou Edgar Correia, «subscrevemos e solidarizamos-nos com as preocupações humanistas, particularmente em relação ao povo de Timor-Leste, sublinhamos o destaque que o Presidente da República deu à situação social, marcada pelo desemprego, exclusão, pobreza e marginalização, em que vivem milhares de portugueses e consideramos bastante oportuna a referência feita às grandes batalhas políticas de 1995».

1. O ano de 1995 está a iniciar-se no quadro de uma gravíssima deterioração da situação social no nosso país.

Esta situação, para cujo continuado agravamento o PCP alertou vezes sem conta e cujas causas justamente atribuiu à política do Governo do PSD, ameaça agora assumir expressões insuportáveis e envolver sectores cada vez mais vastos da população portuguesa.

Mas o novo ano inicia-se também sob o signo de um amplo descontentamento com a política do Governo, da crescente consciência do papel da acção colectiva e de significativas lutas dos trabalhadores.

É neste contexto que a combativa luta dos trabalhadores da Manuel Pereira Roldão, dos mineiros do Pejão, do mesmo modo que a luta dos trabalhadores da Grundig há poucas semanas, para além das particularidades de cada situação, surgindo como reveladoras do profundo mal-estar que está a alastrar entre os trabalhadores, constituem igualmente expressivos testemunhos do desenvolvimento de disposições de protesto e de luta, que são extensivos, também, a outras camadas da população.

A Comissão Política chama em particular a atenção para o alarmante disparo do desemprego que as últimas estatísticas oficiais testemunham (por defeito, como é conhecido): a existência de 412 mil desempregados inscritos nas delegações do IIEFP em Novembro (dos quais 34 mil são novos desempregados inscritos durante esse mês), o que representa um aumento de cerca de 16% do número de desempregados, em comparação com o mês homólogo do ano anterior.

A Comissão Política considera também de forma muito negativa, pelo seu impacto na situação social, outras actuações recentes do Governo do PSD:

- a tentativa de redução dos salários reais dos trabalhadores, de que o Governo procurou dar o exemplo na própria Administração Pública;

- a actualização do salário mínimo em apenas 2 mil e setecentos escudos (90\$00 por dia), o que significa que o seu montante actual não ultrapassa os 52 mil escudos por mês, de longe o mais baixo da União Europeia;

- os aumentos de preços de bens e serviços básicos (combustíveis, passes nos transportes públicos, telefones-chamadas locais, etc.) e o agravamento da taxa do IVA (16% para 17%), atingindo a generalidade dos trabalhadores e outros sectores que vivem com rendimentos muito baixos;

- e a não actualização do abono de família e de outras prestações familiares da segurança social (apoios a deficientes, subsídios de nascimento, de aleitação, de assistência a 3ª pessoa, nomeadamente).

A Comissão Política considera particularmente grave e ilustrativo dos métodos políticos utilizados pelo Governo, que este e pessoalmente o próprio Primeiro-Ministro, não tenham honrado o compromisso que assinaram em sede do Conselho Permanente de Concertação Social, para a redução para 40 horas semanais do horário máximo nacional, a partir de 1 de Janeiro de 1995. Medida cuja aplicação, importa sublinhar, para além da elementar justiça de que se reveste, poderia contribuir de forma positiva para a redução da taxa do desemprego.

A Comissão Política salienta o papel fundamental e decisivo que o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas da população, da sua convergência e solidariedade recíprocas, desempenham na defesa de direitos e de conquistas sociais fundamentais, na resistência à política do Governo, e na acumulação de condições sociais e políticas favoráveis a uma viragem democrática na situação nacional. E lança o apelo a todas as organizações e membros do Partido, para o reforço e a prontidão da sua intervenção, no sentido de contribuírem para o desenvolvimento de uma ampla e poderosa movimentação de massas, nos próximos meses, em correspondência com os graves problemas acumulados, e as ameaças que pesam sobre os direitos democráticos e sobre os interesses de largos sectores da população portuguesa.

2. As selváticas cargas policiais contra os trabalhadores da empresa Manuel Pereira Roldão e, em geral, contra a população da

Santo Tirso

Desemprego sobe 14 por cento

Na passada terça-feira, a Comissão Concelhia de Santo Tirso promoveu uma conferência de imprensa para alertar para os problemas laborais existentes no concelho, considerando que «os dados existentes confirmam que tarda a retoma económica e os números divulgados pelos boletins mensais do IIEFP- MESS mostram que cresce o desemprego, enquanto diminui o poder de compra das populações».

Sobre o desemprego, o documento divulgado assinala que «em Dezembro de 1993 havia 5.393 desempregados inscritos», número que aumentou em 1994 totalizando 6.164, em Outubro passado. Isto significa que o desemprego no concelho aumentou mais de 14 por cento num período de 10 meses.

Contudo, afirmam os comunistas, na realidade este número é superior, já que em muitos casos não estão incluídas as pessoas que

frequentam cursos de formação profissional, os jovens que acabaram a escolaridade e procuram o primeiro emprego e aqueles que estão em situações de desemprego prolongado.

Entre os sectores mais afectados da indústria, a concelhia refere o têxtil e vestuário, metalurgia e metalomecânica, mas também os sectores da química e de transportes.

Na metalurgia e metalomecânica, há um decréscimo acentuado de postos de trabalho, nomeadamente na empresa da Trofa Máquinas Pinheiro e Mida. Há salários em atraso em empresas com a Feruni e a EFI, enquanto outras estão totalmente paralisadas como a Fundação da Ribeira.

No sector têxtil, a concelhia salienta que «em 17 casos conhecidos de empresas paralisadas ou encerradas definitivamente (Hortas, Silveiras, MA Silva, Industrial

das Aves, entre outras) foram suprimidos ou estão a em vias disso 2.250 postos de trabalho. Há cinco empresas (Baiona, Figueiredo & Maia, Têxtil da Lamela, A. Correia da Silva, Empresa Fabril Tirsense) que estão com processos especiais de recuperação, as quais têm ao seu serviço 1556 trabalhadores. Há empresas em que se estão a verificar situações de salários em atraso, reduções acentuadas de pessoal», e onde os trabalhadores mais idosos estão a receber propostas de rescisão de contrato, indicam os comunistas acrescentando que «em três dessas empresas o número de trabalhadores baixou nos últimos anos de 1682 para 834».

As dificuldades atingem ainda o sector do vestuário registando-se o encerramento do Consórcio Mako e a falência das Confecções Europa, e a grave situação nas Confecções Coronado.

A crise passa ainda pela empresa química CNB-CAMAC, onde se agravam os salários em atraso, apesar da unidade ser considerada numa «situação de viabilidade económica».

No encontro com os jornalistas, foram ainda denunciados outros problemas do concelho, designadamente as deficientes condições de Saúde, e para a inexistência de uma razoável cobertura de infra-estruturas básicas essenciais caso do abastecimento de água, saneamento, recolha de lixos, etc.

A Comissão Concelhia do PCP aproveitou a ocasião para anunciar a realização, no próximo dia 14, de um debate sobre o tema «Que política de desenvolvimento e emprego», inserida no «Debate com o País» e que conta com a presença de Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, e de Honório Novo, deputado no Parlamento Europeu.

Marinha Grande, trouxeram novamente à actualidade o problema da utilização pelo Governo do PSD das forças de segurança como instrumento de repressão contra as legítimas lutas sociais e políticas - hoje dos trabalhadores, como ontem dos agricultores, dos estudantes ou dos utentes da Ponte 25 de Abril - e como "braço" da imposição violenta da sua política.

A Comissão Política do PCP considera em absoluto inaceitável e ilegítimo este papel repressivo que, a pretexto da "ordem pública", o Governo do PSD tem vindo a impor às forças de segurança.

E denunciando, preocupadamente, as tendências autoritárias e antidemocráticas que tal política revela de forma crescente, a Comissão Política apela ao desenvolvimento de um largo movimento de opinião e à mobilização cívica contra a abusiva utilização das forças de segurança - bem como dos serviços de informações - contra o legítimo exercício dos direitos democráticos dos portugueses.

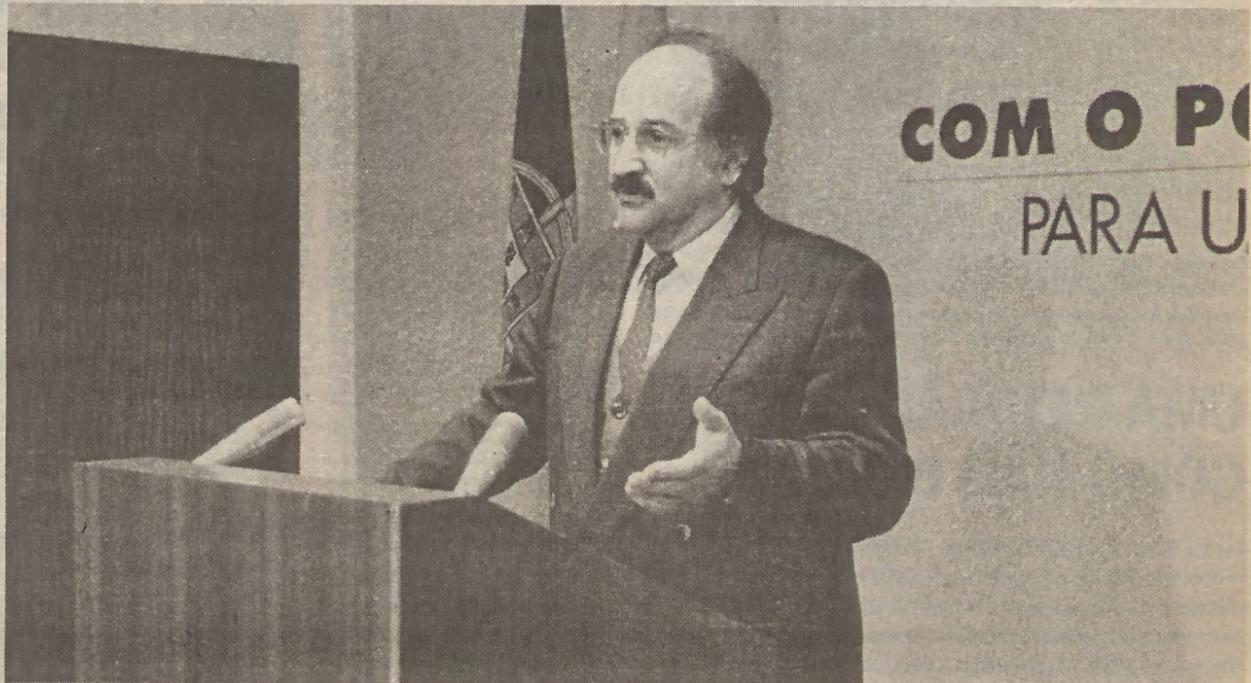
3. Ao mesmo tempo que chama a atenção, de forma muito crítica, para o prosseguimento da política anti-social do Governo, de inspiração neoliberal, a Comissão Política não pode deixar de a pôr em vivo contraste com novas e recentes medidas de protecção dos latifundiários do Sul (com a prevista atribuição, a título de "indenizações", de mais cerca de 60 milhões de contos) e com o ostensivo favorecimento do grande capital.

A Comissão Política analisou, neste quadro, o anúncio e significado da compra, por António Champalimaud, de 50% do capital do Banco Totta & Açores aos espanhóis do Banesto.

O PCP rejeita e denuncia o cinismo e a demagogia de todos aqueles que pretendem apresentar este negócio como um acto de "desagravamento da honra e da dignidade nacionais", que teria resgatado aos espanhóis uma das "pérolas da coroa" nacional.

É a lógica profunda do processo de privatizações, da responsabilidade directa do Governo do PSD mas com a conivência do PS e do CDS, que conduziu ao domínio do BTA pelo Banesto, e mais geralmente ao saque de empresas e bens públicos com o seu cortejo de ilegalidades e corrupção.

O caso concreto da privatização do BTA é, para além do mais, um exemplo do negociismo especulativo que tem rodeado todo o processo de privatizações: em apenas cinco anos rendeu mais-valias de muitos milhões de contos aos senhores Belmiro de Azevedo, José Roquete, Menezes Falcão e outros, e duplicou o dinheiro investido pelo Banesto por acréscimo aos dividendos por ele entretanto retirados do BTA.



E não é a aquisição do domínio do capital social do BTA, pelo Grupo Champalimaud ou por qualquer outro grupo monopolista português, que defende o interesse público e nacional na economia em geral e no sector financeiro em particular.

O que esta operação vem mostrar, uma vez mais, é a deliberação orientada, intervenção e decisão do Governo na reconstituição do poder do grande capital sobre a economia nacional.

O Grupo Champalimaud, em menos de dois meses, tornou-se no maior grupo privado financeiro em Portugal, com o apoio activo do Governo de Cavaco Silva: primeiro, sendo favorecido com chorudas e inexplicadas indemnizações; depois, através da definição, pelo Governo, de um conjunto de condicionantes no processo de privatização do Banco Pinto & Sotto Mayor que, na prática, visou assegurar ao Grupo Champalimaud o controlo e propriedade do banco; agora, garantindo-lhe, a priori, o parecer favorável do Banco de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e, se necessário, a alteração "por medida" da legislação no sentido de tornar não exigível a obrigatoriedade de lançamento de uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) para se tornar dono e senhor dos Banco Totta & Açores e Crédito Predial Português.

Isto é, enquanto, por um lado, as acções e omissões de Governo não conseguem retirar a economia nacional do lodo recessivo em que a mergulhou e agravam a situação social dos trabalhadores e outras camadas sociais, por outro lado esse mesmo Governo intervém directa e activamente na reconstituição das oligarquias financeiras em Portugal.

4. A alarmante deterioração da situação social e as graves dificuldades que persistem na esfera económica, a que surgem associadas ineludíveis manifestações de crise política e continuadas tensões e conflitos entre órgãos de soberania, impõem que no interesse nacional e quanto antes, sejam retiradas todas as consequências do fracasso e do esgotamento políticos do Governo do PSD. E que tenha lugar uma urgente clarificação da situação política,

com recurso à demissão do Governo, à dissolução da Assembleia da República e à correspondente antecipação das eleições legislativas.

A Comissão Política do PCP renova a exigência dessa clarificação da situação política e anota de forma muito negativa a posição dos que estão a utilizar o prolongamento da crise para o desenvolvimento de manobras, com objectivos puramente eleitoralistas: o PSD, que procura desviar a atenção dos portugueses dos verdadeiros problemas do país e da prestação de contas que lhe é exigida, e ganhar tempo à espera de uma "vaga de fundo" que lhe permita ultrapassar o ambiente de descrédito e de divisão em que mergulhou; e o PS, que subordinando o interesse nacional à obtenção de duvidosas vantagens de natureza eleitoral, surge na realidade como conivente com o propósito do PSD permanecer no poder até Outubro.

Nenhuma boa razão existe, em termos nacionais, que possa justificar o prolongamento do presente estado de coisas.

O acelerado agravamento dos problemas dos portugueses e do país causado pela política do Governo do PSD; a utilização que o PSD continua a fazer do aparelho e recursos do Estado, como instrumentos de influência eleitoral; e os prejuízos decorrentes do prolongamento de um período de instabilidade e indefinição políticas; - constituem argumentos bastantes para justificar as vantagens da imediata clarificação política que o PCP sustenta.

*

O PCP parte para um novo ano de actividade e de luta firmemente decidido a honrar as suas responsabilidades como força essencial para a construção de uma alternativa democrática e a conquista de uma nova política, e com plena confiança de que está ao alcance dos trabalhadores e dos democratas portugueses assegurar em 1995 a mudança democrática de que Portugal precisa.

CAMARADAS FALECIDOS

Manuel Matos

Foi a enterrar na última semana de Dezembro em Alenquer, Manuel António de Matos, de 74 anos de idade, membro do Partido desde 1938.

Vitimado num grave acidente de viação, em que outros seus familiares sofreram ferimentos de gravidade, o camarada Manuel António, natural de Beja mas residente desde 1942 em Alenquer, teve a acompanhá-lo até à sepultura centenas de amigos e camaradas de Alenquer, das terras vizinhas e do Alentejo.

Velho resistente contra o fascismo e membro activo do movimento democrático e antifascista do concelho, deu ao trabalho clandestino da Direcção do PCP um apoio eficiente e incansável.

Participante activo no movimento associativo local, foi dirigente do Grémio do Comércio, dos Bombeiros Voluntários, da Comissão de Reconstrução de Alenquer.

Já depois do 25 de Abril, como autarca desenvolveu uma actividade de mérito.

Tiveram curtas intervenções no funeral, Carlos Guerreiro, do PS, e Dias Lourenço, do CC do PCP.

Desejando o rápido restabelecimento dos seus familiares, aqui lhes expressamos o nosso pesar.

Alexandre Pato

Faleceu Alexandre Campaniço Pato, presidente da Junta de Freguesia de Safara e militante comunista. Como refere uma nota da Concelhia de Moura do PCP, Alexandre Pato foi «um cidadão íntegro e um abnegado lutador pelas ideias da democracia».

O seu incontestado prestígio como comunista firme e conseqüente valeu-lhe, após o 25 de Abril, em Dezembro de 82, ter sido eleito pelos democratas da freguesia para o cargo de presidente da Junta, tarefa que levou a cabo até à sua morte com grande dignidade, isenção, eficiência e espírito de diálogo.

José Maria de Jesus

Faleceu, no passado mês de Dezembro, o camarada José Maria C. de Jesus, que contava 68 anos e militava na organização de Freguesia de S. Jorge de Arroios.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do "Avante!" manifesta sentidas condolências.

DORL denuncia Salários em atraso aumentam em Lisboa

Os salários em atraso estão a aumentar no distrito de Lisboa, denuncia a DORL do PCP afirmando que esta situação se agravou com a «ausência do pagamento do subsídio de Natal e dos salários de Novembro em muitas empresas de pequena e média dimensão».

Só no sector têxtil do distrito, perto de mil trabalhadores de 20 empresas passaram o Natal com salários em atraso, refere o comunicado, citando os exemplos da «Samexport (Alverca), Empresa Lanifícios Tejo (Alenquer), Treco (Loures), Têxtil Valverde (Sintra), entre outras.

Na construção civil, estão nesta situação cerca de 2.900 trabalhadores, com destaque para os casos das empresas

Amadeu Gaudêncio, onde 1.500 trabalhadores têm 500 mil contos em atraso; ERG com uma dívida de 50 mil contos a 70 trabalhadores; Construções Técnicas que deve 80 mil contos a 600 trabalhadores; Teucopol (20 trabalhadores/30 mil contos); Sucopol (50 Trabalhadores/50 mil contos); Olaio (200 trabalhadores/45 mil contos); Sima 60 trabalhadores/ 40 mil contos); e J. Duarte e Filhos com 40 trabalhadores e 30 mil contos de salários em atraso.

O sector gráfico do distrito é também afectado pelo flagelo, sendo de salientar a situação dos 80 trabalhadores da Manuel A. Pacheco, que não receberam o mês de Novembro e o subsídio de Natal; da Metalminer, empresa de Paço de Arcos com 70 tra-

balhadores que têm vários meses em atraso; a JM3, do Cacém, onde não foram pagos os subsídios de 1993 e de 1994; e a Gama 4, também sem subsídios de Natal e de férias em 1994.

Na Hotelaria mantêm-se as situações graves da Torralta e do Hotel Excelsior, para além de outras pequenas empresas, enquanto no sector do comércio e serviços são em particular afectadas as seguintes empresas: Lima e Godinho, Armazéns Rodrigues, Bloco Universal, Custódio Andrade, Guimar, Rune, Rodrigues e Quaresma, UCAL, Unidos de Portugal e Valadas. Neste sector contavam-se mais de mil trabalhadores com salários em atraso no Natal.



Os professores apostam no desenvolvimento de acções de luta para que o Governo satisfaça as suas legítimas reivindicações.

UMA REUNIÃO COMO NÃO DEVE SER

Para a Fenprof, a reunião de 28 de Dezembro com o ME «é bem o exemplo do que não podem ser negociações entre sindicatos e Ministério da Educação». O encontro, realizado após seis meses de *interregno negocial* imposto pelo Governo, «não permitiu resolver nenhum dos problemas que afectam os professores e o ensino», afirma a federação, pormenorizando as questões que ficaram em aberto: a alteração da legislação de quadros e concursos, o fim da candidatura ao 8º escalão, a regulamentação dos subsídios de fixação em zonas isoladas (bem como de outros artigos do Estatuto da Carreira Docente), questões relativas a vencimentos, habilitações e complementos. A Federação Nacional dos Professores, refere uma nota do seu Secretariado Nacional, defendeu a necessidade de estabelecer «um calendário negocial explícito» e exigiu que o ME faça chegar os seus projectos aos sindicatos «com a indispensável antecedência» (as alterações pontuais que o Ministério pretende introduzir no diploma que define as habilitações para a docência e a possibilidade de professores licenciados do 2º ciclo poderem concorrer aos grupos carenciados no 3º ciclo e secundário, por exemplo, foram enviadas aos sindicatos apenas a 22 de Dezembro, para discussão no dia 28). «É convicção da Fenprof que só a força dos professores, através do vasto plano de acções já aprovado, conseguirá demover o Ministério da Educação da sua atitude de não negociação e de permanente adiamento dos problemas» - conclui o Secretariado Nacional da federação.

RODOVIÁRIA AGUARDA

Até à próxima terça-feira, dia 10, os trabalhadores da Rodoviária do Sul do Tejo vão aguardar uma resposta às novas propostas que apresentaram esta semana, revelou a agência Lusa, adiantando que para aquela data está já convocado um plenário do pessoal da RST. A nova proposta do sindicato dos Rodoviários do Sul tem por objectivo contribuir para ultrapassar o impasse criado no final de Dezembro pela administração, que se recusava a negociar com os representantes dos trabalhadores alegando que a empresa estava à beira da privatização e que deveriam os futuros proprietários assumir as posições que entenderem. «A nosso ver, esta afirmação é contraditória com a afirmação de que mantém as suas propostas, para acordo, até à data do anúncio da respectiva privatização», comentava uma nota de imprensa do sindicato.

PANASQUEIRA REABRE

As minas da Panasqueira retomaram oficialmente na segunda-feira a exploração de volfrâmio, sob administração da Avocet Ventures. A Lusa, citando uma fonte da empresa, revelou que foram recrutados por um prazo de oito meses cerca de uma centena de mineiros, na maioria desempregados, na sequência do despedimento colectivo após o encerramento das minas, em Março. Nos próximos dias, deverão ser contratados mais duas dezenas de trabalhadores, por idêntico período de tempo. Com base em indicadores que apontam para a normalização dos preços do volfrâmio no mercado internacional, a nova administração das minas da Panasqueira admite obter custos de extracção concorrenciais e espera aumentar a laboração da empresa de um para dois turnos.

FUNÇÃO PÚBLICA DO CENTRO

Realiza-se amanhã em Coimbra o 2º Encontro de Organização do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro. A iniciativa é promovida porque «para poder responder da melhor forma aos problemas sentidos pelos TFPs, torna-se necessária uma organização mais eficaz e actuante no locais de trabalho, no sentido do reforço da acção reivindicativa no sector» - adianta uma nota de imprensa distribuída anteontem pelo sindicato.

TRABALHADORES

Há que pôr termo ao manobrismo

A CGTP acusa o Governo de apenas procurar manter-se no poder e não responder aos problemas do País

Para a Intersindical Nacional, «não temos ministro do Emprego». Na análise da Comissão Executiva da central, à frente do Ministério da Praça de Londres está um homem do aparelho do PSD, que tem por tarefa dar a ideia de que não há problemas laborais, motivo por que Falcão e Cunha se tem mantido mudo e quedo. Outra fosse a sua postura, e não faltariam motivos para intervenções públicas do ministro «todos os dias».

As conclusões da Executiva da CGTP - reunida segunda-feira para analisar a situação político-sindical - foram dadas a conhecer por Carvalho da Silva, que alargou as considerações acerca do Ministério do Emprego a outros sectores onde se passa «o mesmo», como a indústria ou a agricultura. Para a *Inter*, «o Governo não responde aos problemas» com que o País se defronta, apenas toma medidas para se manter no poder e para agravar aspectos muito negativos da sua errada política.

É assim que, denuncia a central, se chega a uma situação de contraste profundo entre a insistência na contenção dos salários e a aprovação de aumentos «vergonhosos» do salário mínimo nacional e das reformas, por um lado, e, por outro, o agravamento de preços e impostos e a disponibilização de muitos milhões de contos para pagamento de indemnizações a grandes capitalistas e a agrários.

Sublinhando que «há que pôr termo ao manobrismo político», a CGTP reafirma a necessidade de interrupção desta governação e de criação de uma alternativa. «Exige-se um Governo a sério», afirmou o coordenador da central, salientando que «os interesses do povo português têm que ser postos acima da estratégia partidária de quem quer que seja».



Não há ministro na Praça de Londres, acusa a CGTP (foto de arquivo)

A CGTP avança três pontos que devem integrar «compromissos para a alternativa»: a definição de outra política económica, que pare a destruição do aparelho produtivo e garanta o desenvolvimento; o crescimento dos salários e dos rendimentos das camadas mais desfavorecidas; e uma evolução rápida na área dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente com a implantação em 1995 do horário máximo legal de 40 horas semanais.

A Executiva - informou ainda Carvalho da Silva, acompanhado na conferência de imprensa por Maria Augusta, Jerónimo Rodrigues, Florival Lança e Maria do Carmo Tavares - analisou a preparação da jornada de 26 de Janeiro, alertando para a necessidade de «reforçar a nossa acção», num espírito de confiança em que «são necessárias muitas lutas, mas é possível obter bons resultados».

A direcção da CGTP manifestou ainda «muita apreensão» pelo facto de o Governo português, «de forma escondida», ter decidido entrar na guerra da Bósnia.

Solidariedade com os vidreiros

Na reunião da Executiva, estiveram em foco as principais lutas actualmente em curso. Chamando a atenção para o facto de a situação da cristaleira Manuel Pereira Roldão ser «um exemplo» entre tantas empresas que não pagam aos seus trabalhadores, Carvalho da Silva anunciou que foi decidido realizar uma acção de solidariedade da CGTP para com os vidreiros

Assim, caso fracassasse a reunião de credores de terça-feira, teria lugar hoje uma marcha desde a Marinha Grande até Lisboa; as uniões de sindicatos de Lisboa e Setúbal, adiantou o coordenador da central, iam preparar acções de solidariedade acompanhando o percurso da marcha e junto à sede do Governo.

90 escudos por dia é um aumento «ridículo»

Reagindo ao novo valor do salário mínimo nacional anunciado na semana passada pelo Governo, o departamento de informação da CGTP classificou de «ridículo» o aumento de 90

escudos por dia (passa de 49300 para 52 mil escudos). «Ninguém que conheça a realidade do que é o custo de vida pode considerar que é exagerada a proposta de CGTP-IN de um aumento de

7500 escudos», afirma-se num comunicado de imprensa distribuído dia 29 de Dezembro, sublinhando que «não é hoje possível viver com um mínimo de dignidade com um salário de apenas 52 contos».

A *Inter* lembra que, de acordo com a Constituição, o primeiro critério para a definição do valor do salário mínimo deverá ser a satisfação das necessidades dos trabalhadores, «o que não foi tido em conta nesta actualização». Igualmente não foi considerada pelo Governo a perda de poder de compra, estimada pela CGTP em 1,5 a 2 por cento, durante o ano de 1994.

De igual modo, não foram respeitados os compromissos assumidos pelo PSD para que o salário mínimo crescesse acima da média dos outros salários desde 1986, o que, a verificar-se, o colocaria agora nos 57 contos. Se tivesse acompanhado, desde a sua criação, o aumento do custo de vida, o salário mínimo nacio-

nal seria hoje superior a 72 contos - recordava um estudo recente da central.

Contrariando declarações do próprio primeiro-ministro quanto à aproximação de Portugal do pelotão da frente da Comunidade Europeia, a CGTP salienta que «o nosso salário mínimo continua a ser o mais baixo da CE, muito afastado, inclusivamente, da Espanha e da Grécia»

No comentário, a central denuncia ainda a política de *dois pesos e duas medidas* praticada pelo Governo: «Estão a ser feitos aumentos de preços em que é invocado que tem que haver uma política de aproximação aos preços médios comunitários, como aconteceu recentemente com os telefones. Mas este critério já é esquecido quando se trata dos salários e do próprio salário mínimo, que tem uma função social fixada na Constituição e em normas internacionais de trabalho.»



O salário mínimo na administração pública é ainda menor que o nacional, situação ilegal que os sindicatos têm denunciado e que o Governo continua a não resolver

Luta na Marinha Grande marcha para Lisboa

Quando, hoje, o nosso jornal chegar às bancas, estará em andamento uma marcha para Lisboa dos vidreiros da empresa Manuel Pereira Roldão (MPR), da Marinha Grande, dirigindo-se à sede do Governo para, de viva voz, apresentarem as suas reivindicações: o pagamento dos salários em atraso e a garantia dos cerca de 400 postos de trabalho através do relançamento da empresa, o que passa por outra exigência - a demissão imediata da actual administração, responsável pela crise profunda em que a MPR mergulhou há cerca de dois anos.

A decisão desta marcha para Lisboa, a concretizar, a partir de Vila Franca de Xira, foi anunciada na gigantesca manifestação realizada há exactamente uma semana na Marinha Grande, onde a população local e dezenas de delegações sindicais vindas de todo o País, num quadro de solidariedade activa desencadeada desde a primeira hora pela CGTP-IN, expressaram um apoio incondicional e concludente à luta travada há semanas pelos trabalhadores da MPR, arrostando com a brutal repressão policial ordenada pelo Governo, cujas forças chocaram toda a gente.

A manifestação da passada quinta-feira na Marinha Grande realizou-se quando o nosso jornal já estava na rua, sendo-nos, por isso, obviamente impossível relatá-la. Todavia, pela sua grandeza e significado, vale ainda a pena referi-la, uma semana depois, neste acompanhamento permanente que estamos a fazer da luta da MPR.

Apesar da chuva, a Praça Stephens, na Marinha Grande, foi pequena para conter a enorme multidão que ali se deslocou, respondendo ao apelo da manifestação de apoio à luta dos trabalhadores da fábrica vidreira Manuel Pereira Rodão, convocada por um vasto conjunto de sindicatos. Saltava, aliás, à vista a solidariedade sindical com a luta na MPR: numerosos panos empunhados por delegações vindas de Norte a Sul do País deixavam bem clara a posição do movimento sindical e coloriam a praça com aguerridas consignas, com destaque para as que protestavam contra a brutal repressão com que o Governo respondeu às reivindicações dos trabalhadores da MPR e as que exigiam o derrube do Executivo de Cavaco Silva, apontando para uma alternativa democrática na governação do País.

Mas não foram apenas as delegações sindicais que se juntaram aos trabalhadores da MPR nesta acção. A população da Marinha Grande - com assinalável presença de jovens - fez

questão de se juntar aos trabalhadores da empresa (mais uma vez presentes, em massa), transformando a iniciativa numa vigorosa manifestação de apoio local à luta que ali se desenvolve.

Após as intervenções proferidas, com destaque para a do Coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva (que resumimos ao lado), a multidão marchou, já noite fechada, até à Avenida do Vidreiro, regressando à Praça Stephens, onde dispersou.

Para trás ficaram formas bem concretas de solidariedade: coincidindo com a manifestação, foram enviadas nada menos que 593 mensagens de apoio vindas dos mais diversos pontos do País e, na mesma altura, foram recolhidos 850 contos, destinados a apoiar os trabalhadores da MPR, sem salários desde Novembro do ano passado.

Uma gestão fraudulenta

A actual crise na empresa vidreira Manuel Pereira Rodão começou a desenhar-se há cerca

de dois anos, assinalada pelos primeiros atrasos no pagamento dos subsídios de férias e de Natal, apesar de, em finais de 1993, a empresa facturar 90 mil contos/mês e os encargos salariais não ultrapassarem os 30 mil contos/mês.

Um grupo de trabalhadores da empresa Manuel Pereira Roldão, em "carta narrativa" enviada a 13 de Julho do ano passado às mais altas instâncias do País (Presidente da República, Primeiro-Ministro, Assembleia da República, Procuradoria Geral da República, Grupos Parlamentares e Ministérios das Finanças, Justiça e Indústria), dava conta dos problemas já então vividos e acusava, directamente, a administração encabeçada pelo dr. Carlos Antero (à frente da empresa desde 1983, onde surgiu como "salvador" e usufruindo, logo aí, de 120 mil contos para a recuperação da MPR).

As acusações dos trabalhadores à administração encabeçada por Carlos Antero são duras e sem rodeios: acusam-na de vir afundando deliberadamente a empresa, a par da utilização da crise para proveito próprio, exigindo a sua imediata exoneração.

E os trabalhadores identificam, com clareza, os caminhos utilizados por Carlos Antero para afundar a MPR: o afastamento de quadros e directores qualificados nas áreas de produção, financeira e de pessoal; a criação do clima propício ao despedimento dos trabalhadores em massa; o arrastamento premeditado no pagamento de salários, subsídios e anteriores acor-

dos salariais; a paragem dos fornecimentos; o fecho temporário da fábrica sob uma alegada "reestruturação"; o desvio sistemático de produtos acabados para uma outra empresa de que é proprietário, sediada em Oeiras; desvio do património da empresa e depauperamento das suas finanças, venda de mercadoria abaixo do custo de produção, através de processos pouco claros; aproveitamento pessoal de fundos comunitários; desvio de fundos para a Formação Profissional para pagamento de salários; transferência fraudulenta para outras empresas de que é proprietário de produtos, bens e equipamentos da MPR.

Acusam ainda os trabalhadores que, "segundo elementos obtidos na contabilidade" da empresa, dela saem verbas (ou não chegam a entrar...) para contas bancárias no estrangeiro, moradias, apartamentos e obras de arte, despesas confidenciais e outros destinos nebulosos ou desconhecidos.

Nessa "carta narrativa", os trabalhadores da MPR, ao mesmo tempo que se congratulam com a atribuição de três milhões de contos para a recuperação da indústria vidreira, no âmbito do PEDIP 2 - 2º Quadro Comunitário, alertam "quanto aos critérios e conceitos da atribuição", interrogando-se sobre quem se candidata e quem determina as atribuições. Com uma preocupação concreta: Carlos Antero, que além de querer lançar na falência a MPR, é presidente da Associação de Cristalaria e tem vastos interesses no sector.

Pela voz de Carvalho da Silva CGTP-IN exige demissão do Governo

A CGTP-IN tem apoiado activamente a luta dos trabalhadores da MPR, na Marinha Grande, tendo o seu Coordenador, Manuel Carvalho da Silva, provido a intervenção de fundo na manifestação da passada quinta-feira, na Praça Stephens, onde ganhou relevo a exigência da demissão do Governo de Cavaco Silva feita pela Intersindical nacional.

"Esta luta mostra duas coisas", considerou o dirigente da CGTP-IN: "que vale a pena lutar e que a luta dos trabalhadores é justa e necessária, em defesa dos seus inte-

resses e da economia nacional".

Após criticar severamente a ocupação policial da Marinha Grande ordenada pelo Governo, desafiou-o a concentrar energias na investigação da fortuna pessoal do administrador da MPR, Carlos Antero, classificando-o de "um exemplo típico do empresário do cavaquismo". E acrescentou: "Pegue-se nos homens de sucesso que Cavaco andou a vender ao País e veja-se! Salvo honrosas excepções, é só incompetência e corrupção".

Alguns ministérios e respectivos ministros foram duramente

criticados por Carvalho da Silva, nomeadamente o da Indústria e Energia, Mira Amaral, "que anda a esconder que nada foi feito para salvaguardar e rentabilizar a nossa capacidade produtiva", e o do Emprego, "onde está uma pessoa que ocupa o Ministério e não é ministro de coisa nenhuma". Neste caso, "o ministro do Emprego não passa de um funcionário político do PSD colocado na Praça de Londres para esconder os problemas. Se tivesse vergonha, fazia as malas!", acrescentou.

O Ministério da Administração Interna (MAI) também não

escapou à crítica, e Carvalho da Silva não deixou de assinalar a "promessa" do MAI em não impedir a manifestação. "Era só o que faltava! Trata-se de um direito constitucional que o Governo não pode impedir."

Carvalho da Silva assinalou ainda a viabilidade do sector vidreiro, onde "há profissões e especializações únicas no mundo", sendo necessário investir nele e reestruturá-lo, devendo o Governo "pôr em marcha todos os mecanismos que tem ao seu dispor" para o fazer.

Das bastonadas da polícia à grande desinformação

Filmagens de bastonadas à porta da fábrica, que enchem sempre o ecrã, as televisões que se deslocaram à Marinha Grande estiveram longe da seriedade jornalística. Foram, até, mais longe: manipularam e distorceram tudo quanto puderam.

Foi assim que o presidente da Câmara da Marinha Grande, que no aquecer da luta e no início da repressão se afastou de tudo e partiu para Lisboa, foi, dias

depois (e apanhando a boleia da indignação nacional), transformado pelas televisões num quase "herói" e no "porta-voz" duma luta que não travou, a ela chegando tarde e à pressa.

Mas não se ficaram por aqui, os "objectivos" noticiários televisivos. Na grandiosa manifestação da passada quinta-feira, conseguiram ignorar a presença e o importante discurso do Coordenador da

CGTP-IN, Carvalho da Silva, bem como o apoio activo e permanente da Intersindical à luta da MPR, mostrando, em seu lugar, um representante da UGT, que só acordou para o problema da Marinha Grande quando nele viu a possibilidade de extrair dividendos políticos.

Quanto ao PCP - o único Partido desde a primeira hora activamente solidário com a luta da

MPR - tem visto as suas posições e a presença dos seus dirigentes no local sistematicamente ignoradas, enquanto se dá relevo e tempo de antena a outros que, como o actual presidente socialista da Marinha Grande, só "acordaram" para o problema quando ele atingiu foros de escândalo nacional. Quem está aqui a fazer aproveitamentos políticos... e ao serviço de quem?

Dirigentes do PCP sempre presentes

O PCP tem sido o único Partido que, desde a primeira hora, tem apoiado activamente a luta dos trabalhadores da Manuel Pereira Roldão pelo pagamento dos salários em atraso desde Novembro passado e a viabilização da empresa, não esperando que os acontecimentos desembocassem num espectáculo mediático para aparecerem com a sua solidariedade e indignação viradas para as câmaras de televisão. Toda a luta tem contado com a presença solidária de dirigentes comunistas, dando o seu apoio e desencadeando todas as iniciativas ao seu alcance para resolver o grave drama que se abateu sobre os 400 trabalhadores da MPR.

Na grande manifestação da passada quinta-feira na Marinha Grande, lá estiveram mais uma vez presentes, entre outros, os membros da Comissão Política do CC do PCP Octávio Teixeira (também presidente do Grupo Parlamentar), José Casanova e Jerónimo de Sousa e os membros do Conselho Nacional José Augusto e José Orcinha.

Pela reintegração imediata dos despedidos

Mineiros do Pejão vão continuar a lutar

A situação poderá agravar-se seriamente a partir de dia 9, alertaram os representantes dos trabalhadores na reunião de anteontem com o governador civil

Representantes do sindicato dos Mineiros do Norte e dos trabalhadores da Empresa Carbonífera do Douro recordaram terça-feira a Gilberto Madail as fortes responsabilidades do Governo no conflito laboral nas Minas do Pejão, particularmente por não ter cumprido as promessas de criação de postos de trabalho alternativos que foram feitas quando anunciou que a exploração iria cessar.

João Pereira, da União dos Sindicatos de Aveiro, disse ao «Avante!» que foram reafirmadas ao governador civil as principais reivindicações dos mineiros:

- reintegração imediata dos trabalhadores despedidos no final do ano;

- concretização da zona industrial das Lavagueiras e do traçado Pedorido-Inha (conforme prometido pelo Governo há 4 anos);

- definição de um regime especial de reformas para os mineiros (aos 45 anos para os do exterior, aos 40 para os do interior da mina).

O representante do Governo no distrito de Aveiro afirmou aos representantes dos trabalhadores que o problema do Pejão vai ser a sua prioridade a partir de agora e que

daria uma resposta em tempo útil. Na reunião, adiantou o sindicalista, foi dito ao governador civil que, a partir de dia 9, os trabalhadores «não se responsabilizam pelo que possa acontecer no interior da mina», uma vez que está a tornar-se cada vez mais difícil contrariar algumas posições mais radicais (como deixar alagar a mina) que têm surgido entre os mineiros, justamente indignados pela forma como todo este processo tem sido conduzido pelo Governo e a Empresa Carbonífera do Douro.

Para ontem à tarde estava convocado um plenário de trabalhadores para analisar os resultados desta reunião e definir as formas de acção no futuro. No entanto, sublinhou João Pereira ao nosso jornal, não subsistem quaisquer dúvidas de que vai continuar o bloqueio à entrada na mina, que se mantém desde segunda-feira, não estando excluídas outras acções.

A luta dos cerca de 400 trabalhadores do Pejão foi desencadeada na tarde de 29 de Dezembro, com um corte do trânsito na EN 222, que liga Castelo de Paiva a Santa Maria da Feira. Ao fim de 28 horas, o

bloqueio da estrada foi levantado. Desde dia 2, segunda-feira, os mineiros despedidos impedem o acesso à mina do pessoal que a ECD decidiu manter ao serviço até Junho

para desmantelar o equipamento.

Numa nota de imprensa emitida sexta-feira à tarde, a União dos Sindicatos de Aveiro denunciava contradições «por de mais evidentes» no comportamento da administração, que a uns trabalhadores

escreve que se trata de um «despedimento colectivo por cessação da actividade mineira», enquanto a outros declara que o que está em curso é uma «reestruturação da empresa/redução de efectivos».

«É neste quadro que os trabalhadores se sentem vigariza-

dos e enganados, quando, através do malabarismo do encerramento, foram forçados a rescindir o contrato, e agora o que a administração apresenta é a redução de efectivos, o que significa que a mina não vai encerrar» - afirmava a nota da USAV/CGTP-IN.

PCP solidário exige reabertura

Fechar as Minas do Pejão é atentar contra os interesses nacionais - afirma a DORAV

«A grave situação social criada pelo Governo na zona do couto mineiro do Pejão, em Castelo de Paiva, está na origem da justa luta que os trabalhadores têm vindo a desenvolver» - acusa a Direcção da Organização Regional do PCP. A DORAV - que logo no dia 29 emitiu um primeiro comunicado solidarizando-se com a luta dos mineiros, saudando dia 2 «a unidade, a combatividade, a determinação e a solidariedade» presentes neste combate - considera que o anunciado encerramento da mina é «uma medida lesiva dos interesses nacionais, dado que Portugal continua a importar carvão».

Esta posição e fortes críticas ao Governo haviam já sido expressas em 1990, depois de, em Outubro, o executivo laranja ter anunciado o encerramento da única mina de carvão existente no País «com base em razões mais que duvidosas, pois a jazida não está esgotada e o País continua a importar aquela matéria-prima», recordam os comunistas, acrescentando que, «para procurar contrariar o justo descontentamento dos trabalhadores, e com a conivência da CM de Castelo de Paiva, o Governo acenou com o programa comunitário Rechar, através do qual, diziam, seriam criados, entre 1990 e esta data, novos postos de trabalho, novas vias de acesso ao litoral, reconversão profissional dos mineiros, etc., etc.».

Só que, no momento em que cerca de 300 pessoas são mandadas para o desemprego, a realidade é bem diferente, como denuncia a DORAV: foram liquidados, desde 1990, mil e

duzentos postos de trabalho, mas nenhuma das promessas feitas se cumpriu, deixando degradar-se as condições de vida de centenas de famílias. «Nem um tostão foi gasto no couto mineiro do Pejão» - protesta o PCP, para quem o Governo «optou por medidas de ruína e de miséria para os trabalhadores e as populações».

A Direcção Regional de Aveiro condena também o comportamento da CM de Castelo de Paiva, que há 4 anos se «acomodou» face ao anúncio do fecho da mina: «Só depois das denúncias públicas das organizações dos trabalhadores e do PCP, e de vários requerimentos apresentados por este na Assembleia da República, a Câmara Municipal se debruçou sobre o assunto e, mesmo assim, com posições contraditórias, demagógicas e de resignação». «Agora, foi só devido à vigorosa luta dos mineiros que o presidente da Câmara acedeu ao diálogo e à sua obrigação de diligenciar junto do Governo pela resolução do grave problema criado numa vasta zona do concelho».

Para o PCP, «a colaboração da Câmara Municipal é positiva, mas não haja ilusões: só através de uma grande unidade dos trabalhadores mineiros, de uma forte combatividade e determinação destes e das populações abrangidas pelo encerramento das minas, da solidariedade de todos aqueles que são amantes da justiça social, será possível defender e fazer sair vitoriosas as justas reivindicações dos trabalhadores».

Sindicatos de Setúbal fazem balanço e anunciam novas lutas

Reunido a 28 de Dezembro, o Plenário da União de Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN apreciou a evolução social no distrito no ano passado e as perspectivas para 1995.

O plenário concluiu que 94 não foi um ano de recuperação, mas de continuação e aprofundamento da crise «pondo a nu a falência da política económica e social do Governo e a inutilidade dos milhões de contos esbanjados, sem qualquer proveito para os trabalhadores», afirma-se numa nota à imprensa. O documento salienta «o crescimento do desemprego no distrito de Setúbal, de 17,5 por cento durante o ano, atingindo-se já 48 500 desempregados, a redução do poder de compra e o conjunto de empresas a acumular situações críticas, com pesados efeitos no desemprego e na falta de salários».

Na mesma nota, afirma-se que a prova da falência da política do Governo e da insensibilidade face aos problemas sociais que provoca é a redução dos salários reais, a precarização de efectivos e a situação em empresas como a Lisnave, Setenave, Torralta, Hotel Esperança, Valfrio, Renault, Quimigal, Rodoviária do Sul do Tejo, Transportes Belos, etc. No entanto, «a

situação seria hoje bem pior, se não fosse a luta dos trabalhadores na contenção do descalabro, na defesa do emprego e dos salários.»

Quanto às perspectivas para este novo ano, o plenário considera que só com a antecipação de eleições para a Assembleia da República e a formação de um novo Governo com uma nova política se poderá travar a espiral da recessão e da crise.

Neste quadro, o revigoramento

da luta sindical será decisivo para a evolução da situação político-social. Os sindicatos de Setúbal dispuseram-se a dinamizar a luta social, nomeadamente pela contratação colectiva, integrando-se na jornada de luta de 26 de Janeiro.

O plenário solidarizou-se com os vidreiros da Manuel Pereira Roldão e exigiu o fim imediato da brutalidade policial e explicações públicas do Governo pela repressão sobre os trabalhadores e população da Marinha Grande.

Afinal o IRS não vai chegar às gorjetas

As organizações representativas dos trabalhadores das salas de jogos expressaram a sua satisfação pelo facto de o Governo ter recuado na intenção de sujeitar a retenção de IRS as gorjetas. A excepção acabou por se manter no Orçamento do Estado para 1995, o que a federação da Hotelaria (Feshot/CGTP-IN), o Sindicato dos Trabalhadores das Salas de Jogos e a Associação dos Profissionais de Banca, em comunicado conjunto distribuído à imprensa no último dia de 1994, consideram como «uma excelente prenda de fim de ano».

A alteração da posição do Governo revela que «a determinação e firmeza em lutar contra qual-

quer tipo de injustiças acabará sempre por dar os seus frutos» e que «as pressões desenvolvidas junto dos diversos órgãos do poder contribuíram para que o governo acabasse por pôr a mão na consciência, emendando a violação que se preparava para praticar» - sublinha-se no documento.

No entanto, alertam as organizações dos trabalhadores, o assunto não está encerrado e «há que continuar a lutar pela revogação da norma legal que equipara as gorjetas a rendimentos de trabalho». Este é um combate com cerca de 30 anos, «mas que acabaremos por vencer também».

Distrito de Évora prepara-se para lutar contra o desemprego

A União dos Sindicatos do Distrito de Évora (USDE) aprovou no dia 23 de Dezembro de 94 uma resolução que exige a demissão do Governo, o aumento do salário mínimo em 7500\$00, o aumento intercalar das pensões e do abono de família e a renovação dos programas ocupacionais a partir de 1 de Janeiro, de acordo com a Portaria 145/93, de 8 de Fevereiro.

Foi convocado o plenário de sindicatos para a próxima terça-feira, com o objectivo de levar por diante a mobilização dos trabalhadores do distrito para a jornada de luta, convocada pela CGTP, de 26 de Janeiro.

18,5 por cento sem trabalho

Numa nota à comunicação social, a USDE sustenta que «o desemprego e a precariedade no trabalho continuam a ser o principal motivo de preocupação. A taxa de desemprego no Alentejo, segundo o IIEFP, em Outubro de 94, atingia 18,5 por cento da população activa, abrangendo 41 253 trabalhadores, dos quais 7143 estavam ocupados em programas ocupacionais. Somente 24 por cento recebem subsídio de desemprego».

Mais à frente, recorda-se que «nos últimos anos, tem-se assistido ao encerramento de inúmeras empresas e à redução sistemática de postos de trabalho». E

afirma-se: «No sector agrícola, mais de 12 mil trabalhadores estão inscritos no desemprego, cerca de 30 por cento dos desempregados, enquanto as terras estão praticamente abandonadas, com a desertificação a apoderar-se das nossas aldeias e vilas. O Governo anuncia a oferta de 80 milhões de contos aos agrários que «sonégam» os fundos comunitários para deixarem as terras abandonadas e que utilizam esquemas e habilidades.» A USDE exemplifica com o caso da cultura do girassol, em que os latifundiários recorrem a apoios comunitários sem darem garantia da colheita.

A USDE declara que é necessário continuar as lutas, as greves e as paralisações que ocorreram nas últimas semanas de Dezembro para conseguir o «desbloqueamento da contratação colectiva, viabilizar os conteúdos dos contratos, erguer as reivindicações e lutar pela sua concretização em todos os locais de trabalho e envolvendo todos os trabalhadores».



Silves apoia Bombeiros Voluntários

A Câmara Municipal de Silves dispendeu durante o ano de 1994 mais de treze mil contos em ajudas financeiras às corporações de Bombeiros Voluntários do concelho. Inserida numa política de apoio a estas instituições prosseguida pela autarquia, a referida verba repartiu-se pelos Bombeiros Voluntários de Silves (Secções de Algoz e Alcantarilha) e Bombeiros de S. Bartolomeu de Messines, que receberam, respectivamente, 8.500 contos e 2.500 contos.

A Secção dos Bombeiros Voluntários de S. Marcos da Serra, a Câmara Municipal de Silves destinou dois mil contos, que foram utilizados na construção do quartel, actualmente em fase de conclusão.

Câmara da Maia co-responsável na morte de jovem

A Câmara Municipal da Maia tem tanta ou mais responsabilidade que a EDP no recente incidente que vitimou a jovem Sandra Cristina no Bairro camarário do Sobreiro, acusa a Comissão Coordenadora da CDU de Vermoim.

Em comunicado à população emitido no início do ano, aquela estrutura da CDU afirma a propósito de declarações à televisão do presidente do Município - em que este alija responsabilidades pela falta de segurança eléctrica no referido bairro -, que se trata de uma redonda mentira, uma vez que os responsáveis pela fiscalização das instalações foram os serviços municipalizados da Câmara, de que aliás ele próprio era também na altura presidente, acumulando com as de chefe do executivo municipal.

Para a CDU de Vermoim, incidentes desta natureza eram temidos há muitos anos, porquanto, recorda o comunicado, "os choques eléctricos a muito que se sentiam nas torneiras, nas máquinas de lavar, nas bancas e noutros electrodomésticos", sendo comum "andar-se em casa de «buscapólos» a ver onde se podia pôr as mãos".

Considerando que a morte da jovem foi "resultado do desinteresse da Câmara da Maia pelas gentes do Bairro do Sobreiro", a CDU lamenta o sucedido e exige o "apuramento das responsabilidades e a indemnização aos familiares da infeliz Sandra Cristina".



Loures inaugura escola

A Câmara Municipal de Loures inaugurou terça-feira a escola primária da Arroja, na freguesia de Odivelas. O novo equipamento escolar é constituído por dois blocos com oito salas de aula e por um bloco polivalente onde se situam a sala de professores, ginásio, balneários, refeitório e cozinha.

Os espaços exteriores envolventes estão equipados com uma área de recreio, protegida com vedação metálica, onde foram colocados bancos de jardim e plantadas árvores.

A escola primária da Arroja representa um investimento de 120 mil contos, integralmente suportados pelo Município de Loures, vindo substituir as antigas instalações que já não davam resposta adequada ao crescimento da população escolar deste bairro periférico à cidade de Odivelas.

CDU de Braga em defesa dos moradores de Barreiros

O Vereador da CDU na Câmara de Braga levantou na última reunião camarária de 1994 a questão da falta de segurança e o perigo que representa para os moradores do lugar dos Barreiros a existência de um depósito de detritos de mármore em Nogueira.

A adopção de medidas para a manutenção, em boas condições, do espólio de Foto Aliança, foi outra das matérias levantadas pelo deputado municipal da CDU, segundo uma nota do gabinete de informação da Coligação, que informa terem sido igualmente solicitados esclarecimentos acerca da "Regie Sinfonia", bem como do futuro da participação da Câmara Municipal na Companhia de aviação LAR que nunca chegou a concretizar as carreiras aéreas para Braga.

Oeiras Eleitos CDU fazem balanço da actividade

Uma actuação "globalmente positiva", apesar de "várias dificuldades", tal é o balanço que fazem da sua actividade em 1994 os vereadores da CDU na Câmara Municipal de Oeiras.

Detendo os pelouros do Desporto e dos Centros Históricos (vereador Arnaldo Pereira) e dos Transportes (vereador Tavares da Cruz), a CDU considera que para este balanço positivo contribuiu não apenas a postura dos seus eleitos no sentido de melhorar a actividade, funcionamento e proce-

dimento da Câmara, como também a natureza da sua acção e defesa de posições, sempre subordinado aos interesses das populações e aos interesses gerais do município.

Do trabalho geral desenvolvido, a CDU destaca os contributos dos seus vereadores para a elaboração de um Plano de Actividades com um correcto escalonamento de prioridades, bem como um Orçamento norteado pela preocupação de verdade e rigor. Relevo, ainda no plano global da sua interven-

ção, merece também a apresentação de propostas relativamente a matérias de grande importância para o futuro do Município, como sejam, a criação de uma Comissão de Acompanhamento para o Projecto de Valorização e Requalificação da Zona Ribeirinha, os novos termos de adesão do Município à empresa a constituir para a conclusão e exploração do Sistema de Saneamento Básico da Costa do Estoril, a remodelação orgânica do Município.

No tocante às áreas dos pelouros atribuídos à CDU, por sua vez, merecem nota alta as seguintes iniciativas dos seus vereadores: elaboração da Carta dos Equipamentos e Infra-Estruturas Desportivas; Publicação do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo; elaboração de um Plano de Salvaguarda dos Centros e Património Histórico; criação de novas carreiras de transportes colectivos, reparação e melhoramento dos abrigos municipais e abertura do concurso de táxis.

Montemor-o-Novo assina contrato-programa

Foi assinado no passado dia 28 de Dezembro o contrato-programa de dois projectos aprovados no âmbito da candidatura apresentada pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo ao programa PROSIURB (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais). Os 2 projectos, de um total de 13 candidados pela Câmara, abrangem o Parque de Exposições, Mercados e Feiras e dois Planos de Pormenor da cidade.

Ambos os projectos representam um investimento global de 450 mil contos, sendo a participação financeira do

Ministério do Planeamento e da Administração do Território de 15% (88 700 contos) podendo no entanto ser alar-



gada até aos 50%. Na cerimónia de assinatura do contrato-programa estiveram presentes os presidentes da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, o secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, o Director-Geral da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, o Coordenador Geral do Programa PROSIURB, o Governador Civil de Évora e o vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região Alentejo.

Durante a sua intervenção o presidente da Câmara Municipal, Carlos Pinto de Sá salientou a importância dos projectos aprovados para o desenvolvimento da cidade de Montemor-o-Novo. O autarca fez referência à elaboração de um Plano Estratégico para a cidade que deverá ser lançado à discussão pública com o objectivo de equacionar o futuro da cidade e do concelho.

O autarca fez críticas à actuação do Governo em relação ao Alentejo que criou uma situação preocupante nesta região do País.

Moita cria incentivos aos agentes económicos

A Câmara da Moita vai elaborar um projecto de Plano de Pormenor para a zona da Ferroel - Fonte da Prata, na freguesia de Alhos Vedros, com o objectivo de criar incentivos para a fixação de serviços intermédios de apoio às actividades económicas. Esta decisão, tomada na última reunião do executivo municipal, em 1994, visa concretamente a reconversão das instalações industriais da Ferroel, actualmente desactivadas, e a melhoria da qualidade do espaço envolvente, por forma a oferecer boas condições para o desenvolvimento de actividades comerciais.

O Plano de Pormenor irá, assim, estabelecer um conjunto de regras que definam a forma de ocupação do solo, a estrutura viária a implementar e as características gerais da imagem urbana naquela área.

Programa de realojamento

Na mesma reunião, foi também aprovada a operação de loteamento da área onde vão ser construídos os primeiros 72 fogos do Programa Especial de Realojamento, no Vale da Amoreira.

O terreno municipal, com a área total de 15 000 m², vai ser dividido em 20 lotes destinados à construção de fogos T1 e T2 em edifícios de um e dois pisos. Desta área será ainda destacada uma parcela de terreno com cerca de 9600 m² destinada a arruamentos, passeios e estacionamento automóvel.

Bronzes chineses em Sobral de Monte Agraço

Vai estar patente ao público a partir do próximo sábado, dia 7 de Janeiro, na Galeria Municipal do Sobral de Monte Agraço, uma Exposição de Bronzes da Antiguidade da China, organizada pela respectiva Autarquia e pelo Departamento de Exposições da AMASCULTURA, em colaboração com a Embaixada da República Popular da China.

O bronze chinês surgiu no último período da sociedade primitiva chinesa, três mil anos antes de Cristo. As obras expostas são reproduções de uma parte de peças do período da Dinastia Shang à Dinastia Tang, da colecção do Museu do Palácio Imperial (a Cidade Proibida).

A Exposição pode ser visitada todos os dias das 15.30 h às 19.00 h, excepto segundas-feiras e feriados, até ao dia 29 de Janeiro.

Palestina

Pelo menos sete palestinianos foram mortos a tiro pelo exército israelita na Cisjordânia e Faixa de Gaza.

No tiroteio em Gaza, que matou quatro agentes da autoridade nacional palestiniana, ficaram feridas 11 pessoas. Trata-se dos primeiros policiais palestinianos mortos por soldados israelitas desde o início da autonomia palestiniana na faixa de Gaza, em Maio de 1994.

Os policiais foram mortos quando soldados israelitas penetraram em território autónomo palestiniano em perseguição de desconhecidos que atacaram um posto de observação militar. A Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e Israel prosseguem entretanto, no Cairo, as negociações para a retirada das tropas judaicas das cidades palestinianas da Cisjordânia com vista à autonomia desse território.

EUA

Um novo poder legislativo iniciou funções quarta-feira em Washington com o partido republicano, pela primeira vez em 40 anos, a controlar os trabalhos do Congresso norte-americano.

O 104º Congresso, saído da eleições legislativas de 8 de Novembro, permanece em funções até ao final do actual mandato do presidente Bill Clinton em Janeiro de 1997.

Caberá aos republicanos decidir o calendário dos trabalhos legislativos, presidir aos trabalhos em comissão e escolher os projectos de lei a serem submetidos a voto das duas câmaras.

A Casa Branca tem, no entanto, a prerrogativa de poder vetar leis, sendo nesse caso necessária uma maioria de dois terços do Senado e da Câmara de Representantes para impor a vontade do Congresso.

Na Câmara dos Representantes, o partido republicano, dirigido pelo "speaker" Newt Gingrich, apresenta como programa: reduzir o papel do governo federal e pôr fim ao que restaria do "Estado providência".

Itália

A Itália ocupa o primeiro lugar mundial em número de presos seropositivos, cerca de três mil, e o terceiro em toxicómanos, quase 16 mil, indica um estudo universitário divulgado em Roma.

Uma pesquisa efectuada por Carlo Serra, professor de criminologia da Universidade de Roma, revela ainda que a população presidiária italiana se eleva a 54.098 indivíduos, quando a capacidade real dos estabelecimentos prisionais é de 35.536 lugares.

Palestina

Colonatos contra a paz

No difícil processo de paz e de construção de uma pátria palestiniana, cresce o peso das desilusões, depois da grande esperança nascida com os acordos de Oslo. A situação agora criada em torno do alargamento do colonato de Ephrat, é esclarecedora das posições em confronto, e das novas crises que poderão vir a ser geradas pela política da direita israelita de criação de "situações de facto", que objectivamente põem em causa a criação de um Estado palestiniano.

Ephrat está implantado em plena Cisjordânia ocupada, perto da aldeia palestiniana de El-Khader, a cinco escassos quilómetros de Belém, portanto em território que a breve prazo deverá passar para jurisdição palestiniana. Aumentar a área do colonato significa reduzir o território destinado à autonomia. Uma situação que, como alertou o chefe da delegação palestiniana às negociações com Israel, Nabil Chaat, poderá levar a uma grave crise no processo de paz.

Na verdade, o princípio "paz em troca de terra" pode ser esvaziado de conteúdo, quando aceleradamente se intenta reduzir o território em causa. Tal como dificilmente se pode falar de processo de autonomia quando se multiplicam obstáculos ao seu exercício efectivo.

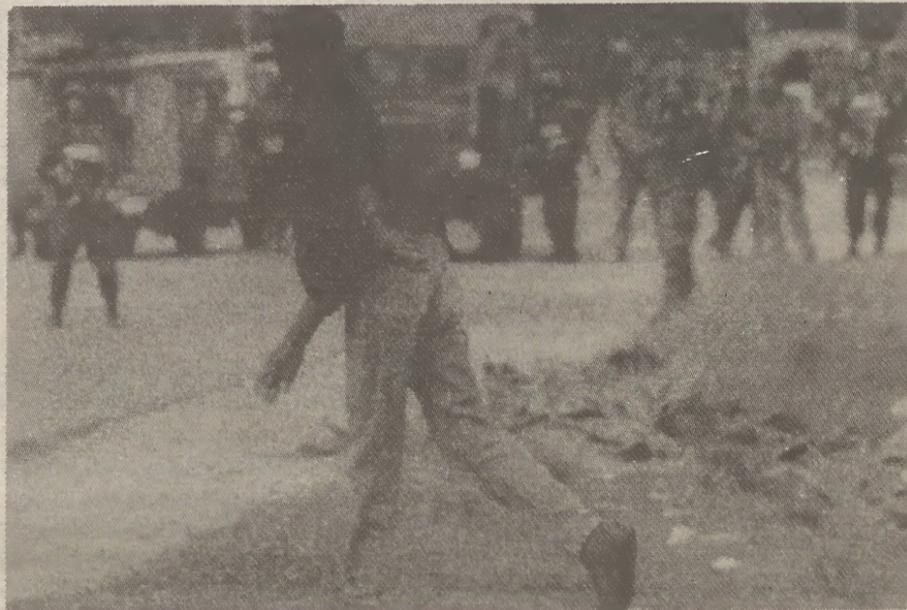
O caso do colonato de Ephrat, entretanto, não está só a defrontar com a resistência palestiniana. Antes tem reflexos significativos em Israel. Ao lado dos habitantes de El-Khader, têm estado também militantes do movimento pacifista israelita "Paz agora". Mesmo alguns ministros do governo de

Rabin manifestaram o seu repúdio pelos trabalhos de ampliação de Ephrat. E o conselheiro jurídico do governo israelita, Michael Ben Yair, recomenda a Yitzhak Rabin, que ordene a suspensão do alargamento do colonato, em nome do "interesse nacional" e tendo em conta que as "circunstâncias mudaram", após a assinatura dos acordos com a OLP.

O caso de Ephrat está longe de ser uma situação isolada.

"Cinco mil colonos israelitas continuam a ocupar 40% das nossas terras em Gaza e há praticamente um soldado por cada colono - sublinha Raji Surani, advogado e presidente do Centro pelos direitos e a lei, numa apreciação-síntese das realidades que hoje se vivem neste embrião de Palestina que se quer venha a afirmar-se a partir de Gaza e da Cisjordânia.

"Além disso, a legislação israelita e os regulamentos militares impostos durante a ocupação continuam a ser aplicáveis. A Autoridade palestiniana não dispõe de qualquer soberania real, e visivelmente os israelitas não se dispõem a concedê-la. Por isso recusam



Jovem palestiniano lança pedras contra soldados israelitas na colónia de Netzarim (perto de Gaza)

eleições. Querem manter-nos na sua dependência em todos os domínios. E nomeadamente no domínio económico. Neste área a situação é agora pior. A própria ONU reconhece que o nível de vida baixou para metade".

Um quadro pessimista, que apesar de tudo corresponde, em termos políticos, a um avanço em relação à situação anterior, em que os soldados israelitas estavam por toda a parte, e disparavam sobre as crianças que lhes atiravam pedras à saída das escolas, a OLP era identificada como um movimento terrorista, e a possibilidade de afirmação de um Estado palestiniano rejeitada como impensável.

Neste contexto, a possibilidade de criação das bases de uma economia sã, que dê resposta aos mais prementes pro-

blemas socioeconómicos dos palestinianos, é vital. E exige - como defende Antoine Mansour, especialista das Nações Unidas, num texto publicado em "Le Monde Diplomatique" sobre a difícil situação económica palestiniana - "a suspensão por parte de Israel de todas

as leis e ordens militares, a eliminação de todos os condicionamentos e restrições às actividades económicas". Exige ainda "a concessão de uma completa autonomia aos palestinianos, para que possam tomar entre mãos o controlo da sua economia".



هذا طريقي في الكفاح

Uma economia estrangulada

A reconstrução da economia da Palestina - após mais de 25 anos de ocupação - é talvez um dos mais difíceis desafios para o povo palestiniano.

Em véspera dos acordos de paz entre o Estado de Israel e a OLP, a economia da Cisjordânia e da faixa de Gaza encontrava-se numa situação muito difícil, agravada por significativas decisões do governo de Rabin: o despedimento, em 12 de Março de 1993, de milhares de operários palestinianos que trabalhavam nas colónias israelitas de Gaza, e o encerramento dos territórios ocupados por tempo indeterminado.

Cerca de 100.000 palestinianos a trabalhar em Israel, mais de um terço da força de trabalho palestiniana, ficaram assim privados de trabalho, o que significa a perda de rendimentos para mais de meio milhão de pessoas (mais de um quarto da população).

Actualmente apenas 14.000 habitantes de Gaza podem trabalhar em Israel, contra 50.000 em 1993. Anteriormente a esta política de "separação", os salários dos palestinianos a trabalhar em Israel correspondiam a metade do produto nacional bruto deste território (a taxa actual de desemprego em Gaza é de 54%).

"As classes médias proletarizam-se e é preciso urgentemente lutar contra o desemprego",

afirma um economista palestiniano, Salah Abdel Chafi, que sublinha: "mas continuamos à espera dos investimentos".

Esta uma questão de fundo. Os países ocidentais apenas entregaram 100 milhões dos 700 milhões de dólares prometidos até ao fim do ano. "A falta de fundos provocou o atraso no lançamento de projectos que iriam criar novos postos de trabalho", refere Samir Abdallah, membro do Conselho económico palestiniano para a reconstrução e desenvolvimento.

Os custos sociais desta situação - e os custos políticos que inevitavelmente lhe surgem ligados - são muito pesados.

Todas as organizações de solidariedade, palestinianas e internacionais, afirmam ter cada vez maior dificuldade em corresponder aos pedidos de auxílio. O Programa Alimentar Mundial (PAM) teve que dar resposta, desde Julho, a 28.000 casos de extremo desespero.

Hazem Sarraj, responsável pela distribuição de fundos recolhidos graças às esmolas prescritas pelo islão, calcula em 60.000 o número de famílias que vive abaixo do limiar da pobreza. Nestes últimos meses o departamento das Nações Unidas para a ajuda aos refugiados da Palestina (UNRWA) teve que alargar a ajuda de urgência a mais 12.000 famílias.

O falso compromisso de Rabin

"Deslocar bulldozers", não resolve qualquer problema - é o comentário feito pela Autoridade Palestiniana, pela voz de Saeb Erakat, à decisão do primeiro-ministro israelita relativamente ao colonato de Ephrat.

Após prolongadas reuniões com o seu governo, Yitzhak Rabin anunciou no Knesset (parlamento israelita) a suspensão dos trabalhos de ampliação do colonato de Ephrat, mudando apenas de facto o local desta ampliação.

A direita israelita - empenhada em pôr em causa a viabilidade de um Estado palestiniano - acusou Rabin de capitulação e de cedência face às pressões da OLP.

Entretanto, vários ministros do governo de Israel, entre os quais Yossi Sarid, responsável pela pasta do Ambiente, defendem que "alargar qualquer colonato constitui um obstáculo à paz".

Bósnia

Cessar-fogo assinado por todas as partes em conflito

Em véspera de Natal, entrou em vigor o cessar-fogo assinado pelo governo bósnio e pelos sérvios da Bósnia, na sequência da missão de mediação protagonizada por Jimmy Carter, ex-presidente norte-americano.

O acordo, alcançado após intensas negociações conduzidas pela Força de Protecção das Nações Unidas (FORPRONU), estipula a cessação das hostilidades em todas as linhas de confronto, durante um período inicial de 4 meses, eventualmente renováveis. Durante esse período as partes em confronto deverão iniciar negociações com vista a uma solução global para o conflito da Bósnia.

Para o período imediato, o acordo prevê uma separação das forças nas linhas da frente, a interposição de capacetes azuis e conversações sobre as modalidades de retirada das armas pesadas.

Apesar de tiros esporádicos em Sarajevo, e da dramática situação de confronto e tensão em Bihac, o cessar-fogo está a ser de momento globalmente respeitado, e foi estes dias reforçado com a sua assinatura pelos croatas da Bósnia, na presença do comandante dos capacetes azuis, general Michael Rose.

Anteriormente, os croatas da Bósnia tinham declarado que não respeitariam o cessar-fogo acordado entre os sérvios da Bósnia e o governo de Sarajevo.

O general Rose, citado pela rádio croata, declarou-se "satisfeito" pelo facto do acordo sobre o fim completo das hostilidades ter sido efectivamente assinado pelas três partes em conflito na Bósnia-Herzegovina.

O general mostrou-se ainda esperançado em que um documento sobre o fim da guerra possa vir a ser assinado no final dos quatro meses de cessar-fogo, previstos no acordo.

Satisfeito com o acordo declarou-se igualmente o secretário-geral das Nações Unidas, Butros Ghali.

"Trata-se de um primeiro passo importante no caminho de uma paz real" no país, disse Butros Ghali numa declaração divulgada em Nova Iorque onde manifesta o desejo de que as partes possam voltar à mesa das negociações "num futuro próximo".

Uma luz ao fundo do túnel da guerra, ou apenas mais uma esperança gorada?

PCP contra envolvimento de Portugal no conflito

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português divulgou uma nota sobre o envolvimento de Portugal no conflito da Bósnia, em que se refere a preparação, em curso, da "participação de Forças Militares portuguesas numa força da NATO, com a missão de dar apoio e cobertura militares à retirada da Bósnia das Forças que aí se encontram actualmente".

Um facto de que a Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República foi informada, sem que entretanto tenha tomado conhecimento "da natureza da operação, nem do estatuto jurídico atribuído às Forças portuguesas, nem dos efectivos portugueses a ela atribuídos".

Face a esta situação, o PCP exige que "o governo esclareça de imediato o País acerca do conteúdo total e exacto da operação e sobre os eventuais compromissos assumidos". Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PCP vai requerer "a presença urgente do Governo, designadamente dos Ministros da Defesa Nacional e dos Negócios



Habitantes de Sarajevo fugindo aos tiroteios

Estrangeiros, nas Comissões Parlamentares respectivas".

Na nota do Secretariado do CC do PCP é reafirmada a posição de que "a solução dos problemas na ex-Jugoslávia só é possível no quadro de negociações políticas pacíficas e equitativas e não no quadro de operações militares que podem redundar numa nova escalada no conflito". Reitera-se ainda a "oposição ao envolvimento das Forças Armadas Portuguesas em acções militares fora do território nacional".

Bahrain

Apelo à comunidade internacional pelo fim da repressão

A Frente Nacional de Libertação e a Frente Popular do Bahrain lançaram um apelo conjunto à comunidade internacional para fazer cessar a repressão desencadeada no país, particularmente no passado mês de Dezembro, por ocasião da realização na capital, Manama, de uma cimeira dos 6 soberanos do Golfo.

As manifestações populares, reclamando maior liberdade e eleições para a reabertura da Assembleia Nacional (dissolvida pelos emires em 1974), foram violentamente reprimidas, com

mais de 9 mortos e 1.600 presos. A ditadura do emir Al-Khalifa mantém o país sem qualquer órgão de poder eleito, continua a manter oficiais ingleses a dirigir a polícia e a aplicar códigos coloniais ingleses, proíbe os partidos políticos, os sindicatos, quaisquer organizações de massa. Há milhares de prisioneiros políticos e a tortura é prática corrente. Não há liberdade de imprensa. Neste momento foi decretada a lei marcial e forte tensão continua a reinar.

Pobreza

Em causa as políticas de "ajustamento estrutural"

O 50º aniversário do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), deu novo impulso aos debates em torno das dramáticas consequências da aplicação das políticas de "ajustamento estrutural", condição imposta pelas duas organizações financeiras para a concessão de empréstimos.

Em relatório publicado em Setembro, a conhecida ONG (organização não governamental) Oxfam, faz uma apreciação particularmente crítica dessas políticas que, denuncia, "favorecem um modelo de crescimento económico baseado na exclusão social". E acrescenta: "O crescimento não beneficiou os pobres e muitas pessoas ficaram mesmo numa situação pior que à que tinham em 1980".

Os números das estatísticas são, a esse respeito, esclarecedores. Na África subsahariana, o rendimento por habitante tem

vindo sempre a baixar desde meados dos anos 70. Vive-se hoje pior no continente negro que há uma geração atrás. Também na América Latina (e explosões como a de Chiapas não são alheias a esse facto), o nível de vida baixou ao longo da década de 80.

É verdade que em simultâneo registam-se alguns indicadores positivos. A esperança de vida em África aumentou. A mortalidade infantil continua a descer (sendo embora ainda muito elevada). A fome e o analfabetismo não se agravaram.

Factos que parecem afirmar-se ao arrepiro de orientações de política económica claramente antipopulares, e que poderão estar ligados a outros factores, como a importância da economia informal, ou a solidariedade internacional em áreas como a saúde e a educação.

Bangladesh

Os advogados da escritora Talisma Nasreen entregaram, num Supremo Tribunal de Justiça do Bangladesh, um pedido de anulação da acusação de ofensa aos sentimentos religiosos dos muçulmanos.

A escritora feminista encontra-se no exílio na Suécia desde Agosto, depois de ter sido ameaçada de morte por grupos fundamentalistas muçulmanos e após as autoridades do seu país terem emitido um mandato de captura. Talisma Nasreen, 32 anos, médica, foi formalmente acusada a 5 de Novembro por um tribunal de Daca de ter "ofendido os sentimentos religiosos" dos muçulmanos.

Talisma Nasreen declarou recentemente estar pronta a apresentar-se perante os seus juizes se o Governo do Bangladesh garantir a sua segurança.

Espacial

Os Estados Unidos e Rússia vão iniciar em 1995, vinte anos após o acoplamento das naves espaciais Apollo/Soyuz, uma fase de encontros espaciais para construir uma nova estação orbital internacional antes do ano 2.000.

Em Junho deste ano vai-se tentar acoplar o vaivém "Atlantis" à estação orbital russa "Mir".

Quando isso acontecer, começa uma nova era com o intercâmbio de astronautas e cosmonautas, utilização conjunta do laboratório espacial russo e a aquisição de experiência para a construção da estação orbital com a ajuda do Japão e países da Europa.

Pela primeira vez na história espacial dos Estados Unidos, um seu astronauta, Norman Thagard, vai permanecer 98 dias a bordo da estação russa "Mir", sendo coadjuvado por uma tripulação mista que viajará num vaivém espacial norte-americano, num acontecimento sem precedentes na história dos dois países.

O objectivo da cooperação é complementar estudos já realizados por soviéticos e russos sobre a influência da gravidade no ser humano e na elaboração de materiais no espaço.

O acordo entre os dois países prevê que sete naves espaciais norte-americanas possam atracar na estação "Mir", entre 1995 e 1997, com a opção de mais três voos em 1998.

O primeiro voo ao abrigo desse acordo será realizado a partir de 2 de Fevereiro pelo vaivém "discovery" para uma missão de treino e durante a qual estará a cerca de 10 metros da "MIR".

Da sua tripulação fará parte o cosmonauta russo Vladimir Titov, que ostenta o "record" de 366 dias de permanência no espaço a bordo da "MIR".

Seminário Nacional sobre a Festa do «Avante!»

Fazer a Festa melhor e maior

Como grande iniciativa popular, aberta a todos aqueles que nela querem participar, a festa do «Avante!» não é indiferente às transformações que se têm verificado na sociedade portuguesa. Na realização da festa colocam-se problemas novos que exigem o reexame colectivo de soluções, critérios e objectivos adoptados até agora. É neste quadro que decorre no Partido a preparação do Seminário Nacional, marcado para o próximo dia 21 de Janeiro, no Seixal, onde participarão cerca de duas centenas e meia de camaradas. Foi sobre os objectivos desta iniciativa que conversámos com os camaradas Jorge Pires, responsável pela Festa do «Avante!» no Secretariado do Comité Central, Fernando Vicente, Licínio de Carvalho, Joaquim Judas, membros do Comité Central e do Secretariado da Festa, e Vítor Santos, da Comissão Executiva da Festa.

Que razões levam o Partido a promover um seminário sobre a Festa do «Avante!»?

Jorge Pires - A Festa do «Avante!» teve a sua 18ª edição em 1994. Dizemos que a Festa atingiu a maioridade... fez 18 anos. Ao longo destes anos, foi acumulada uma grande experiência, na base da qual pensamos que é chegado o momento de promover um amplo debate que englobe os mais variados aspectos, desde a construção ao conteúdo e programação da Festa, funcionamento, financiamento, etc.

A Festa não é indiferente às transformações que se foram verificando quer na sociedade portuguesa, quer no Partido. Portanto, hoje colocam-se problemas que há uns anos atrás não eram sentidos. Critérios, soluções e objectivos que até aqui nos guiaram são hoje de certa forma questionados, surgindo assim a necessidade de fazer esta discussão. A ideia de avançar para uma iniciativa deste tipo começou a ser trabalhada praticamente há um ano.

O que é que mudou ao longo das várias edições da Festa?

Fernando Vicente - Penso que só o facto de termos avançado para terreno novo significa que o Partido tomou uma atitude nova perante esta realização. Passámos a dispor de um local próprio, o que só por si representa uma concepção nova que conduz a uma discussão geral no Partido.

Dai que a realização do seminário surja neste momento como o corolário de um percurso que tem vários marcos importantes. O que é a Festa, para que é a Festa, como se coordena a actividade do Partido e a Festa, são questões que ganharam uma nova dinâmica e que temos de discutir.

Jorge Pires - Em todo o Partido se colocou a necessidade de discutir, redefinir alguns critérios,

A Festa não é indiferente às transformações que se foram verificando quer na sociedade portuguesa, quer no Partido. Portanto, hoje colocam-se

problemas que há uns anos atrás não eram sentidos

- Jorge Pires

encontrar novas soluções para os novos problemas, etc. Tal como a discussão não se iniciou com o Seminário, pretendemos também que não termine com a sua realização.

Aliás, temos um conjunto vasto de outras discussões que vamos realizar nas organizações regionais que têm um papel mais destacado na construção e realização da Festa, caso de Lisboa, Setúbal, Santarém, Alentejo, Leiria, Porto, e também com a JCP.

O objectivo destas reuniões é cruzar opiniões dos camaradas mais responsáveis das Direcções Regionais com opiniões dos que estão mais de perto ligados à Festa, aqueles que têm a «mão na massa».

As conclusões do debate servirão para elaborar um conjunto de recomendações para a direcção do Partido e a direcção da Festa considerarem posteriormente.

Como é natural, algumas das decisões não poderão ser postas em prática logo no ano de 95. Temos a consciência de que muitos aspectos serão concretizados progressivamente ao longo das próximas edições.

No concreto, quais são as dificuldades mais sentidas actualmente?

Hoje temos mais dificuldades na mobilização dos camaradas, quer para a construção quer para os restantes tarefas.

Mesmo ao nível do gosto e da sensibilidade das pessoas registaram-se muitas alterações e o nível de exigência é incomparavelmente maior. Isto é, temos de adaptar o conteúdo e a programação à realidade actual.

Por outro lado, temos de ter em conta que nos últimos anos o nível de vida das pessoas desceu muito. Com a descida do poder de compra, a Festa também se ressentiu.

Joaquim Judas - Tenho ideia que o problema de fundo e o objectivo central do seminário, para além de tudo o que aqui já foi dito, é saber como é que vamos conseguir manter e elevar o nível de qualidade da Festa. Ora é uma pergunta à qual procurámos dar resposta quando adquirimos o terreno, e que de ano para ano tem estado sempre no centro das preocupações, mas agora deve ser encarada de outra forma, tendo em conta os problemas qualitativamente novos que se colocam.

Há de facto alterações ao nível da realidade social, da própria realidade nacional, às quais a Festa também precisa de responder dentro desta preocupação da elevação da qualidade. E quer em relação aos espectáculos, quer em relação à nossa mensagem política, a outros elementos culturais, à gastronomia, etc., temos de procurar manter e corresponder mais e melhor.

Como é que vamos conseguir isso, numa Festa que é construída e que funciona, e vai continuar a ser assim, na base de um grande esforço militante?

Fernando Vicente - Acrescento que a Festa entra hoje, nalguns planos, em concorrência com outras realizações que simplesmente não existiam há meia dúzia de anos atrás. Foi o caso da Lisboa 94, que concorreu no plano dos espectáculos, onde cada vez a oferta é maior. Ora, como é que uma iniciativa com as características da nossa pode vencer, suplantar e afirmar-se cada vez mais, sem perder o seu carácter misto de proposta cultural e de proposta política?

Desde que fomos para a Atalaia (...) registaram-se melhorias espectaculares, ao ponto de podermos hoje afirmar que temos dos melhores parques de actividades que existem no país

- Fernando Vicente

No início, a construção da Festa implicava um envolvimento maior do Partido.

Decorridos estes anos, é o importante sabermos ao certo que peso relativo esta realização tem na actividade geral do Partido e até que ponto o Partido potencia e aproveita politicamente as oportunidades que a Festa abre para contactar com as pessoas.

Um aspecto novo, indiscutível, é que tem vindo a crescer significativamente a participação da juventude na Festa. Creio que concordamos com a necessidade de aumentar a influência do Partido no meio juvenil. Contudo, tenho a sensação de que podemos dar passos mais significativos nesse sentido.

Mas isto não é só em relação aos jovens. Aliás, porque todos nós pensamos que vale a pena fazer a Festa como um acto político, uma realização do Partido que se insere no contexto geral da luta do Partido.

Cerca de cinquenta por cento dos visitantes da Festa têm até 24 anos. Consideram que a mensagem do Partido veiculada durante a Festa chega a estes jovens?

Joaquim Judas - A Festa não é tanto um acto de propaganda, em sentido estrito, mas uma manifestação da forma como o Partido tem de estar na sociedade. É claro que todas as festas são diferentes, mas em todas se procura dar uma imagem do país, da intervenção dos comunistas e da sua perspectiva de encarar e estar na sociedade em que nos inserimos.

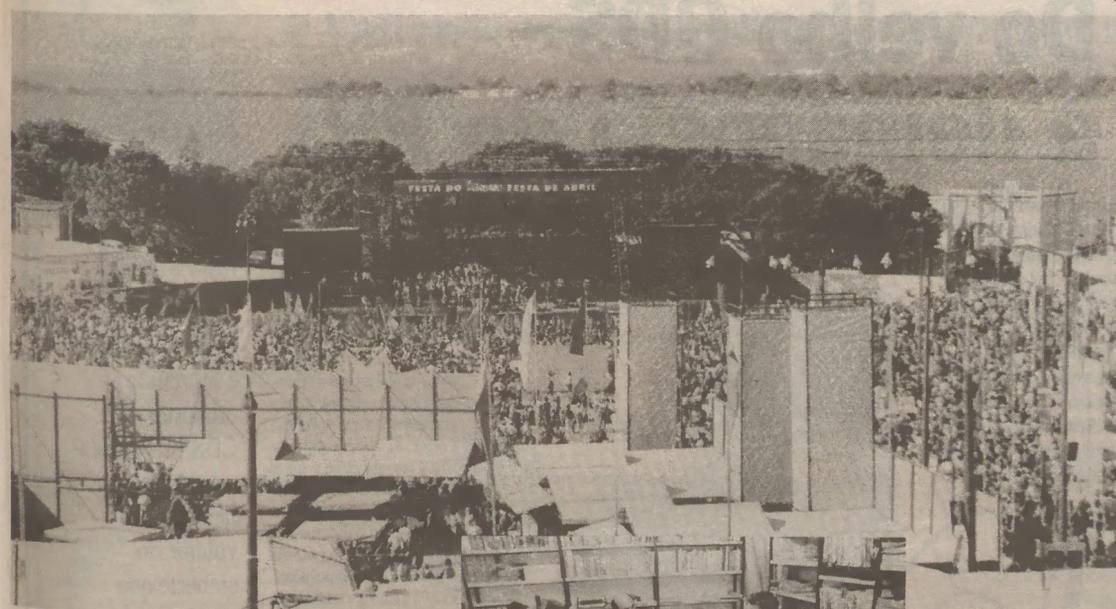
Jorge Pires - Há, de resto, um dado curioso de um inquérito que realizámos e que indica que o segundo aspecto que mais atrai os visitantes, logo a seguir aos espectáculos, é o ambiente que lá se respira, o espírito de liberdade e de solidariedade que se vive ali dentro. Esta é uma mensagem que é passada.

Isto não quer dizer que não devamos reflectir e debater formas de reforçar a nossa intervenção política na Festa, o conteúdo político e cultural, de forma a chegarmos mais longe, não só aos jovens mas a todas as camadas que nos visitam. É claro que hoje a juventude representa a maioria dos visitantes. Cerca de cinquenta e oito por cento dos visitantes têm menos de 30 anos.

A própria JCP está atenta a este facto e tem como objectivo libertar de tarefas técnicas, nos três dias da Festa, os jovens com mais responsa-

Licínio Carvalho - Creio também que há questões novas que motivam a realização do seminário, mas pessoalmente sinto a necessidade deste debate desde há muitos anos, desde que estou na Festa, já vai para cerca de 10 anos. Penso que outros camaradas que estão nas mesmas condições pensam da mesma maneira.

Quando se realizaram as primeiras festas, a sua implantação era só por si uma vitória. Com o tempo, as coisas modificaram-se e o esforço maior passou a concentrar-se num número mais reduzido de camaradas.



bilidades de forma estarem mais disponíveis para receber e contactar com os jovens visitantes.

Fernando Vicente - É curioso notar que mais de metade dos visitantes com menos de 25 anos responderam que o ambiente é a principal razão que os leva à Festa. Portanto, neste caso, o ambiente é mais importante até que os espectáculos. Outro elemento interessante é que as pessoas vão à Festa, menos por influência das campanhas publicitárias e mais por terem trocado opiniões com amigos e outras pessoas. Logo, há todo um universo que está criado, direi mesmo uma mística que envolve a Festa do «Avante!».

Licínio Carvalho - Voltando um pouco atrás. É claro que a Festa não é só um acto de propaganda, mas o problema que colocamos - como poderemos conduzir a atracção real que os jovens sentem pela Festa de modo a que ela signifique mais do que uma simples passagem anual. Ou seja, como é que os podemos ganhar para os nossos ideais, para as nossas causas, para a luta e mesmo para a participação no Partido.

O aumento da juventude não gera também o aumento de fenómenos de marginalidade na Festa?

Jorge Pires - Não temos essa opinião. Os fenómenos de marginalidade, que sem dúvida têm vindo a aumentar, resultam da participação de grupos organizados, coisa que não existia, não só na Festa do «Avante!», mas na própria sociedade. Não é por haver mais jovens na Festa que há mais ou menos tranquilidade.

Vítor Santos - Não podemos escorregar para um caminho que é profundamente injusto. Ou seja, dizer que, como há mais juventude, há mais delinquência. Ora, o problema não é a quantidade de jovens, e não podemos confundir o vestuário da juventude (alguns deles até se «mascaram» à entrada), com o comportamento, que na maioria dos casos é perfeitamente normal.

Para além do ambiente, a Festa oferece uma outra coisa que estará certamente em debate no seminário, que é a grande diversidade de oferta durante três dias e num único espaço

- Joaquim Judas

É importante sabermos ao certo que peso relativo esta realização tem na actividade geral do Partido e até que ponto o Partido potencia e aproveita politicamente as oportunidades que a Festa abre - Licínio de Carvalho



Não podemos esquecer que nós também já fomos jovens e nessa altura diferíamos igualmente muito das gerações mais velhas.

O reforço da segurança da Festa não irá perturbar o ambiente de tolerância que a caracteriza?

Jorge Pires - A Festa é aberta. Participa quem quer e naturalmente que as alterações na sociedade nela se reflectem. Os fenómenos de marginalidade, da agressividade, também lá entram.

Penso que a preocupação em reforçar a tranquilidade e a segurança das pessoas é legítima, no sentido de dissuadir aqueles elementos que vão à Festa com o objectivo de provocar e criar conflitos.

As medidas que teremos de tomar não irão criar um ambiente intimidatório, mas que poderão prevenir acções contra a segurança dos visitantes. Todas estas medidas não devem nem irão limitar a tendência, que quanto a nós é positiva, de aumentar o número de jovens na Festa.

O excesso de jovens não afasta outras camadas etárias?

Jorge Pires - Não. Apostamos na diversidade etária e, nesse sentido, temos de assegurar maior diversidade ao nível do conteúdo e da programação, que contemple e tenha em conta a diversidade social e etária dos visitantes sem pôr em causa objectivos políticos.

Não consideram que o desconforto de muitas estruturas é também um factor que afasta as gerações mais velhas? Por exemplo, a falta de cadeiras para assistir a um espectáculo, ou o pó excessivo nalguns recintos?

Vítor Santos - Neste momento, oferecemos condições bastante razoáveis aos nossos visitantes. Temos uma boa cobertura vegetal na maioria dos recintos, embora nada possa resistir intacto à passagem de tantos milhares de pessoas. Fazemos um grande esforço para melhorar as condi-

Não podemos confundir o vestuário da juventude (alguns deles até se «mascaram» à entrada), com o comportamento que, na maioria dos casos, é perfeitamente normal - Vítor Santos

ções, e lá chegaremos ao dia em que poderemos colocar uma tela em vinil no auditório.

Fernando Vicente - A Festa do «Avante!» apresenta, para o tipo de realização de exterior, condições de cinco estrelas. Desde que fomos para a Atalaia, quer em termos de apoios de sanitários, revestimento vegetal e outros aspectos, registaram-se melhorias espectaculares, ao ponto de podermos hoje afirmar que temos dos melhores parques de actividades que existem no país.

Não podemos é comparar, e muitas vezes fazêmo-lo erradamente, com as condições de interiores. É evidente que não podemos comparar exteriores com o interiores, por exemplo, do Coliseu, ou de outra qualquer sala de espectáculos.

A Festa é, e vai continuar a ser, uma festa diferente.

Joaquim Judas - Para além do ambiente, a Festa oferece um outra coisa que estará certamente em debate no seminário, que é a grande diversidade de oferta durante três dias e num único espaço. Penso que devemos manter esta oferta diversificada e mesmo conceber níveis de qualidade superiores.

Em muitos aspectos, temos vindo a melhorar ao longo dos anos. Contudo, nomeadamente em relação à programação dos espectáculos, temos de reflectir, já que considero que por vezes se privilegia excessivamente determinadas camadas etárias e determinadas correntes musicais, em prejuízo de outras...

Jorge Pires - Essa é uma das muitas questões polémicas e há opiniões que são diametralmente opostas, também com argumentos muito fortes.

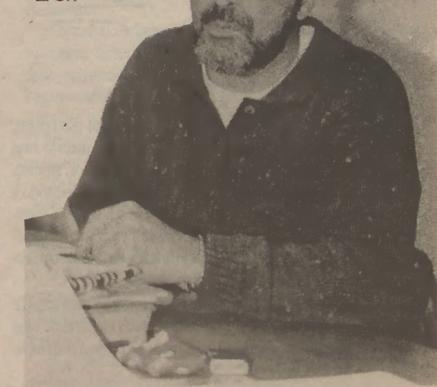
Qual é a importância da Festa na actividade do Partido?

Jorge Pires - Tem uma grande importância como factor de organização e mobilização da militância. Centenas de camaradas têm hoje actividade regular a partir da Festa do «Avante!». Ou porque integram as suas estruturas ou porque são mobilizados sazonalmente para essas tarefas. É uma realização que não pode ser encarada apenas como uma iniciativa anual, mas como uma actividade permanente do Partido, que leva ao reforço organizativo, ao reforço da militância, ao aparecimento de novos quadros para a vida partidária e mesmo de novos militantes. Noto infelizmente que aproveitamos mal a Festa para efectuar novos recrutamentos. Não temos uma banca específica, não temos equipas organizadas para o recrutamento, apesar de ser um local privilegiado, porque estamos ali com dezenas de milhares de pessoas, potenciais membros do Partido. Num inquérito realizado, sessenta e cinco por cento dizem-se simpatizantes do Partido. Há um grande campo de penetração do Partido que tem de ser aproveitado e a Festa é um momento privilegiado.

Outro aspecto que está no centro do debate é o conteúdo político, social e cultural da Festa. Pensamos que não pode ser

da exclusiva responsabilidade das estruturas centrais. A riqueza da análise e da intervenção do Partido em todas as regiões do País nem sempre se reflecte na Festa. As organizações têm de aproveitar a oportunidade para denunciar os problemas regionais e divulgar as posições e propostas que têm.

■ CN



Do velho CDS à demagogia do PP

COM AMPLA cobertura dos meios de comunicação social, temos vindo a assistir ao empolamento da figura de Manuel Monteiro e à valorização das posições e do papel do CDS/PP na sociedade portuguesa. Percebe-se o sentido da operação mediática e a importância nela desempenhada pelo seu órgão oficioso "O Independente" e ao papel que neste desempenha o seu director como principal ideólogo do "novo" CDS. Face à operação de falsificação que está em curso, justifica-se trazer aqui alguns apontamentos num contributo para a sua desmistificação.

O que há de novo no velho CDS

No quadro de uma situação política e social extremamente degradada cujas causas mais próximas assentam na natureza da política de recuperação capitalista levada a cabo pelo governo do PSD, num processo que conduziu à apropriação de privilégios e fortunas e poder por parte dos grandes capitalistas (Melos, Champalimaud, Espírito Santo, novos e velhos latifundiários cujos rendimentos se multiplicaram após o 25 de Abril) elementos e grupos que floresceram à sombra do regime fascista e foram os seus principais sustentáculos.

Política que conduziu à destruição do aparelho produtivo, ao aumento do desemprego, à degradação das condições de vida de uma parte importante da população, à insegurança e até ao desespero.

Política que promoveu a corrupção expressa, entre outros factores, nos sinais exteriores de riqueza ostentados por detentores de cargos públicos em contraste com um número crescente de excluídos socialmente a viverem não só abaixo dos limites extremos de pobreza mas a quem falta a esperança, a confiança e o discernimento para lutarem por soluções mais justas no plano político e social.

Política que conduziu ao desprestígio das instituições do Estado Democrático criando um caldo de cultura propício ao desprestígio da vida política e dos partidos para vastos sectores da opinião pública, sentimento aproveitado por sujeitos e agentes que sem qualquer espécie de pudor ou escrúpulos, utilizando a mais desavergonhada e cínica das demagogias, se propõem concertar o sistema que promoveram, apoiaram e na sua essência têm como projecto.

É assim, neste quadro deteriorado, que o "novo" CDS/PP, corporizado por Manuel Monteiro, aparece a intervir procurando capitalizar para a direita mais radical através de um discurso no qual incorpora e saqueia, sem quaisquer escrúpulos, um conjunto de reivindicações, ideias e valores que não são suas nem pertencem ao seu património e objectivos políticos, anseios, insatisfações, verbalizando frases atiradas consoante o auditório a que se destinam, com o objectivo de unificar e capitalizar os diversos descontentamentos presentes nos variados extractos da sociedade portuguesa, na classe média, na juventude ou mesmo em sectores de trabalhadores, em favor do velho CDS.

O objectivo é claro. Trata-se de numa primeira fase impedir que tal descontentamento se exprima no plano eleitoral de uma forma que possibilite alterar no plano político a actual correlação

de forças. Isto é, trata-se de tudo fazer para que os milhares de eleitores que desencantados com a política e as promessas não cumpridas pelo PSD não desloquem o seu voto para a esquerda e designadamente para o PCP, para que a direita radical capitalizando parte desse descontentamento ganhe força e legitimidade para intervir nos arranjos de poder pós-eleitorais a fim de compartilhar a execução, de forma eventualmente mais radical, da mesma política.

O velho CDS no "novo" PP

Analisando mais de perto a postura e sobretudo as propostas do CDS/PP verifica-se então facilmente o volume do embuste que pretendem fazer passar com manifesto apoio por parte da comunicação social.

Proclamam os valores da "Pátria, da Moral e do Trabalho" como elementos associados à "estabilidade do País e ao progresso da sociedade portuguesa", atacam "os privilégios dos polí-



ticos" e dizem bater-se "pela competência, a honra e o carácter". Na recente crise política que atravessa o País, Manuel Monteiro, numa mistura de falta de escrúpulos com a mais desbragada demagogia, declara mesmo faltar "raça e coragem" na vida política. Vejamos que significado real têm estas como outras tiradas deste partido.

Em primeiro lugar, não há nenhum protesto de fundo do CDS face ao escândalo das selváticas privatizações levadas a cabo por este governo e que num curto espaço de tempo puseram nas mãos dos antigos proprietários, restaurando poder e privilégios, as empresas nacionalizadas após o 25 de Abril. Silêncio igualmente verificado quando o actual Governo concordou em antecipar o

prazo para a abertura ao sector privado do sector das telecomunicações. Aplaudiu as chorudas indemnizações pagas aos latifundiários tendo esboçado um tímido protesto por considerá-las tardias. Aprovou com o seu voto o conjunto de medidas no Parlamento Europeu visando antecipar a integração de Portugal na Política Comum de Pescas o que configura um quadro de maiores dificuldades ao futuro deste importante sector produtivo. Apoiou entusiasticamente a PAC (Política Agrícola Comum) com as consequências que estão à vista, tendo Rosado Fernandes, destacado dirigente da CAP, como seu deputado no Parlamento Europeu. O projecto de revisão constitucional do CDS/PP é um verdadeiro ajuste de contas com o 25 de Abril e as suas principais conquistas.

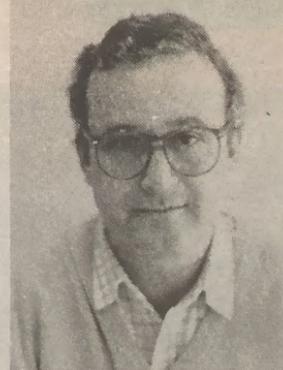
No plano social, as suas posições aparecem fundidas com as reivindicações da CIP, grande central do patronato defendendo, designadamente, a completa desregulamentação da legislação de trabalho, a eliminação da Contratação Colectiva de Trabalho, a liberalização dos despedimentos e uma profunda reformulação do sistema de segurança social tendente à sua destruição.

As lutas dos trabalhadores e as manifestações de rua (caso evidente da luta dos utentes da Ponte 25 de Abril) e mais recentemente a dos operários vidreiros da Marinha Grande, são para o CDS/PP perigosos sinais de "agitação e desordem". A rábula montada acerca da entrega dos dinheiros a uma instituição de caridade vendida como produto do que Manuel Monteiro ganha como deputado ao Parlamento Europeu é uma monumental farsa. Primeiro, porque o CDS tem mais eleitos, depois, porque um só deputado eleito pelo PCP já entregou de facto ao Partido mais do dobro da importância que o chefe do CDS se dignou dar num gesto da mais refinada hipocrisia. Finalmente, porque nestas como noutras o que está em causa é mais uma vez uma questão de princípio. Os eleitos comunistas entregam todos o que ganham a mais ao seu Partido porque não se servem para si dos cargos públicos que ocupam. Ajudando com tal atitude a financiar a actividade de um Partido com um projecto em que acreditam e pelo qual se batem. O líder do CDS/PP entrega trocos numa cínica operação de propaganda.

Quanto às denúncias da corrupção e ao seu combate, sem deixar de valorizar o papel que "O Independente" como órgão oficioso do CDS tem tido nesta matéria, há que sublinhar que não me recorde de algum caso ter tido a ver com qualquer dirigente deste partido e sobretudo de nele haver um silêncio completo acerca da monumental corrupção em torno das privatizações. Também nesta importantíssima questão que tem a ver no fundo com o cerne das características do regime, o essencial não é tocado.

Por último, em relação à ausência de "raça e coragem política" que M. Monteiro diz detectar na vida política portuguesa, a falta de seriedade das posições do CDS/PP assumidas no quadro da actual crise política, face à necessidade da sua clarificação e à exigência de dissolver a Assembleia da República com a convocação de eleições antecipadas, lembram as pequenas figuras que, cobardemente, "à falta de coragem própria acusam os outros de não a ter".

É este o "novo", velho CDS herdeiro e continuador das ideias e projectos da direita mais radical, conservadora, arrogante e falsamente moralista. O esforço de maquilhagem, a utilização mediática da mais desbragada demagogia, não podem fazer-nos esquecer o que de fundo e verdadeiro defende para o futuro da sociedade portuguesa. E o que verdadeiramente defende coloca-o no pólo oposto dos projectos, ambições legítimas e sonhos dos que defendem um país mais desenvolvido, independente, socialmente mais justo, mais democrático, mais solidário, mais culto. Por este projecto se batem os comunistas. Para lhe dar corpo, é necessário dar-nos força, social e eleitoral.



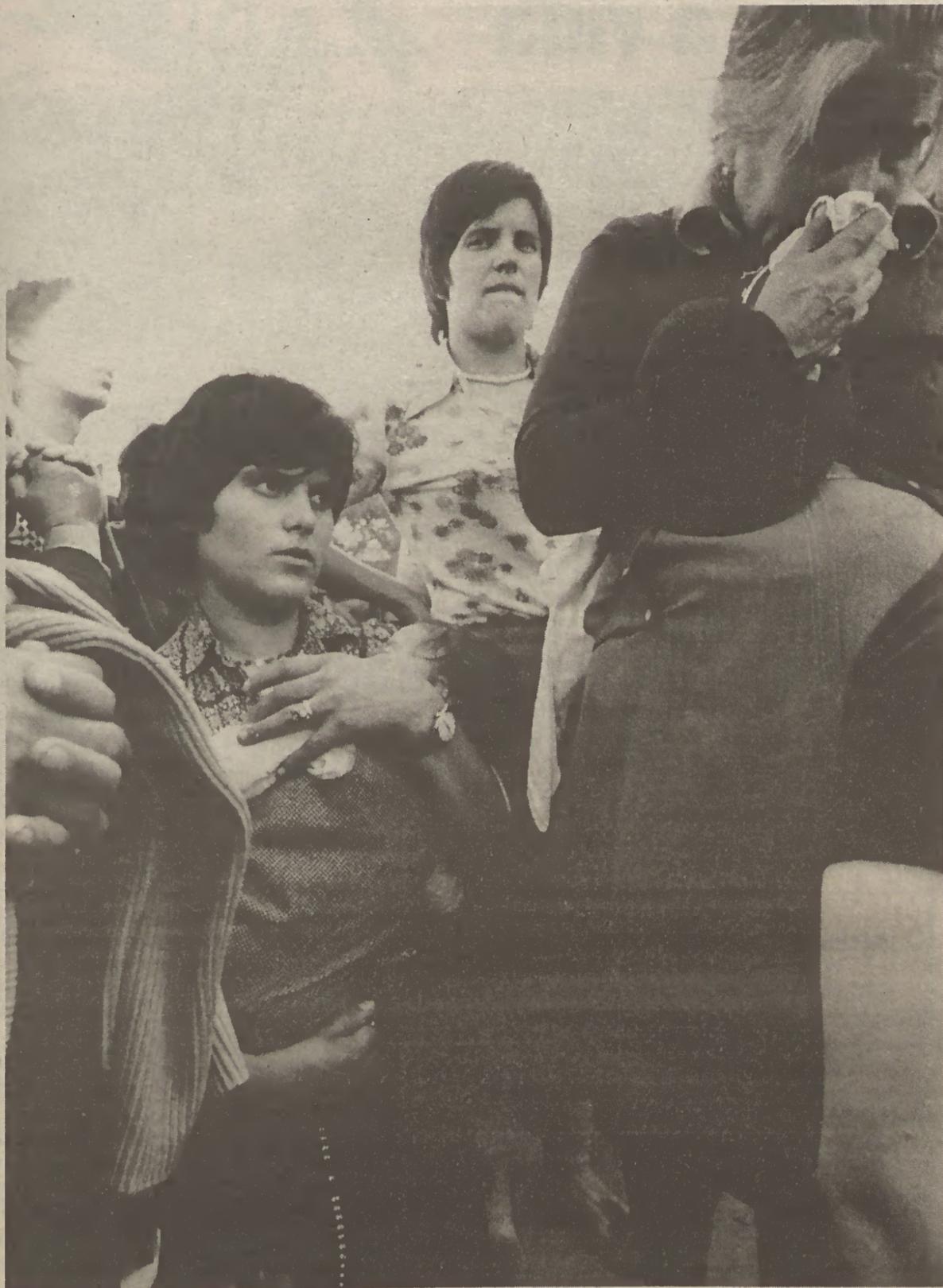
CARLOS LUÍS FIGUEIRA
Membro da Comissão
Política do CC do PCP

Analisando mais de perto a postura e sobretudo as propostas do CDS/PP verifica-se então facilmente o volume do embuste que pretendem fazer passar com manifesto apoio por parte da comunicação social.

O Vaticano apela à mulher na educação da paz...

Três proveitos no mesmo saco?

■ Jorge André



O presente texto foi redigido cerca de uma semana antes da divulgação da «Mensagem do Papa para o Dia Mundial da Paz 1995». Mas já então se dispunha de passagens do documento, tão altamente fidedignas quanto é certo terem sido retiradas de um artigo assinado pelo cardeal Etchegaray, actual presidente dos Conselhos Pontifícios «Cor Unum» e «Justiça e Paz». Acresce que esse texto representou a peça principal do número 3233 da «Voz da Verdade», o semanário oficial do Patriarcado de Lisboa.

Registe-se que esta carta papal bem poderia ocupar o espaço normalmente destinado às encíclicas. «A Mulher, Educadora da Paz», aborda temas que são verdadeiros pontos de fractura nas sociedades modernas, tais como a condição da mulher que busca emancipar-se, o grau de participação social que lhe é consentido, a dignificação do seu papel na família, na educação para a paz, na valorização da pessoa humana, na construção do progresso e da justiça, etc. Doutrina que não cabe em pouco espaço. Desejo evidente de «passar por cima» do essencial.

Todas estas questões são principais e, quando interligadas, tocam as causas profundas dos gravíssimos problemas que a humanidade nossa contemporânea enfrenta e que mergulham raízes em áreas concretas que são de natureza económica, social, política, cultural, etc. Aliás, a igreja já reconheceu tudo isto quando, há poucos anos ainda, propôs aos governos do mundo um elaborado projecto a que chamou «Nova Ordem Mundial». Proposta em que agora, curiosamente, a hierarquia raramente fala.

A mensagem do papa procura também remeter para o íntimo da pessoa a responsabilidade pela solução dos problemas colectivos que ela vive. Sobretudo, quando se dirige à Mulher. «A paz interior» – declara João Paulo II – «vem de sabermos-nos amados por Deus e da vontade de correspondermos ao Seu amor» e acrescenta: «As mulheres sabem como falar da paz, mesmo sem palavras, com os seus actos e, muitas vezes, com a eloquência muda do seu sofrimento».

Na verdade, o propósito a que aludimos, dos «três proveitos num saco», é, nesta passagem do texto, mais do que evidente. A mulher de educar para a paz mas permanecer submissa. Não são estas as palavras que a humanidade trabalhadora e humilde aguardaria da igreja. As mulheres de hoje não pretendem ser colocadas no altar ou canonizadas porque revelam «uma eloquência muda do seu sofrimento». As suas lutas reclamam a pura e simples supressão das situações de injustiça social. Católica ou não católica, a mulher moderna exige ser escutada no trabalho, na escola, na família ou na própria igreja.

Como grupo social, a mulher tem vindo a sofrer, ao longo de séculos, repressões e discriminações vexatórias que concorrem para condicionar os seus comportamentos, mesmo nos tempos actuais. A hierarquia católica bem sabe que cabem à igreja sérias responsabilidades na castração sistemática das enormes potencialidades criativas da mulher. Fizesse a igreja acto de contrição quanto ao seu passado e ganharia as simpatias e os apoios dos homens e das mulheres que lutam conscientemente por objectivos reconhecidos como justos pela própria doutrina social católica. Se a hierarquia não procede assim é porque, muito simplesmente, está incapacitada de assumir responsavelmente certas atitudes. Tanto o alto clero se enredou em contradições internas e em obscuras relações com o dinheiro e com o poder, que é agora incapaz de optar por propostas confessionais inovadoras e, muito menos ainda, de se aproximar de uma humanidade que, apesar de todos os jugos a que tem estado submetida, não deixou de progredir em termos de inteligência da vida e de compreensão ética do mundo.

O cardeal Etchegaray conclui com uma declaração que é um verdadeiro alerta, para quem a queira compreender. «A comunidade internacional marcou encontro no mês de Setembro para Pequim», afirma o purpurado, «com a Conferência Mundial sobre a Mulher, que tem por tema a Igualdade. Não percamos essa grande ocasião para mobilizar as energias de toda a família humana em favor da paz».

Palavras formalmente justas. Mas não esqueçamos o que aconteceu no Cairo, há bem poucos meses atrás quando, por ocasião da Conferência sobre População e Desenvolvimento, os delegados da Santa Sé se assumiram como um autêntico sistema de segurança dos países ricos e desenvolvidos. Foram eles que conseguiram conjurar os perigos de mais uma denúncia, pública e responsável, das verdadeiras causas da miséria, da fome e da opressão.

Será que cenário idêntico se prepara para Pequim, quando for discutida a actual situação social da Mulher?

«Reflexões para o Ano 2000»...

O Novo Testamento

A mais recente obra atribuída ao papa polaco não é propriamente apenas sua. Trata-se de uma colagem de citações de escritos e declarações produzidas ao longo de um extenso pontificado. As afirmações do papa são, então, ligadas entre si por um minucioso articulado crítico que dirige a leitura do texto papal.

O texto crítico acaba por ocupar o lugar fundamental da obra. Apesar disso, a sua verdadeira autoria não é revelada, apenas se podendo dizer com segurança ter sido escrito no âmbito da Cúria Romana.

A couraça que envolve o que seria lícito supor constituir a mensagem a transmitir pelas «Reflexões para o Ano 2000» não fica, no entanto, por aqui.

Cada tradução compreende, ainda, um texto adicional, também explicativo e de articulação, da autoria de uma figura destacada da respectiva igreja nacional. No caso português, esta missão incumbiu ao banqueiro franciscano P. Vítor Melícias.

Porém, o que este sacerdote afirma no preâmbulo da obra, não concorre para esclarecer o mistério a que nos referimos. Bem pelo contrário. «Em hora de feliz inspiração» – afirma o tecnocrata católico – «a que não podem andar alheias as coisas do espírito, os editores tiveram a ideia genial de coligir, em antologia de raro saber e arte, os temas mais significativos do pensamento papal...», etc.

Adiante! A «gaffe» é de Vítor Melícias e já não pode ser reparada. O próprio Vaticano já reconheceu, afinal, ter atribuído a edição desta obra ao grupo Mondatori cujo proprietário e dirigente máximo é o mais que suspeito e famigerado Silvio Berlusconi! Também ele redigirá os textos do Vaticano?

Nem por tudo isto, porém, «Reflexões para o Ano 2000» deixará de constituir um futuro marco de referência. Trata-se de um testamento político cuidadosamente estudado, destinado a omitir o que está mal na igreja e a valorizar a imagem de conteúdo conciliar. Justamente aquela que João Paulo II com o seu fundamentalismo denegriu.

■ Miguel Urbano Rodrigues

Em Birán no mundo mágico onde Fidel nasceu e descobriu a vida

Birán não corresponde ao que se espera encontrar ali, embora seja difícil definir a expectativa de cadavésitante. A única sensação comum será talvez a surpresa vinda do inesperado. Pelo que me toca, o primeiro cheque veio do cenário. Cuba pareceu-me ausente. Mas aquilo não me fez também pensar na Espanha. Na busca de uma referência subiram-me à memória imagens de povoados do Oeste americano nos finais do século XIX tal como Hollywood os mostrava.

Birán não é vila nem aldeia. Apenas o pólo de uma antiga **hacienda** que parou no tempo; ao tomar forma já estava desajustada do mundo que a envolvia.

Ali nasceu Fidel Castro.

Foi necessária uma autorização especial – gentileza da direcção do Partido da Província de Holguín – para visitar o lugar. Birán está vedada aos circuitos turísticos por decisão que atendeu um desejo formulado por Fidel.

A **hacienda** apareceu-me como uma estranha estrutura. Dela ficará memória como lugar evocativo da infância e adolescência de uma personalidade que marcou (e marca) a história contemporânea de Cuba e do continente americano. Mas não pode cumprir ainda o seu destino de futuro museu. Fidel opõe-se. Não seria de esperar da sua pessoa outra atitude. Um revolucionário que sempre combateu o personalismo e a glorificação dos dirigentes não poderia aceitar o absurdo de, vivo e actuando sobre o movimento da História, se ver transformado em tema de um museu.

Birán, porém, existe. Não desapareceu e o fascínio que rodeia a própria palavra é inseparável do facto de ser o lugar do nascimento de Fidel. Não é por acaso que o povo chama à **hacienda** Birán-Castro, designação que, obviamente, não figura nos mapas.

O velho casarão

Como era Birán no começo do século? Um lugar deserto. Passava por ali o telégrafo, mas não havia instalações para um posto.

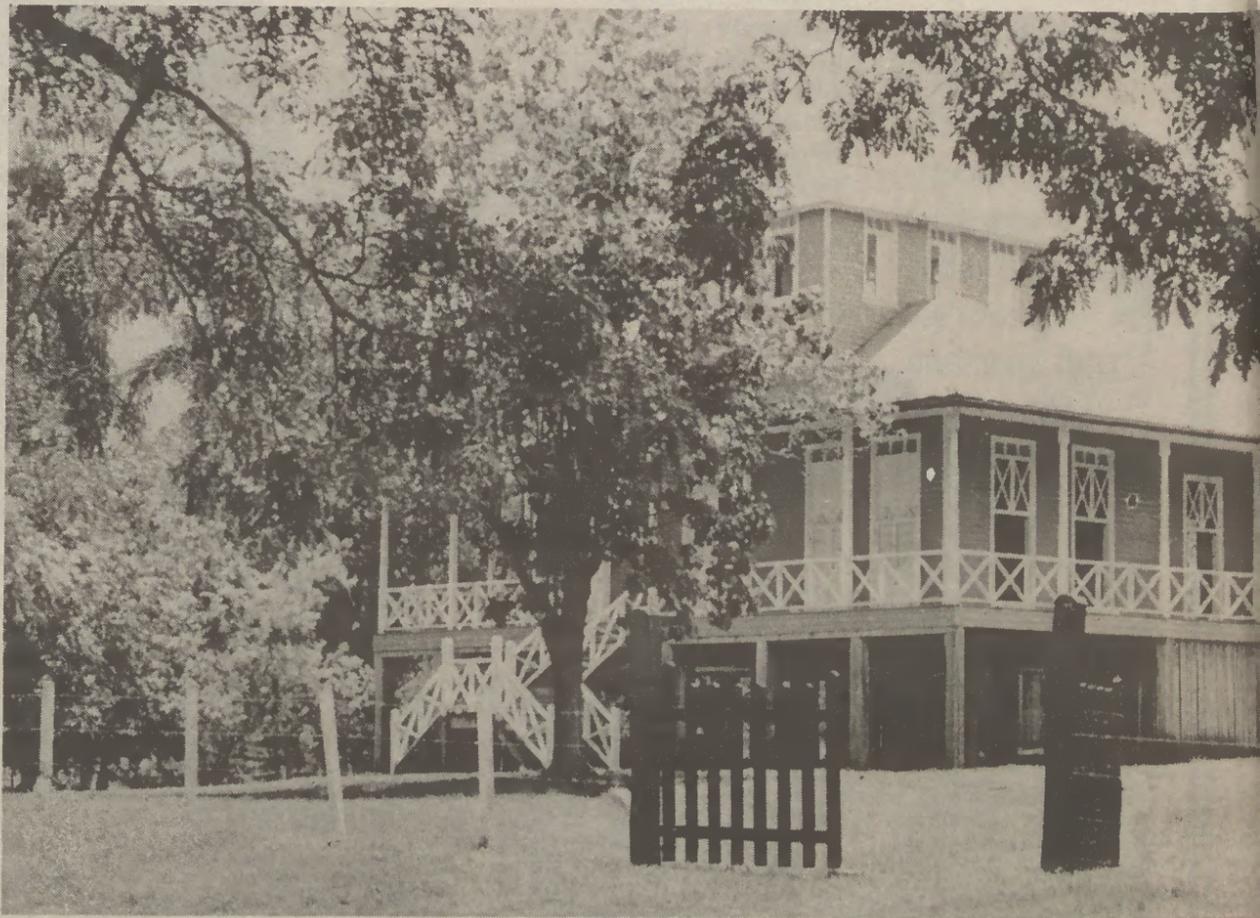
D. Angel Castro gostou da região, quase desabitada. Fez um contrato com o Governo da I República, tutelada pelos Estados Unidos. A antiga estrada real, que ligava o litoral Norte ao Caribe cruzava aquelas solidões. D. Angel construiu instalações para o telégrafo e o seu funcionário e, ao lado, uma cantina-bar. Ganhava dinheiro. Depois apareceu o hotel, de dois pisos, destinado aos forasteiros que interrompiam a viagem e desejavam descansar.

O casarão foi construído quase no final da primeira guerra mundial, em 1917, época de grandes negócios e rápido desenvolvimento.

É um edifício incomum, que impressiona pela estrutura e concepção, algo fantasmático. Enorme, de madeiras duras, pintadas de amarelo torrado, a personalidade vem-lhe da ausência de estilo. A residência propriamente dita assenta parcialmente sobre pilares pintados de branco. Brancas são também as janelas e a balaustrada da varanda que cerca parte do edifício. A quantidade de janelas e de porta-janelas chama a atenção. A dominar o conjunto, o mirante, o quarto de D. Angel, falsa torre com as paredes rasgadas por nove janelas que deixam entrar livremente a luz forte do trópico.

O plano da casa foi concebido pelo seu criador. O salão grande separa o quarto das filhas – onde a mulher permanecia de quarentena após os partos (as meninas iam então para casa da avó, uma moradia pequena, próxima do quarto dos rapazes).

Tudo, repito, me transmite a sensação do nunca visto. Sinto-me transportado ao final do século XIX pela atmosfera de arcaísmo, quebrada pela modernidade de alguns equipamentos, porque D. Angel era homem de muito engenho e imaginação.



A casa de Fidel, em Birán

Na cozinha, ampla, a dimensão do velho fogão de lenha transmite a imagem de uma casa de fartura.

O patriarca e a família

Angel Castro Argi nasceu na Galiza em 1872 numa família de poucos recursos. Não teve a oportunidade de frequentar a escola e pouco entendia do vasto mundo quando o fizeram vestir uma farda de soldado e seguiu para Cuba, para se integrar no exército espanhol que lutava contra os patriotas mambises que combatiam pela independência da Ilha.

Após a intervenção imperialista dos EUA, finda a guerra, foi repatriado. Mas a terra cubana enfeitiçou-o. Voltou como emigrante.

Os primeiros anos foram difíceis. Tentou o comércio sem grande êxito. De um primeiro casamento, nasceram dois filhos: Pedro, ainda vivo e Lúcia, já falecida (!).

Em Birán as coisas correram-lhe tão bem que decidiu lançar raízes. O bar e o hotel foram apenas o começo. Comprou e arrendou terras, tornou-se fazendeiro. Dobrava o meio século quando casou com uma jovem, trinta anos mais nova, Lina Ruiz.

Quem me acompanha e evoca figuras e situações do passado, ajudando-me a dar vida ao cenário, estático, é António Lopes Herrera. Não é o responsável pela **hacienda**. Apenas o adjunto de Fábio, uma personalidade carismática (ausente naquele dia) de quem todos me falam, um antigo companheiro de Fidel que, a pedido deste, velou pela segurança da mãe do comandante-em-chefe até à sua morte, em 1963.

Fábio não conheceu algumas das personagens que por ali passaram e fizeram de Birán um lugar histórico. Mas tem na cabeça, bem arrumadas, mil histórias da família Castro.

Conta-nos que Dona Lina teve sete filhos: Ramón, Fidel, Angelita, Raul, Juanita, Ema e Agustina. «Todos vivos e todos com a Revolução – informa –, com excepção de Juanita, que rompeu com os irmãos e foi para Miami onde se juntou à **gusaneria**».

Não é preciso aprofundar a questão. Fábio adianta-se: «Contrariamente ao que a propaganda norte-americana afirma, Juanita não assumiu posições contra-revolucionárias enquanto a mãe viveu. Tinha uma personalidade muito forte e era

beata e conflituosa, mas o respeito pela mãe impediu-a durante anos de romper com a Revolução...».

Das outras irmãs, uma, Ema, vive no México, casada, mas vem com frequência a Cuba e apoia a Revolução.

A família foi sempre muito unida. Juanita emerge como a ovelha negra e D. Angel tinha 66 anos quando nasceu a última filha. Morreu octogenário e sentia grande orgulho por ser pai de filhos tão destemidos, embora tivesse dificuldade em lhes compreender a trajectória, as ideias e o desafio.

Galego tradicionalista – construiu um salão com acesso ao terraço onde se reunia nos fins-de-semana com espanhóis e seus descendentes – dizia nada entender de política. Tornou-se com os anos o mais rico proprietário da região. Criava gado e produzia sobretudo cana e cítricos, mas a mentalidade capitalista não o desumanizou. Fidel, em algumas passagens da entrevista-livro de Frei Beto, define-lhe o carácter e as contradições. Não tinha uma consciência lúcida dos mecanismos de exploração dos trabalhadores, mas reagia positivamente quando colocado perante situações de miséria extrema.

A aldeia dos haitianos, implantada no coração da **hacienda**, a duas centenas de metros do casarão senhorial, não mudou na sua fisionomia. As casotas, modestas mas limpas, recordam a época em que D. Angel, apiedado da sorte dos refugiados do Haiti (fugidos da ilha vizinha após a intervenção americana) lhes oferecia trabalho, comida e tecto. Três gerações de cubanos descendem, na Província de Holguín, dessa gente. Falei com alguns.

Fidel na escola

Talvez por não ser um museu, a presença do tempo morto é mais forte em Birán. O silêncio e a ausência de visitantes contribuem para a sensação de distanciamento de figuras, felizmente vivas, que ali cresceram.

Entro no recinto fechado, reservado às lutas de galos, espectáculo que há meio século fascinava Raul, adolescente. Um velho preto recorda as noites dessas rinhas quase rituais que encantavam a peonagem. Parece tudo muito longe, inatingível.

Na escola, António Lopez mostra a carteira que foi de



Fidel. Conseguiram identificá-la, numa das suas raríssimas visitas. Ele lembrava-se da fila e do lugar.

Não foi demorada a passagem de Fidelito pela modesta escolinha da fazenda. A professora apercebeu-se de que não tinha condições para acompanhar aquele menino prodigioso, de curiosidade insaciável, que formulava perguntas inimagináveis para as quais não tinha respostas. Sugeriu ao pai que mandasse o garoto para Santiago e D. Angel concordou. Fidel foi parar ao Colégio de Padres de que muitos anos depois falava em pormenor ao evocar, no diálogo com Frei Beto, as suas relações com o mundo da Igreja Católica.

D. Angel admirava a inteligência do filho. Via nele, como futuro advogado, o herdeiro mais capacitado para gerir a fortuna que acumulara.

Fidel licenciou-se em Direito. Mas a Faculdade foi para ele sobretudo uma escola para a compreensão do povo cubano e das suas lutas pela liberdade. O pai não entendia o filho.

Dona Lina era diferente do marido. Os retratos que vi dela na juventude mostram uma mulher muito bela. Alta, de cintura fina, impressionava por uma distinção que não lhe vinha dos livros, pois mal sabia ler e escrever. A sua personalidade, contam-me, marcava todos os que com ela conviviam. Exímia amazona, o seu amor quase panteísta pela natureza ajudou-a a compreender o espírito de independência e rebeldia que Fidel e Raul manifestaram desde a adolescência.

A serra mágica

Pelas janelas do Mirante, afundo o olhar nos campos que cercam o casarão. Na lonjura, nuvens claras desfazem-se sobre os cumes verdes da Sierra de Cristal.

É uma serra suave de horizontes transparentes. Não corresponde ao que eu esperava, como aliás tudo em Birán. O sol escalda a terra, gorda e húmida.

António Lopez informa que Fidel desde a infância corria pelas quebradas e pedregais da Sierra, sempre que conseguia iludir a vigilância maternal. Já adolescente, aprendeu a conhecer-lhe os lugares mais inacessíveis. Descobriu cavernas nas suas encostas. Aquele era o seu paraíso mágico nas férias grandes quando, lendo Bolívar e Martí, meditava nos heróis da América Latina e nas grandes transformações revolucionárias que mudam o rumo da história.

«Os seus companheiros daqueles anos – recorda Lopez – dizem que era entre todos o melhor cavaleiro e melhor na caça e na pesca. Menino ainda, aprendeu a nadar na ribeira que atravessa a hacienda. Conhecia-lhe todos os pegos e as corredeiras espumejantes. A sua intimidade com a natureza era tão peculiar que só lhe faltava falar com as águas, as árvores, os matorrais da Serra»...

Em conversa com gente que os conheceu ouço estórias dos três irmãos. Ramón, o mais velho, deixava já transparecer a vocação que faria dele um especialista respeitado no tocante à pecuária tropical. Raul, o benjamim, era o mais fechado. Mais de uma vez foi repreendido pela mãe por regressar a casa descalço. A desculpa era sempre a mesma: tinha perdido as botas na ribeira, após tomar banho. Mentia: oferecia as botas a amigos pobres cujos pais não dispunham de dinheiro para as comprar.

Fidel era o mais briguento da família. Assumia sempre a defesa dos mais fracos. Nunca recusava uma luta justa, mas não guardava rancores.

Reencontro com a mãe

A casa original ardeu. Foi parcialmente destruída, há quarenta anos, por um incêndio provocado por um descuido de D. Angel. Fidel encontrava-se então longe, no México, preparando a expedição do *Granma*, depois de ter saído do presídio de Isla de Pinos (hoje da Juventude), onde cumprira parte da pena a que os juizes de Batista o haviam condenado pelo assalto a Moncada.

O casarão foi reconstruído em 1974.

Fidel não voltou a ver o pai. Com a mãe manteve contactos espaçados e indirectos. Só a reencontrou, contudo, no final de 1958, nas vésperas do desmoronamento da ditadura. A saudade era tamanha – como revelou muitos anos depois – que não resistiu. Quis vê-la. Ainda se combatia no oriente e nas províncias centrais e a guarnição de Batista, em Santiago, não havia capitulado. Fidel, autorizado pelo Movimento, meteu-se num jeep e correu a abraçar a mãe, em Birán, atravessando áreas onde a insegurança era permanente. Mais tarde criticou-se pelo enorme risco que havia corrido, como responsável máximo do Exército Rebelde às portas da vitória, por ter cedido a um impulso afectivo.

*

* *

A relva macia e espessa abafa o ruído dos passos enquanto caminhamos pelo terreiro da antiga hacienda. Só as nossas palavras quebram o silêncio do lugar.

O pomar está bem tratado. Lopez colhe duas laranjas. Descasco uma e meto um gomo na boca.

Laranjeiras plantadas pelo pai de Fidel. Quem me diria que, transcorrido meio século sobre o assalto ao Quartel de Moncada, andaria por tal lugar, rodeado de gente que viu crescer o homem que desempenharia um papel fundamental na história contemporânea da América...

A laranja é sumarenta e perfumada.

Um garanhão branco, aparentemente purosangue árabe, galopa em campo aberto. «Fazemos o possível – comenta Lopez – para manter tudo tal como era dantes. Um dia, Birán será sede de um museu importante... Este cavalo é muito parecido com aquele que D. Angel montava... Se escrever alguma coisa sobre esta visita não deixe de nos mandar...»

Senti mais uma vez que o forasteiro em Birán é envolvido por uma atmosfera que tem algo de encantatório. Porquê?

Foi em Setembro passado. Dei-me conta de que era preciso deixar correr o tempo e ser muito directo e simples se mais tarde decidisse escrever sobre a visita a Birán.

Durante a viagem de regresso a Holguin, até entrar na cidade, não me abandonou a estranha sensação de que a medida do tempo se alterava na antiga hacienda dos Castro, a primeira terra que, em Cuba, passou a ser propriedade do povo, antes mesmo da entrada em vigor da legislação relativa à Reforma Agrária. Tão perto e tão longe.

(*) Fidel tinha grande afecto por Lidia. Desenvolveu com ela uma relação de grande intimidade que ficou expressa nas cartas que lhe escreveu do cárcere, algumas publicadas depois da vitória da Revolução num livro intitulado «La Priedad Fecunda».

«Dupont & Dupond», o ridículo

Em nome do PS dizia há dias António Vitorino, um dos seus mais altos responsáveis, tão próximo a António Guterres que já lhes chamaram «Dupont & Dupond», que o folhetim do eventual abandono por Cavaco Silva da liderança do PSD não passava de um autêntico «à espera de Godot» à portuguesa, com encenação do próprio.

A consideração parece correcta no essencial, muito embora menorize as razões que conduziram o PSD à actual situação - o fracasso da sua política e a redução da sua base social de apoio - e não tenha em devida atenção que o apodrecimento da crise do PSD e do seu Governo pode bem tornar-se irreversível, se as forças democráticas cumprirem o papel que lhes assiste para o desenlace fatal desta requentada telenovela trágico-cómica.

Aliás, o PS, ao dar tanta atenção a este «teatro-tide» cavaquista, mesmo que chamando-o pelo nome, acaba por lhe emprestar se não credibilidade pelo menos notoriedade acrescentada para se ir alimentando enquanto manobra de diversão para consumo mediático, tal qual foi concebida muito provavelmente nos estaleiros de marketing político do ministro Marques Mendes.

Por outro lado o PS, como vem sendo hábito, põe-se na dependência de Cavaco Silva que, no seu entender, deve esclarecer se continua ou não, se aceita ou não a proposta para antecipação das eleições por consenso (PS-PSD) para Junho. Isto é, o PS, por elementar e duvidoso calculismo eleitoralista, propõe que o PSD determine a evolução da situação e do calendário político, sujeitando os portugueses às desgraçadas sequelas da continuação da sua governação.

E embora o PSD, neste caso sem ambiguidades, já tenha tornado claro que não dá o seu acordo a qualquer antecipação das eleições, o PS insiste em esperar para que ponderem a sua proposta. O PS, como o CDS, faz uma ameaça a prazo, mas nem sequer clarifica que possa então pedir a dissolução da Assembleia e muito menos a demissão do Governo.

O PS faz de conta que não entende que, para além de todos os enredos do psicodrama do «abandono de Cavaco Silva» e da gestão do «conflito institucional» num nível de «risco aceitável», o PSD está interessado em impedir ou no mínimo preterir o mais possível qualquer dissolução do Parlamento e fará os impossíveis para se aguentar no Governo até às eleições, mesmo que sejam antecipadas.

O PS parece não compreender que o Governo do PSD, com recurso a verbas comunitárias, «sacos azuis» e truques diversos, procurará inverter a seu favor o quadro eleitoral e que não é líquido que o não consiga.

O PS não quer entender que o cenário do «interesse do PSD na dissolução» para se armar em vítima, particularmente se acompanhado da demissão do Governo, é uma refinada treta, o que não significa que não se arme em vítima nessa eventualidade. O PS não quer perceber que as dificuldades do PSD para as presidenciais são efectivas mas, quanto muito, condicionam a definição do «timing» e opção duma candidatura, ainda que seja a de Cavaco, e nunca o seu apego ao Governo, principal «trunfo eleitoral» de que dispõe.

A Direcção do PS, que não todos os socialistas, cegou, ficou «apanhada» pelo plano que elaborou para chegar ao Governo e está enredada no seu inelutável reformismo, no seu entendimento da política decidida no recato de «sacristias» por uns quantos «iniciados», de costas voltadas para a luta de massas.

Por isso, quando o PCP denuncia que o PS nada faz para afastar o PSD do Governo e não quer a dissolução da Assembleia - só mesmo muito obrigado - estala o verniz a «Dupont & Dupond».

Por isso António Vitorino, pasmado do despudor, aconselhava o PCP (sic) «...a empenhar-se efectivamente no combate ao PSD em vez de se mostrar apenas preocupado com mesquinhos interesses partidários que apenas sublinham o seu isolamento e o excluem de qualquer perspectiva política futura no nosso país...». Ou seja, talvez embalados pelos murmúrios sobre um «novo bloco central», não fazem a coisa por menos, patrocinam a ideia da exclusão do PCP de qualquer futuro político.

Decididamente, «Dupont & Dupond», enquanto esperam pelas decisões do PSD, não resistem a cobrir-se de ridículo.

O ano em entrevistas

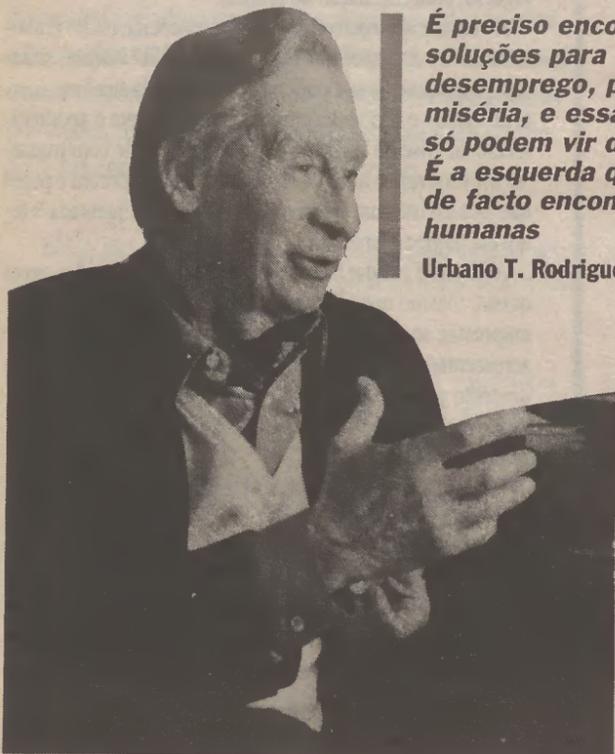
Ao longo de 1994, o "Avante!" abriu regularmente as suas páginas centrais às ideias, opiniões e comentários de diversas personalidades da vida pública portuguesa que aceitaram ser entrevistadas pelo nosso jornal.

Ao contrário do que muitas vezes sucede em órgãos de comunicação social, o critério seguido para as entrevistas não radicou, nem única nem principalmente, na notoriedade dos entrevistados. O que nos orientou, em primeiro lugar, foi o interesse político e social das questões a abordar, e o reconhecimento da importância do papel de cada um dos entrevistados nas respectivas áreas de intervenção.

O resultado foi o naipe de vinte entrevistas, que hoje recordamos, por ordem cronológica de publicação. À distância de quase um ano, e apesar das limitações óbvias dos breves

Para nós, o que está em causa não é uma alternância, é uma alternativa. Isto é, não se altera a política apenas pela mudança de pessoas

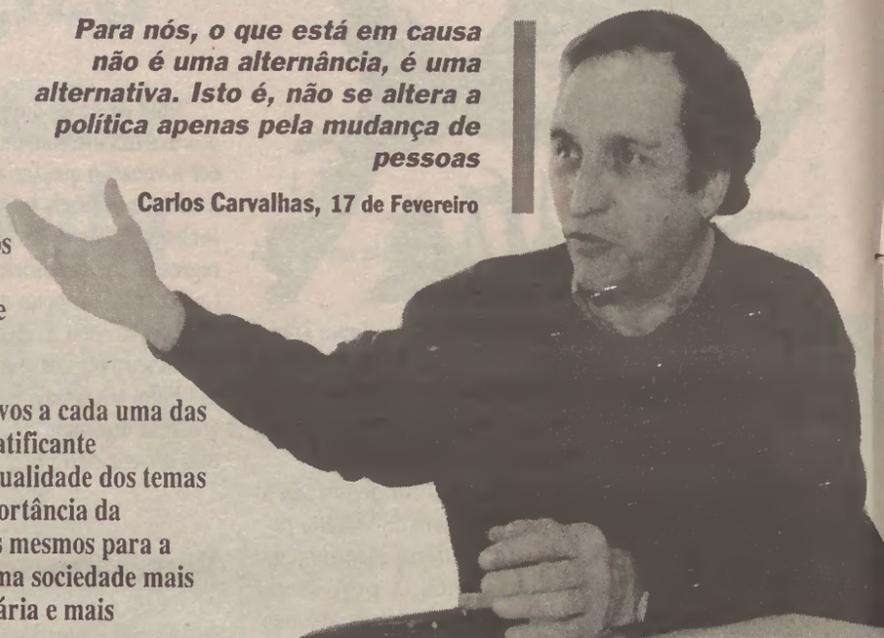
Carlos Carvalho, 17 de Fevereiro



É preciso encontrar soluções para o desemprego, para a miséria, e essas soluções só podem vir da esquerda. É a esquerda quem quer de facto encontrar soluções humanas

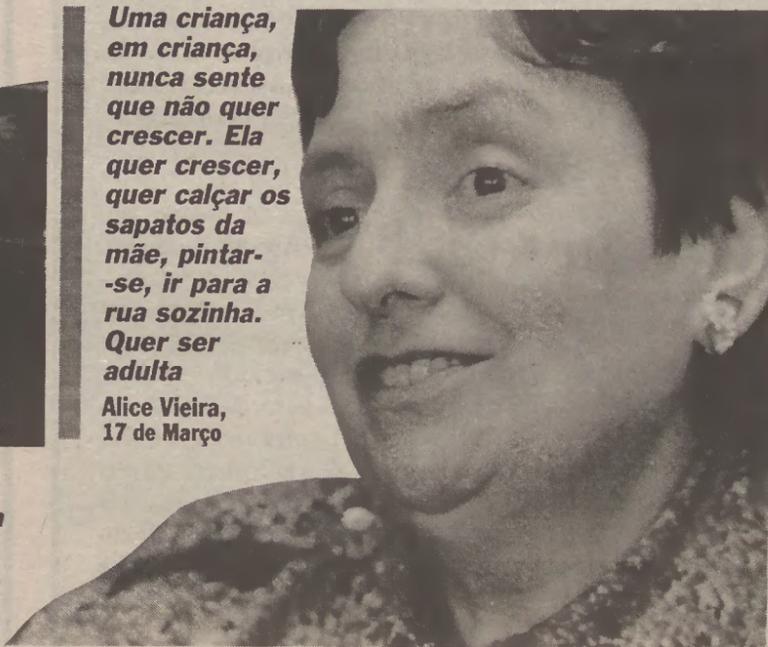
Urbano T. Rodrigues, 3 de Março

destaques escolhidos relativos a cada uma das entrevistas, é gratificante reconhecer a actualidade dos temas tratados e a importância da reflexão sobre os mesmos para a construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais democrática.



Uma criança, em criança, nunca sente que não quer crescer. Ela quer crescer, quer calçar os sapatos da mãe, pintar-se, ir para a rua sozinha. Quer ser adulta

Alice Vieira, 17 de Março



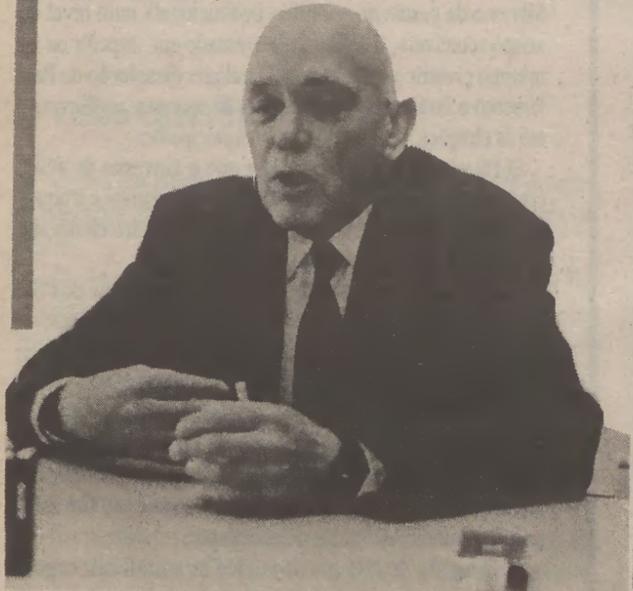
Não se diz que a economia portuguesa foi salva justamente com a política de nacionalizações e da reforma agrária

Vasco Gonçalves, 31 de Março



A primeira situação com que me defrontei em Angola foi com a tentativa de confronto entre o sector de Luanda chamado o asfalto e o sector dos musseques

Rosa Coutinho, 14 de Abril



Os sindicatos têm um grande futuro, o que não dispensa o debate do sindicalismo em função da sua essência

Carvalho da Silva, 28 de Abril



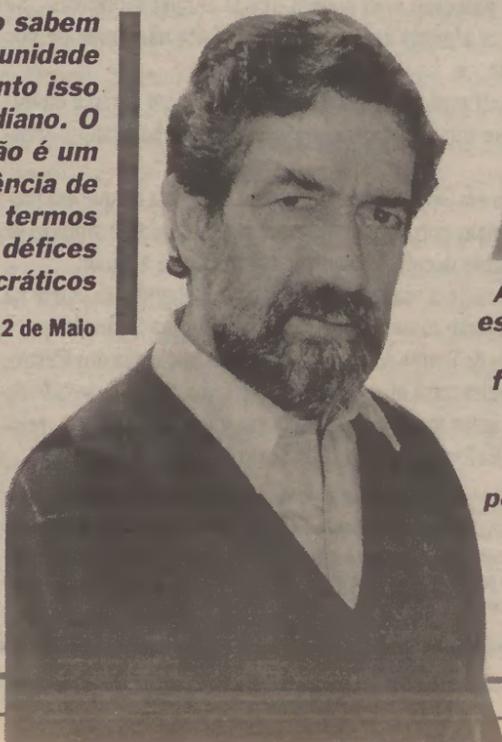
As pessoas não sabem exactamente o que a Comunidade faz nem até que ponto isso penetra no seu quotidiano. O processo de integração é um processo de transferência de poderes para longe e em termos que provocam múltiplos défices democráticos

Lúis Sá, 12 de Maio



A Comunidade em que estamos integrados não se traduz só nos fundos, nem estes são uma dádiva de terceiros, antes resultam de uma política comunitária em que o Governo português é co-responsável

Sérgio Ribeiro, 26 de Maio



Como se pode falar em cidadania europeia quando, na prática, os direitos, os níveis de vida nos diferentes Estados-membros são completamente diferentes?

Joaquim Miranda, 9 de Junho



É bom lembrar que em Portugal mais de um milhão de toneladas de resíduos tóxicos perigosos são depositados no solo sem qualquer tratamento, pois o Governo deixou passar todos os prazos a que se tinha comprometido para instalar uma estação de tratamento de resíduos

Isabel de Castro,
23 de Junho

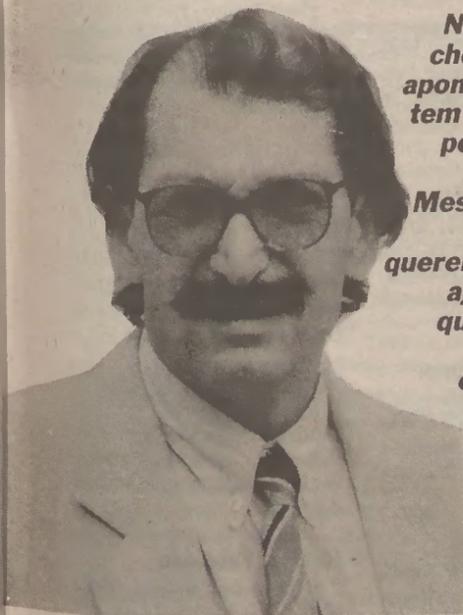


Mas voltando à questão da chamada taxa de manutenção, que tem justificado a portagem, importa dizer que não é justo que sejam os moradores da margem Sul a arcar exclusivamente com esses custos. A existência de uma ponte, seja ela onde for, tem de dizer respeito a todos os portugueses

Nuno Vitorino, 7 de Julho

O grande problema que se põe neste momento é que quem manda nos árbitros é um organismo chamado Conselho Nacional de Arbitragem, formado por dirigentes de Associações, que são quase todos antigos dirigentes de clubes. Esses dirigentes, quando chegam ao Conselho de Arbitragem, levam já «panelinhas» feitas e escolhem os árbitros que querem para as suas equipas, como ficou provado este ano

Veiga Trigo, 11 de Agosto

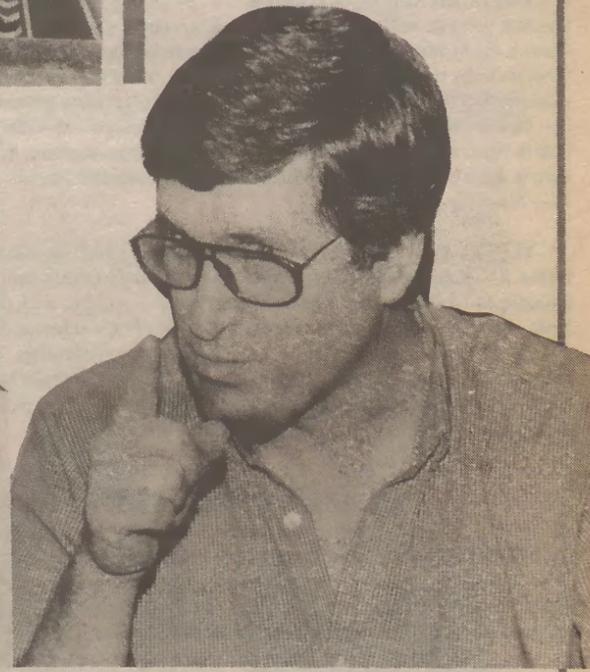


Não se pode chegar aqui e apontar: aquele tem fome... As pessoas têm dignidade. Mesmo os que pudessem querer receber a ajuda, não o queriam com aquele espalhafato

João Rocha,
21 de Julho

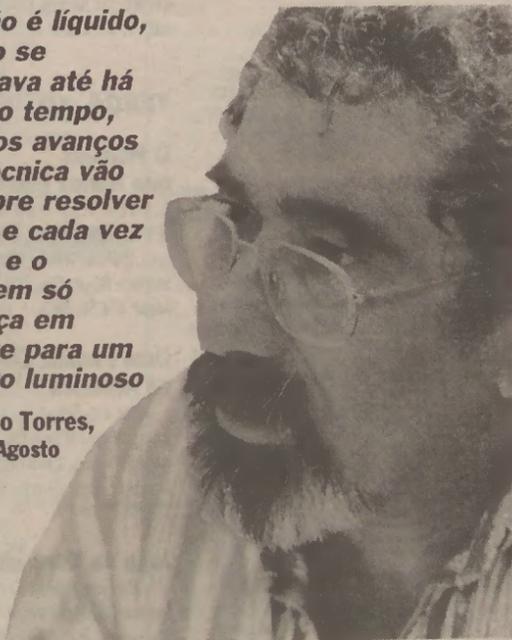
Há uma perturbação neste caminho que o teatro português tem vindo a seguir nos últimos anos, que tem a ver com o corte que existe entre a prática teatral - na minha opinião com aspectos muito importantes e de grande qualidade - e a nossa sociedade

Carlos Porto,
4 de Agosto



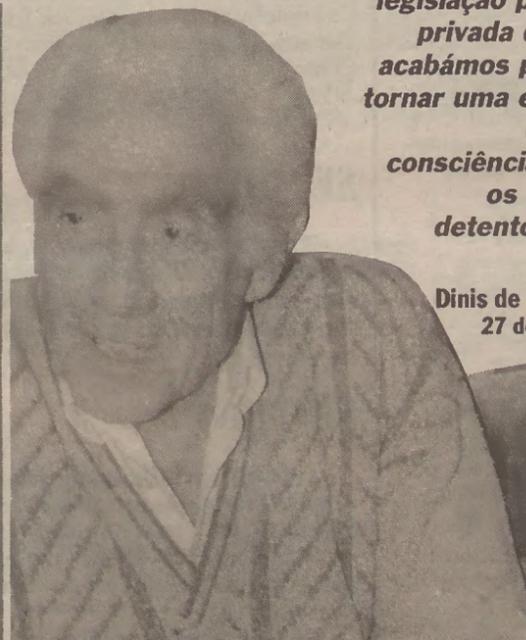
Já não é líquido, como se pensava até há pouco tempo, que os avanços da técnica vão sempre resolver tudo e cada vez mais e o homem só avança em frente para um futuro luminoso

Cláudio Torres,
18 de Agosto



A liquidação de parte do aparelho fascista foi realizada não pela Junta, nem pelo Governo Provisório, mas pelo povo e militares da insurreição. Que lhes seja prestada homenagem

Álvaro Cunhal,
13 de Outubro



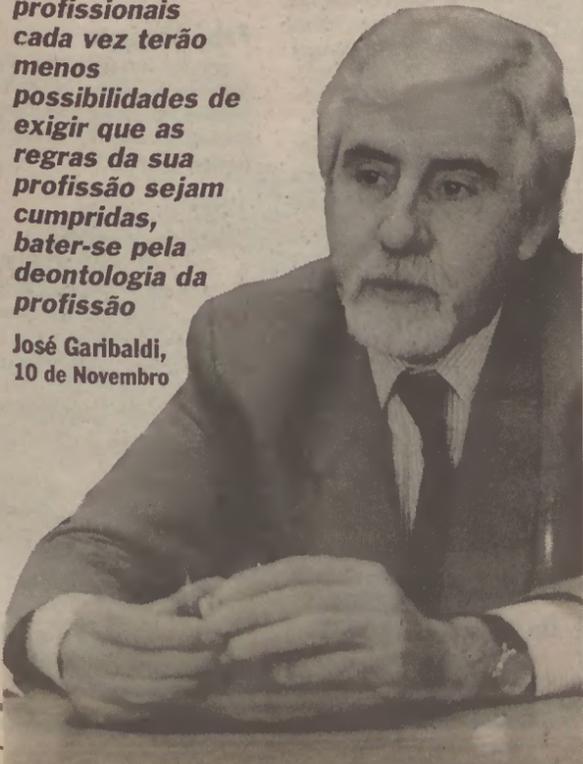
Constituindo nós uma espécie de classe política marginalizada e até, por legislação própria, privada de voz, acabámos por nos tornar uma espécie de «má consciência» para os actuais detentores do Poder

Dinis de Almeida,
27 de Outubro



Se o conjunto de empregadores de jornalistas se reduzir a três ou quatro, aqueles profissionais cada vez terão menos possibilidades de exigir que as regras da sua profissão sejam cumpridas, bater-se pela deontologia da profissão

José Garibaldi,
10 de Novembro



Nesta batalha há também que contar com a capacidade da JCP, que não pode ser um pequeno PCP, mas antes afirmar-se como a Juventude Comunista Portuguesa, com toda a sua irreverência

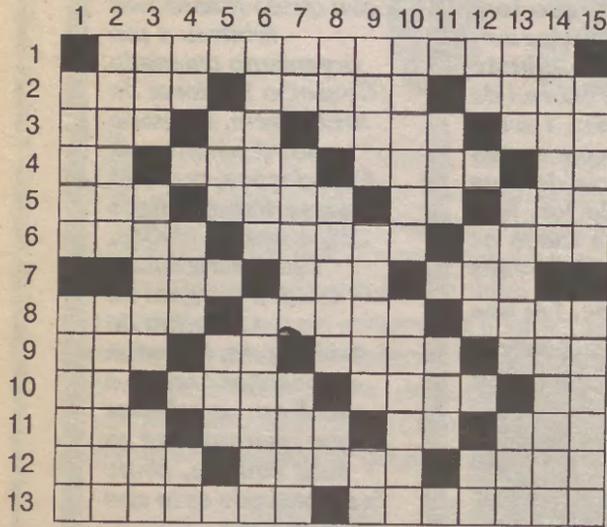
Jerónimo de Sousa,
24 de Novembro



Neste momento, há um imperialismo culinário, comandado pelas grandes multinacionais, que se traduz - por uma questão de negócio, como é evidente - numa tentativa de nivelamento dos gostos a nível universal. Um nivelamento por baixo

José Quitério,
28 de Dezembro



PALAVRAS CRUZADAS


HORIZONTAIS: 1 — Capacidade. 2 — Bolsa; friccionar; pingo. 3 — Costume; pedra de amolar; cingem com fio; víscera dupla. 4 — Antes de Cristo (abrev.); Apolo; rancor; rio da Rússia. 5 — Afluente do Mondego; aquilo que se varre; art. árabe; corcovo. 6 — Acolá; moedas italianas; parencas. 7 — Cloreto de sódio; ofertar; Partido Terrorista Basco. 8 — Rebanho de cabras; nascidos; quinteiro. 9 — Liga; art. francês; aves corredoras australianas; nobre inglês. 10 — Decifrei; fruto da figueira; impulso; observa. 11 — Patrão; o compartimento melhor da casa; Ouro (s. q.); consentimento. 12 — Planta cuja raiz é comestível; consagram; vasa. 13 — Sofrer (fig.); rejeitas.

VERTICAIS: 1 — Coberta de suor; designação vaga de alguém que se não quer nomear. 2 — Referente à Páscoa; encorajam. 3 — Vazio; ponto cardeal; mangueira do Gabão. 4 — Solitário; cinco cadernos; ouro em França. 5 — Doçura (fig.); rio que banha Leiria. 6 — Sem movimento; recusava. 7 — Bário (s. q.); enferruja; cheiro. 8 — Levanta; doido; Astatino (s. q.). 9 — Amplo; perfume; atmosfera. 10 — Furiosas; espécie de paio. 11 — Um milhar; estou. 12 — Prata (s. q.); prende; Lutécio (s. q.). 13 — Mágua; cadeia de montanhas que separam a Europa da Ásia; pedido de socorro no mar. 14 — Natural da Etiópia; reparte. 15 — As duas; rezemos.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

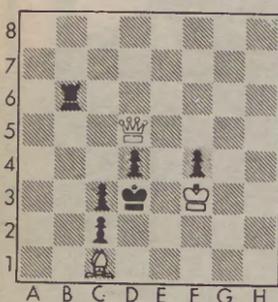
HORIZONTAIS: 1 — Amás; travo; foca. 2 — Banida; uniram. 3 — Elege; moa; ocase. 4 — Lá; casta; ar. 5 — Pó; cartola; ar. 6 — Or; cab; ira; os. 7 — Catatua; cacique. 8 — Ag; sal; não; Cu. 9 — Ab; Magriço; pá. 10 — Os; roera; nu. 11 — Galos; agá; tonel. 12 — Imolou; sovina. 13 — Raro; tropa; aras.

VERTICAIS: 1 — Abel; oca; agir. 2 — Mal; praga; ama. 3 — Anelo; bolor. 4 — Siga; cãs; solo. 5 — De; catam; só. 6 — Ta; cabular; ut. 7 — Mar; Goa. 8 — Aposta; pregão; 9 — Ato; irá. 10 — Ou; aliança; sã. 11 — Nós; arção; Tó. 12 — Fica; aio; nova. 13 — Orara; punir. 14 — Cãs; rouca; ena. 15 — Amou; seu; olas.

XADREZ

CDXCIV - 5 DE JANEIRO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995X001
 Por: FRANZ SACKMANN
Deutsches Wochenshach, Jan. 1914

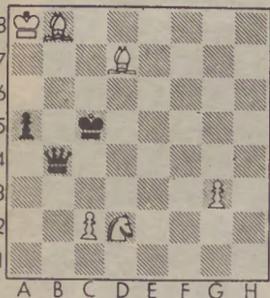
Pr. [6]: Ps. ç2, ç3, d4, f4 - Tb6 - Rd3
 Br. [3]: Bç1 - Dd5 - Rf3



Mate em 5 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1995X002
 Por: H. OTTEN (1887)
In Domination in 2,545 Endgame Studies, Moscovo, 1980

Pr. [3] Ps. a5 - Db4 - Rç5
 Br. [6] Ps. ç2, g3 - Cd2 - Bs. b8, d7 - Ra8



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDXCIV

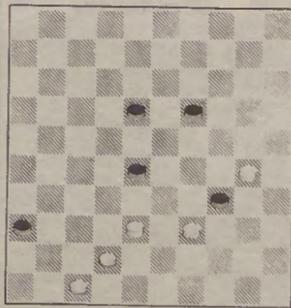
Nº 1995X001 [F.S.]: 1. Dç5!, T - b2. Dç6. Tb6. 3. Dd5!, T - b2. Dd6. T - c2. Dd2 #
 3. ... Tç6: 4. Db5 +, Tç4: 5. Df5 #
 Nº 1995X002 [H. O.]: 1. Bd6+, R.d6: 2. ç3. Db6 [b2, a3, ç3]: 3. Cç4 + [e4+] e.g.

A. de M. M.

DAMAS

CDXCIV - 5 DE JANEIRO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995D001
 Por: F. DENOEL
Bélgica, 1935

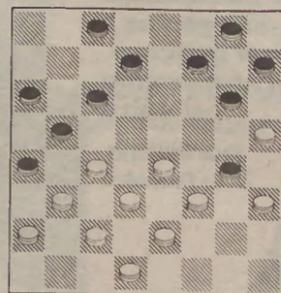
Pr. [5]: 18-19-28-34-36
 Br. [5]: 30-38-39-42-47



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1995D002
GOLPE Nº 102
 Por: VICTOR CANTALAPIEDRA MARTIN
VALLADOLID [Espanha], 1988

1. 12-15, 23-20; 2. 10-14, 22-18; 3. 5-10, 28-23; 4. 8-12, 20-16; 5. 2-5, 27-22; 6. 4-8, 23-20; 7. 10-13, 30-27; 8. 5-10, 32-28; 9. 1-5, 28-23; 10. 13-17, 18-13; 11. 9-18, 22-13; 12. 5-9 Diagrama:



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDXCIV

Nº 1995D001 [F. D.]: 1. 47-41, (34X32); 2. 30-24, (36X38); 3. 24X42 +
 Nº 1995D002 [V. C. M.]: 12. ... 23-19; 13. 14-30 = D, 31-28; 14. 9-18, 21-5; 15. 30-21, 25-18 +

A. de M. M.

PCP
ALMADA

Célula da LISNAVE - Plenário para discussão da situação na empresa: sexta-feira, dia 6, às 17h, no CT Concelhio

Debate - «Os problemas nacionais e as propostas do PCP para uma nova política»: na SFUAP (Cova da Piedade), sábado, dia 7, às 15h30, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa.

Debate - «A Segurança Social»: na U.R.P.I.C.A. (Pombal), quarta-feira, dia 11, às 15h30, com a participação da camarada Odete Santos.

AMADORA

Debate sobre Habitação, integrado na série «O PCP debate a Amadora e o Futuro»: sexta-feira, dia 6, às 21h, na Junta de Freguesia da Fala-gueira/Venda Nova.

CASCAIS

Plenário de militantes das freguesias de Cascais e Estoril sobre a situação política e tarefas imediatas do PCP, com a participação do camarada **Júlio Filipe:** sábado, dia 7, às 16h, no CT de Cascais.

Plenário de militantes de S. Domingos de Rana: domingo, dia 8, às 15h30, no CT de Tires, com a participação do camarada **Júlio Filipe.**

COVILHÃ

Encontro de eleitos e activistas da CDU: no salão da Junta de Freguesia de Boidobra, sábado, dia 7, às 15h. No final, **jantar-convívio.**

ENTRONCAMENTO

Célula dos Ferroviários: reunião sobre a situação política e desenvolvimento da luta na empresa: terça-feira, dia 10, às 17h30, no CT do Entroncamento.

LISBOA

Plenários para discussão da situação política, perspectivas de trabalho das organizações, preparação da 2ª Assembleia da Organização da Cidade de Lisboa: dos militantes de **Colina da Graça (Graça, Sta. Engrácia, S. Vicente)** dia 6 às 21h30 no CT da Graça; dos militantes de **Olivais,** dia 7 às 16h, no CT dos Olivais; dos **Reformados da Cidade de Lisboa,** dia 12 às 15h, no CT Vitória.

SETÚBAL

Plenário distrital de dirigentes sindicais, membros de CTs e secretariados de células e sectores profissionais, sobre a situação social no distrito e preparação da IV AORS (Resolução e eleição de delegado): sexta-feira, dia 6, às 14h30, no Edifício Arrábida.

SINTRA

Agualva-Cacém - Plenário de militantes sobre a situação política e o trabalho autárquico, com a participação de **Lino Paulo e Romeu do Rosário:** CT do Cacém, sexta-feira, dia 6, às 21h30.

Montelavar e Pêro Pinheiro - Plenário mensal de militantes, com a participação de **António Cordeiro:** sábado, dia 7, às 21h30, no CT de Montelavar.

Queluz - Plenário de militantes da freguesia, com a participação de **António Cordeiro:** sexta-feira, dia 6, às 21h30, no CT de Queluz.

JCP PORTALEGRE

«Será a Educação uma Prioridade?» - debate promovido pela JCP no CT de Campo Maior, preparatório do Encontro Distrital da JCP a realizar no fim de Janeiro: sexta-feira, dia 6, às 21h.



De ALMADA (partida às 9h30) a SETÚBAL (chegada às 13h)

ALMOÇO-CONVÍVIO
 na Cooperativa do Faralhão «Benvinda a Liberdade»,
 às 13h30, com a participação do
Gen. Vasco Gonçalves, Alm. Rosa Coutinho,
Embaixador de Cuba.

FILMES
QUINTA, 5
Um Homem Chamado Pedro

«A Man Called Peter» (EUA/1955). Real.: Henry Coster. Int.: Richard Todd, Jean Peters, Marjorie Rambeau, Doris Lloyd. Cor, 117 min. *Religioso / Biográfico.* (14.50, SIC)

A Rosa Púrpura do Cairo

«The Purple Rose of Cairo» (EUA/1985). Real.: Woody Allen. Int.: Mia Farrow, Jeff Daniels, Danny Aiello, Irving Metzman. P/B, Cor, 78 min. *Ver Destaque.* (22.00, Quatro)

Até que o Assassínio nos Separe - II

«Till Murder do us Part - II» (EUA/1992). Real.: Dick Lowry. Int.: Meredith Baxter, Judith Ivey, Ray Baker, Kelly Williams. Cor, 98 min. *Telefilme.* (01.10, Canal 1)

SEXTA, 6
Querida Brigitte

«Dear Brigitte» (EUA/1965). Real.: Henry Coster. Int.: James Stewart, Fabian, Glynnis Johns, Brigitte Bardot. Cor, 100 min. *Comédia.* (14.50, SIC)

Tootsie - Quando Ele era Ela

«Tootsie» (EUA/1982). Real.: Sydney Pollack. Int.: Dustin Hoffman, Jessica Lange, Teri Garr, Dabney Coleman, Charles Durning. Cor, 111 min. *Ver Destaque.* (21.30, Quatro)

Hiroshima, Meu Amor

«Hiroshima, Mon Amour» (Fr./1959). Real.: Alain Resnais. Int.: Emmanuelle Béart, Eiji Okada, Stella Dassas, Pierre Barbaud. P/B, 88 min. *Ver Crítica de TV.* (23.40, TV 2)

Solteiro e Tarados

«Bachelor Party» (EUA/1984). Real.: Neal Israel. Int.: Tom Hanks, Tawny Kitaen, Adrian Zmed, George Grizzard, Barbara Stuart. Cor, 101 min. *Comédia.* (01.30, Canal 1)

A Morte é Mulher?

«Overkill» (EUA/1992). Real.: Peter Levin. Int.: Jean Smart, Park Overall. Cor, 90 min. *Drama.* (01.50, SIC)

SÁBADO, 7
Os Exploradores

«Explorers» (EUA/1985). Real.: Joe Dante. Int.: Ethan Hawke, River Phoenix, Jason Presson, Amanda Peterson. Cor, 109 min. *Ficção Científica.* (15.30, SIC)

A Costela de Adão

«Adam's Rib» (EUA/1949). Real.: George Cukor. Int.: Spencer Tracy, Katherine Hepburn, Judy Holiday, Tom Ewell. P/B, 97 min. *Ver Destaque.* (18.00, TV 2)

Schacko Klak

«Schako Klak» (Lux./1990). Real.: Paul Thiltges. Int.: Michèle Cleeves, Paul Greisch, André Jung, Steve Kariier, Josiane Peiffer. Cor, 84 min. *Ver Destaque.* (23.35, TV 2)

Horizonte Perdido

«Lost Horizon» (EUA/1937). Real.: Frank Capra. Int.: Ronald Colman, Jane Wyatt, John Howard, Margo, Thomas Mitchell. P/B, 132 min. *Ver Destaque.* (00.00, Quatro)

Terra Vermelha

«Terre Rouge» (Lux./Bélg./1989). Real.: Jani Thiltges. Int.: Harry Clevin, Christian Kmiotek, Florence Crick. Cor, 36 min. *Drama.* (00.05, Canal 1)

O Coração da Cidade

«Grand Canyon» (EUA/1991). Real.: Lawrence Kasdan. Int.: Danny Glover, Kevin Kline, Steve Martin, Mary McDonnell. Cor, 134 min. *Ver Destaque.* (00.35, SIC)

A Sombra do Lobo

«Agaguk» (Can./Fr./1992). Real.: Jacques Dorfmann. Int.: Lou Diamond, Toshiro Mifune, Jennifer Tilly, Bernard-Pierre Tonnadieu. Cor, 106 min. (00.45, Canal 1)

DOMINGO, 8
Os Saltimbancos

(Port./1951). Real.: Manuel Guimarães. Int.: Maria Olguim, Helga Liné,

Artur Semedo. P/B, 98 min. *Drama.* (15.30, SIC)

O Terceiro Homem

«The Third Man» (Gr.Br./1946). Real.: Carol Reed. Int.: Joseph Cott Orson Welles, Alida Vali, Trev Howard, Bernard Lee. P/B, 96 min. *1 Destaque.* (18.00, TV 2)

Superman IV - Em Busca da Paz

«Superman IV - The Quest for Peace» (EUA/1987). Real.: Sidney Furie. Int.: Christopher Reeve, Gene Hackman. Cor, 90 min. *Aventura / Fantasia.* (21.30, SIC)

Objecto de Arte

«The Object of Beauty» (EUA/Gr.Br./1991). Real.: Michael Lindsay Hogg. Int.: John Malkovich, Andie MacDowell, Lolita Davidovich. Cor, 99 min. *Ver Destaque.* (23.25, TV 2)

Os Ladrões do Tempo

«Time Bandits» (Gr.Br./1981). Real.: Terry Gilliam. Int.: John Cleese, Sean Connery, Shelly Duvall, Katherine Helmond. Cor, 111 min. *Ver Destaque.* (01.05, Canal 1)

SEGUNDA, 9
O Feitiço do Pântano

«Lure of the Wilderness» (EUA/1952). Real.: Jean Negulesco. Int.: Jean Peters, Jeffrey Hunter, Walter Brennan. Cor, 92 min. *Thriller.* (14.50, SIC)

Vingança Sem Rosto

«Darkman» (EUA/1990). Real.: Sam Raimi. Int.: Liam Neeson, Frances McDormand, Colin Friels, Larry Drake. Cor, 95 min. *Ação / Ficção Científica.* (21.40, SIC)

Jornada Fabulosa

«It Couldn't Happen Here» (Gr.Br./1987). Real.: Jack Bond. Int.: Neil Tennant, Chris Lowe, Joss Ackland, Dominique Barnes. Cor, 83 min. *Musical.* (01.20, Canal 1)

TERÇA, 10
O Homem que Nunca Existiu

«The Man Who Never Was» (EUA/1956). Real.: Ronald Meame. Int.: Clifton Webb, Gloria Grahame, Stephen Boyd. Cor, 102 min. *Ver Destaque.* (14.50, SIC)

Uma Família Chinesa na América

«Eat a Bowl of Tea» (EUA/1989). Real.: Wayne Wang. Int.: Victor Wong, Russell Wong, Cora Miao, Eric Tsang Chi Wai. Cor, 99 min. *Ver Destaque.* (22.40, TV 2)

Jogo na Escuridão

«Country Dance» / «Brotherly Love» (Gr.Br./1969). Real.: J. Lee Thompson. Int.: Peter O'Toole, Susanah York, Michael Craig. Cor, 113 min. *Tragi-Comédia.* (01.25, Canal 1)

QUARTA, 11
Falsa Acusação

«No Way Out» (EUA/1950). Real.: Joseph L. Mankiewicz. Int.: Richard Widmark, Sidney Poitier, Linda Darnell, Stephen McNally. P/B, 106 min. *Ver Destaque.* (14.50, SIC)

1492: Cristóvão Colombo

«1492: The Conquest of Paradise» (Gr.Br./Esp./Fr./1992). Real.: Ridley Scott. Int.: Gérard Depardieu, Armand Assante, Sigourney Weaver. Cor, 156 min. *Ver Destaque.* (22.25, Canal 1)

Soldados em Digressão

«Privates on Parade» (Gr.Br./1982). Real.: Michael Blakemore. Int.: John Cleese, Denis Quilley, Michael Elpick, Nicola Pagetti. Cor, 109 min. *Comédia / Guerra.* (02.15, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 5

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
10.00 Pé Grande e os Amigos
10.20 Blossom
10.45 Origens
11.15 Malha de Intrigas
12.00 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Você Decide
14.20 Na Paz dos Anjos
15.00 Viva a Tarde
16.40 Missão Impossível
17.30 Guarani
19.10 Com a Verdade M'Enganas
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.25 Isto S6 Video
22.00 Frou-Frou
23.00 Coisas da Vida
00.15 24 Horas
00.55 Remate
01.10 Até Que o Assassínio nos Separe (II)
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

16.00 Televidas
17.00 Clara
19.55 Desporto
21.30 O Homem e a Cidade - «Guarda»
21.40 Desenhos Animados
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Departamento de Homicídios
23.45 Músicas da Terra
00.35 Módulos de Música Portuguesa

SIC

11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olho no Olho
14.50 Um Homem Chamado Pedro
(ver «Filmes na TV»)
15.00 Buéréré
17.45 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Os Trapalhões
22.40 A Noite da Má Língua
23.40 Walker: O Ranger do Texas
00.40 Último Jornal
01.00 Internacional SIC

QUATRO

09.30 Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Trapos & Companhia
22.00 A Rosa Púrpura do Cairo
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Novo Jornal
00.30 Fora de Jogo

Sexta, 6

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
10.00 Pé Grande e os Amigos
10.20 Blossom
10.45 Origens
11.15 Malha de Intrigas
12.00 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Você Decide
14.20 Na Paz dos Anjos
15.00 Viva a Tarde
16.40 Missão Impossível
17.30 Guarani
19.10 Com a Verdade M'Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Desculpem Qualquer Coisinha
21.00 74.5 Uma Onda no Ar
21.55 Concurso 1, 2, 3
23.35 24 Horas
00.15 Remate
00.30 Contos Assombrosos
01.30 Solteiro e Tarados
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

16.00 Televidas
17.00 Uma Família Feliz
20.15 A Magia do Cinema
20.45 À Volta do Mundo
21.15 Histórias Que o Tempo Apagou
21.40 Ver Para Ler
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Quem Conta um Conto
23.40 Hiroshima, Meu Amor
(ver «Filmes na TV»)
01.10 Módulos de Música Portuguesa

SIC

11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olho no Olho
14.50 Querida Brigitte
(ver «Filmes na TV»)
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite + Sete à Sexta
21.20 A Viagem
22.30 Chuva de Estrelas
23.30 Último Jornal
23.50 Os Donos da Bola
00.50 Playboy
01.50 A Morte É Mulher
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

09.30 Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 Verdade ou Mentira
21.00 Trapos & Companhia
21.30 Tootsie
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Novo Jornal
00.30 Fora de Jogo

Sábado, 7

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.15 Lucky Luke
14.05 Made in Portugal
14.40 Clube Disney
16.15 As Aventuras de Brisco County
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Arca de Noé
17.50 Futebol: Guimarães-Estrela da Amadora
19.50 Totoloto
20.00 Telejornal
20.40 S6 Riso
21.10 Noite Mágica
22.05 Parábols
23.45 24 Horas
00.05 Terra Vermelha
(ver «Filmes na TV»)



Regressam os «Contos Assombrosos» produzidos por Spielberg: 6ª feira no Canal 1

00.45 A Sombra do Lobo
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Euronews
13.00 Parlamento
14.00 TV2 Desporto
17.30 Para Além do Ano 2000
18.00 A Costela de Adão
(ver «Filmes na TV»)
19.50 Forum Musical
20.55 Praia da China
22.00 TV2 Jornal
22.30 Dinheiro em Caixa
23.00 Jornal da Noite
23.35 Schacko Klack
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.00 Buéréré
13.45 Portugal Radical
14.30 Dra. Quinn
15.30 Os Exploradores
17.00 Os Imortais II
18.00 Vidas Cruzadas Especial
20.00 Jornal da Noite
20.30 A Viagem
21.40 Minas e Armadilhas
22.40 O Café do Surdo
23.10 Muita Lôco
00.15 Último Jornal
00.35 O Coração da Cidade
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.20 Contra Ataque
15.00 Telemotor
16.00 A Grande Aposta
17.30 Queridos Inimigos
19.30 Telejornal
20.30 Ficheiros Secretos
21.30 Confissões de Adolescente
22.00 Quem Casa Quer Casa
23.30 Jornal do Mundo
24.00 Horizonte Perdido
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 8

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.05 Top +
14.15 86-60-86
14.30 Novas Aventuras do Super-Homem
15.20 Emoções Fortes
16.05 Indiana Jones - Crônicas da Juventude
16.55 A Grande Pirâmide
17.50 Futebol: Chaves-Sporting
19.50 Joker
20.00 Telejornal
20.40 Casa Cheta
21.30 Eu Tenho Dois Amores
22.40 Domingo Desportivo
23.55 No Calor da Noite
00.45 24 Horas

Segunda, 9

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
10.00 O Gato Félix
10.20 Blossom
10.45 Origens
11.15 Malha de Intrigas
12.00 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Você Decide
14.20 Na Paz dos Anjos
15.00 Viva a Tarde
17.10 Missão Impossível
18.00 Floradas na Serra
19.10 Com a Verdade M'Enganas
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.25 Nico d'Obra
22.00 Zona + Carlos Cruz
23.40 Os Rapazes de St. Vincent
00.30 24 Horas
01.10 Remate
01.20 Jornada Fabulosa
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

16.00 Televidas
17.00 A Casa do Caçador
17.55 Infantil
20.15 Zero de Audiência
20.45 Magazine - «Saúde»
21.10 Música dos Outros
21.40 Ver para Ler
21.45 RTP / Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Ópera - «A Life For The Tsar»

Terça, 10

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
10.00 O Gato Félix
10.20 Blossom
10.45 Origens
11.15 Malha de Intrigas
12.00 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Você Decide
14.20 Na Paz dos Anjos
15.00 Viva a Tarde
16.40 Missão Impossível
18.00 Floradas na Serra
19.10 Com a Verdade M'Enganas
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.25 A Mulher do Sr. Ministro
21.55 Cabaret
23.00 Prova Oral
00.30 24 Horas
01.10 Remate
01.25 Jogo na Escuridão
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

16.00 Televidas
17.00 A Vida Continua
17.55 Infantil
20.15 Rotações
21.15 Magazine - «Cinema»
21.45 RTP / Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Uma Família Chinesa na América
(ver «Filmes na TV»)
00.15 Alta Frequência: «Steve»

Quarta, 11

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
10.00 O Gato Félix
10.20 Blossom
10.45 Origens
11.15 Malha de Intrigas
12.00 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Você Decide
14.20 Na Paz dos Anjos
15.00 Viva a Tarde
17.10 Missão Impossível
18.00 Floradas na Serra
19.10 Com a Verdade M'Enganas
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.25 Com Peso e Medida
22.25 1492: Cristóvão Colombo
01.00 24 Horas
00.35 Remate
00.50 Soldados em Digressão
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

16.00 Televidas
17.00 A Sombra da Dúvida II
17.55 Infantil
20.15 Guerra contra a Mafía
20.45 Paletas e Pincéis
20.10 Magazine - «Ver Artes»
21.35 Desenhos Animados

As quatro autoras do novo programa «Frou-Frou», à 5ª feira à noite no Canal 1



01.05 Os Ladrões do Tempo
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Regiões
13.00 Euronews
14.00 TV2 Desporto
17.30 Para Além do Ano 2000
18.00 O Terceiro Homem
(ver «Filmes na TV»)
19.50 Dame Kiri Te Kanwa
20.50 Gente Remota
22.00 TV2 Jornal
22.30 Artes e Letras: «Anthony Hopkins»
23.25 Objecto de Arte
(ver «Filmes na TV»)

SIC

08.00 Buéréré
13.15 Portugal Radical
13.30 National Geographic
14.30 Um Trovão no Paraíso
15.30 Os Saltimbancos
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Ponto de Encontro
18.00 Vidas Cruzadas Especial
20.00 Jornal da Noite
20.30 O Memorial de Maria Moura
21.30 Superman IV
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Último Jornal
23.50 No Fim do Mundo

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
11.30 Informação Religiosa - Missa
13.30 Jornal do País
14.00 Portugal Português
15.00 As 1001 Tardes do Júlio Isidro
19.30 Telejornal
20.00 Trocado em Miúdos
20.30 Projecto Viper
21.30 Confissões de Adolescente
22.00 Doutores e Engenheiros
23.15 Melrose Place
00.15 Últimas Notícias
00.30 Jornal Negócios

01.35 Módulos de Música Portuguesa

SIC

11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicallente
13.00 Notícias
13.25 Os Donos do Jogo
13.50 Olho no Olho
14.50 O Feitiço do Pântano
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Buéréré
16.45 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Vingança Sem Rosto
(ver «Filmes na TV»)
23.40 Último Jornal
24.00 Flash Back

QUATRO

11.00 Shopping Center
11.40 Animação
12.05 Já Tocou
13.00 Jornal da Uma
13.30 O Barco do Amor
14.15 Cassandra
15.00 Esquadrão Classe A
15.50 A Escolha É Sua!
16.40 A Hora do Recreio
17.35 Caprichos
18.25 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Verdade ou Mentira
22.00 Trapos & Companhia
22.30 Diz-me Com Quem Andas
23.30 Novo Jornal
00.10 Desporto



Wonder»
01.15 Módulos de Música Portuguesa

SIC

11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olho no Olho
14.50 O Homem que Nunca Existiu
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.30 A Viagem
21.40 Ora Bolas, Marina
22.10 Labirinto
23.00 Terça à Noite
24.00 Último Jornal
00.20 O Senhor que se Segue

QUATRO

11.00 Shopping Center
11.40 Animação
12.05 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Amigos para Sempre
23.00 Novo Jornal
24.00 Fora de Jogo
00.15 Sinais e Leis

21.40 Ver para Ler
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.20 Remate
22.40 Reportagem
23.30 Family Pictures
00.20 Módulos de Música Portuguesa

SIC

11.00 Mulher Proibida
12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olho no Olho
14.50 Falsa Acusação
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.30 A Viagem
21.40 Perdoa-me
22.40 Casos de Polícia
23.40 Último Jornal
24.00 Tostões e Milhões

QUATRO

11.00 Shopping Center
11.40 Animação
12.05 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.45 Futebol: Liverpool-Arsenal
22.30 Picket Fences
23.30 Novo Jornal
00.30 Fora de Jogo

Luis Represas e convidados na «Música dos Outros», agora à 2ª feira na TV2



Sam Neil é um dos intérpretes da série «Family Pictures», ao sábado no Canal 1

Por isto e por aquilo...

A Rosa Púrpura do Cairo

(Quinta, 22.00, Quatro)

Uma jovem mulher - cuja existência, alternando entre a vida em comum com um marido dominador e o quotidiano de um emprego entediante, é tão vazia quanto as esperanças frustradas da época de Depressão, que tudo e todos abala e intensamente envolve o filme - encontra o refúgio para os seus ilusórios sonhos na impossível paixão que nutre pelo «herói» principal de um filme que ela consecutivamente vê na sala escura de um cinema de bairro. E eis que o sonho se torna realidade. Eis que, um belo dia, o seu «cavaleiro andante», finalmente incapaz de escapar ao intenso olhar daquela solitária espectadora, nela repara também e sai da tela para ir cair nos seus braços... Simplesmente, do «herói», só resta a ilusão: aquele rosto e aquele corpo são, afinal, os de um «intérprete» que, na vida real, diz e pensa coisas desajeitadas e desajustadas à esperada expectativa de Cecilia... Como se vê, esta história é, sem dúvida, um dos mais espantosos «achados» de Woody Allen. E não se sabe que mais admirar no filme que lhe dá corpo: se o supremo amor do realizador pelo cinema, o que, entretanto, não o impede de estigmatizar essa «fábrica de ilusões» que ele mesmo é - uma aparente contradição que o cineasta, de forma consequente, assume; se esse verdadeiro golpe de génio que é fazer contrastar o mundo da fantasia e da aventura (representado a preto-e-branco, na tela) com o mundo vazio de esperança e substância (mas representado a cores! na vida real); se a espantosa e progressiva desilusão da nossa apagada mas emocionante heroína das agruras diárias, perante a «realidade» insípida (e, dir-se-ia, continuamente inaterial) desse ser vindo do celulóide e tomado um «corpo estranho» que afinal é impossível amar - levando-a a optar pelo regresso à resignada realidade de todos os dias. Sem esquecer as interpretações de Mia Farrow e, sobretudo, de Jeff Daniels, não podemos, em nenhum momento, deixar de continuarmos a espantar-nos perante a prodigiosa maestria com que Woody Allen encena e domina dois dispositivos diversos de uma mesma arte ficcional - a do fabuloso *pastiche* do clássico filme B de aventuras (que Cecilia e nós vemos na tela) e esse outro lado realista da ficção que aquele «mundo de fantasia» inesperadamente invade... Um filme para gravar e voltar ainda e sempre a descobrir, fotograma a fotograma.

Tootsie - Quando Ele era Ela

(Sexta, 21.30, Quatro)

Michael Dorsey é um actor de Nova Iorque que tem dificuldade em conseguir contratos por causa de um feitiço que não se enquadra bem nas regras do meio, até que, quando a namorada é rejeitada num teste para uma série de TV, ele resolve candidatar-se ao mesmo papel nem que, para tal, tenha de disfarçar-se de mulher... E o facto é que consegue o lugar e, mais importante ainda (embora o disfarce lhe traga inúmeros problemas...), se compreende finalmente a si próprio. Uma bem engendrada sátira ao mundo do espectáculo, com uma inesistível interpretação de Dustin Hoffman.

A Costela de Adão

(Sábado, 18.00, TV 2)

Um casal de advogados (ele de acusação, ela de defesa) opõem-se conjuntamente durante um caso de tentativa de assassinio julgado em tribunal e, durante todo o processo, transportam para casa a rivalidade da sua vida profissional. Este simples pano de fundo, consubstanciado num argumento muito bem escrito por Ruth Gordon e Garson Kanin, é ainda melhor posto em cena por um realizador como George Cukor, que tão bem sabe exprimir, em cinema, o jogo de sedução entre o homem e a mulher, numa comédia sofisticada, prodigiosamente interpretada por Katharine Hepburn e Spencer Tracy em grande forma, a não perder por nada deste mundo.

Schacko Klak

(Sábado, 23.35, TV 2)

Vem aureolado por exhibições em diversos festivais de cinema europeus, como o de Tróia, e é a estreia no cinema de um realizador luxemburguês, Paul Thiltges, que aqui nos dá a conhecer a história comovente de uma família da província e dos seus anos terríveis sob a ocupação nazi. A descobrir.

Horizonte Perdido

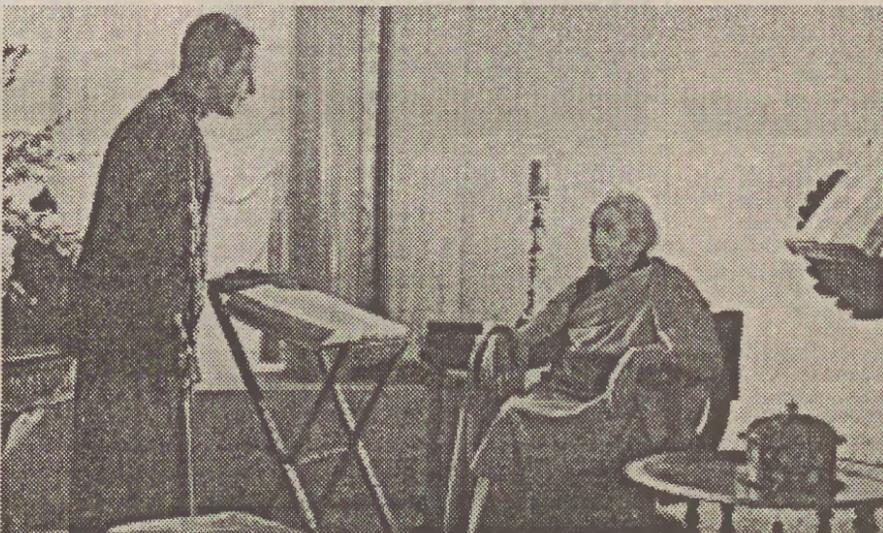
(Sábado, 00.00, Quatro)

Saindo do mundo da «classe média», que tão bem soube idealizar nos seus inconfundíveis filmes, Frank Capra escapa-se aqui para o mundo da aventura e da fantasia «exótica» ao dar-nos a conhecer, de forma admirável (sem escapar mais uma vez ao sentimentalismo utópico que sempre foi a sua imagem de marca), a história de um punhado de personagens cujos mundos se confrontam em Shangri-La. Cenários magníficos, para uma realização esplendorosa.

Joseph Cotten e Orson Welles, em «O Terceiro Homem», de Carol Reed



Katharine Hepburn e Spencer Tracy, em «A Costela de Adão», de George Cukor



Um fotograma de «Horizonte Perdido», de Frank Capra

O Coração da Cidade

(Sábado, 00.35, SIC)

Recebido desigualmente pela crítica, *O Coração da Cidade* é uma reflexão, com contornos fortes, sobre os encontros e desencontros entre personagens que habitam as grandes cidades, tendo como pano de fundo Los Angeles, aqui vista por Lawrence Kasdan como uma metrópole odiosa e ameaçadora onde o mundo dos ricos e poderosos cada vez mais se separa dos pobres e desesperados.

O Terceiro Homem

(Domingo, 18.00, TV 2)

Uma das razões que mais contribuíram para tornar este filme bem famoso foi o célebre tema de Anton Karas, tocado na cítara húngara. Mas, para além dessa curiosidade, sem dúvida que o argumento de Graham Greene e a encenação de Carol Reed nos devolvem, com intensidade e *suspense*, a história deste homem estranho e escorregadio que, numa Viena dividida pelos aliados no pós-guerra, é perseguido pela polícia por causa das suas actividades de tráfico de penicilina na zona soviética. Uma fotografia de um preto-e-branco sufocante, inspirada no cinema expressionista alemão - que valeu a Robert Krasker um merecido Oscar - e uma mão cheia de cuidadíssimas interpretações, entre as quais se destacam as de Orson Welles, Joseph Cotten e Trevor Howard, justificam claramente o Grande Prémio alcançado pelo filme no Festival de Cannes de 1949. Um clássico do *filme negro*.

Objecto de Arte

(Domingo, 23.25, TV 2)

Ex-proprietário de uma plantação de cacau, algures no Terceiro Mundo (e de que uma inoportuna revolução o privou), Jake vive com a sua bela namorada Tina, ex-modelo, num grande hotel de Londres, fazendo os possíveis por adiar a inevitável situação em que todos irão reconhecer que nem um nem outro têm um tostão! É então que ambos pensam em «roubar» uma escultura de Henry Moore (o tal «objecto de arte») que o anterior companheiro da ex-

Um fotograma de «Os Ladrões do Tempo», de Terry Gilliam



-modelo lhe oferecera, para arrecadarem o dinheiro do seguro - só que alguém se tinha lembrado disso pouco tempo antes... Bem interpretada por John Malkovich e Andie MacDowell, esta sofisticada comédia com argumento de Michael Lindsay-Hogg é um momento de agradável entretenimento que ajuda a compôr a noite de Domingo.

Os Ladrões do Tempo

(Domingo, 01.05, Canal 1)

Com Ian Holm como Napoleão, John Cleese como Robin dos Bosques, Sean Connery como Agamemnon e David Warner senhor de um nariz à Nixon e como que saído de uma caricatura de David Levine - *Os Ladrões do Tempo* é uma comédia fantástica saída da pena de dois membros da trupe Monty Python, Michael Palin e Terry Gilliam, que também realizou. Um rapazinho inglês vê-se transportado no tempo por seis anões que haviam roubado o mapa dos «buracos do tempo» ao *Ser Supremo*, interpretado por Ralph Richardson... Uma brincadeira para crianças e adultos, que diverte e faz rir, e que só os responsáveis pela programação do Canal 1 perceberão o que está a fazer a esta hora da madrugada!

O Homem que Nunca Existiu

(Terça, 14.50, SIC)

Em 1943, os serviços secretos ingleses enganam os nazis através de planos falsos que escondem no cadáver de um homem. Baseado em factos reais, o filme é muito bem dirigido por Ronald Neame.

ver de um homem. Baseado em factos reais, o filme é muito bem dirigido por Ronald Neame.

Uma Família Chinesa na América

(Terça, 22.40, TV 2)

Realizado por um cineasta de Hong-Kong radicado nos EUA, este filme é um belo exemplo do cinema independente norte-americano e conta-nos a história de um casal de chineses emigrantes em Nova Iorque e dos contrastes sociais e culturais que rodeiam a sua adaptação à nova sociedade. Uma produção para a prestigiada *American Playhouse*, da televisão pública americana.

Falsa Acusação

(Quarta, 14.50, SIC)

Filme anti-racista, que provocou alguns engulhos a muito «boa gente» à época da estreia, *Falsa Acusação* conta-nos o drama de um médico negro que é falsamente acusado da morte de um dos dois feridos num assalto que são tratados no hospital onde presta serviço. Estreia de Sidney Poitier no cinema.

1492: Cristóvão Colombo

(Quarta, 22.25, Canal 1)

Tal como o outro filme dedicado a Colombo e também produzido em 1992 (*Cristóvão Colombo - A Descoberta*, realizado por John Glenn), esta nova versão das viagens do grande navegador ao serviço de Espanha deixa igualmente muito a desejar, sobretudo porque nela se repetem, mesmo que de forma diferente, as deficiências do primeiro, fruto dos inevitáveis mecanismos das superproduções de encomenda. E embora algumas sequências revelem a mão para o espectáculo, de Ridley Scott, o «tempo» do filme é insuportavelmente lento e tanto Gérard Dépardieu como Sigourney Weaver, pela falta de credibilidade com que frequentemente adornam as suas personagens, são por vezes insuportavelmente ridículos. Para esquecer.

■ Francisco Costa

Que viste tu em Hiroshima?

Como já vem sendo hábito desde há anos, a passagem do ano nas nossas televisões decorreu sob o signo da paupérrima qualidade das «emissões especiais» por todos os canais oferecidas. De que vale, então, debruçarmo-nos mais uma vez sobre aquilo que é para esquecer? Melhor nos pareceu hoje, em vez de abordarmos do ponto de vista crítico um qualquer programa com que a televisão nos tenha ontem afligido, chamar antecipadamente a atenção do leitor para algo de especialmente importante que poderá ver ou rever já amanhã à noite, na TV 2: o filme «Hiroshima, Meu Amor», realizado há três décadas e meia pelo cineasta francês Alain Resnais.

Do «documentário» ao «filme de ficção»

Ao lado do filme «O Mundo a Seus Pés» («Citizen Kane»), realizado em 1941 por Orson Welles, a obra cinematográfica que Alain Resnais realizou a partir do romance-guião de Marguerite Duras ficou a constituir, sem dúvida, um marco decisivo na evolução do moderno cinema de ficção. E a analogia que aqui se faz com o grande cineasta norte-americano é, ainda, adequada se se disser que, tal como aconteceu com este, também os primeiros passos de Resnais no cinema partem essencialmente da *praxis* e não da *análise teórica*, campo por excelência onde começaram a revelar-se os seus contemporâneos companheiros da *Nouvelle Vague* francesa, quase todos provenientes da actividade crítica na célebre revista *Cahiers du Cinéma*.

Mas são as próprias condições de produção, extremamente difíceis, que Alain Resnais vem encontrar no início da sua carreira que o levam, durante mais de dez anos, a exprimir-se cinematograficamente através do *documentário* - se se quiser, um *gênero* que mais imediatamente pode constituir um método de «abordagem da realidade» - enquanto ao mesmo tempo trabalha como chefe-montador em alguns filmes dos seus jovens companheiros, o que lhe despertou o interesse pela *montagem* - um dispositivo cinematográfico fundamental e decisivo para a «reconstrução» dessa mesma realidade. Não é de admirar, assim, que a tesoura da censura oficial ou os impedimentos à exibição dos seus filmes procurassem dominar os ímpetus do jovem cineasta. Sabe-se, por exemplo, que o documentário «Guernica» (1950), antes da sua exibição pública, foi officiosamente requisitado por 24 horas pela Embaixada de Espanha franquista em França. Segundo veio a apurar-se, a cópia tinha estado durante esse tempo em Madrid «para observação»... Um outro documentário, «Les Statues Meurent Aussi» (1953) foi proibido pela Censura e a sua interdição só foi levantada em 1965 (!). O filme - aliás, as suas duas primeiras bobinas - foi exibido mais tarde, tendo Resnais imposto a inclusão da legenda: «Cópia truncada. Não confundir com o original». Um outro caso de indirecta e clamorosa censura passou-se com o documentário «Nuit et Brouillard». Encomendado em Maio de 55 pelo Comité de História da II Guerra Mundial, foi terminado em Dezembro do mesmo ano e projectado num Festival em Berlim Ocidental (fora de competição). Julgado «inoportuno» pelo representante do Governo francês junto da Direcção do Festival de Cannes (sob a alegação de que o filme poderia desagradar aos alemães...) foi apresentado também «fora de competição» numa sessão solene, com o patrocínio da Associação dos Antigos Deportados. Em 1957, o anteprojecto de «guião» para um filme de ficção sobre o «caso Dreyfus» («L'Affaire Dreyfus») é recusado pela Comissão de Censura. Quanto a «Hiroshima, Mon Amour» - a primeira longa-metragem do realizador - ela foi igualmente considerada «inoportuna» pelos funcionários governamentais junto do Festival de Cannes (desta vez, o filme poderia desagradar aos americanos...) e o Comité do Festival (5 votos contra, 4 votos a favor) recusou a sua projecção oficial.

O simples enunciar dos filmes referentes a esta fase da carreira de Alain Resnais deixa perceber, nitidamente, algumas linhas de força que estão na base da escolha temática que o realizador fez frequentemente ao exprimir-se através do *meio filmico*: o destino do Homem, a sua responsabilidade perante a consciência da História e a necessidade de fazer despertar a memória histórica colectiva para melhor compreender as ameaças que pairam sobre a

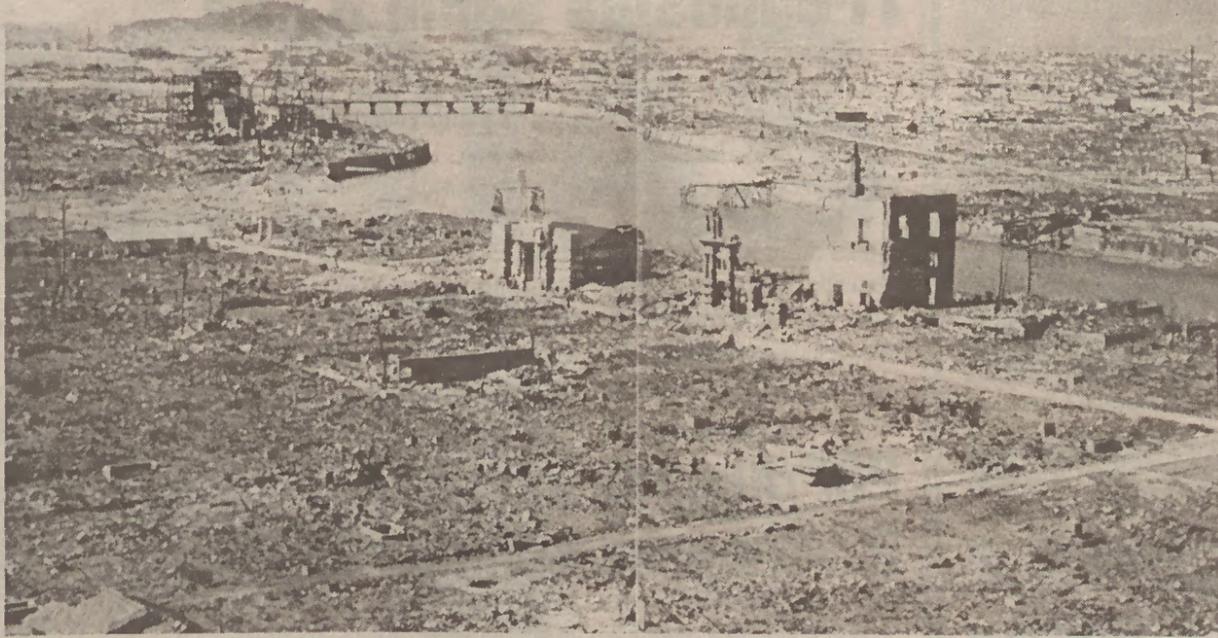
Humanidade e para, na procura de um mundo mais humano, provocar (à medida das capacidades dos «heróis» dos seus filmes) as acções correspondentes.

Da renovação da «forma» à transferência de «gênero»

Se se entender o conceito *tema*, na sua mais elevada abstracção, como uma ideia central que vai permitir desenvolver, nas fases posteriores do seu tratamento artístico, a expressão de uma mensagem humana, social e política determinada por uma dada concepção do Mundo - então, a definição do tema de «Hiroshima, Mon Amour» pode sintetizar-se de uma forma que encerra já, em si mesma, três níveis possíveis de generalização:

- a questão da guerra e da paz;
- a questão da ameaça de uma catástrofe nuclear que pesa sobre a Humanidade;
- a profunda preocupação que o Homem sente no seu íntimo acerca do próprio destino.

Para a concretização deste *tema*, o realizador tinha à sua disposição um dado *assunto*: tratava-se, em primeiro lugar, de fazer



um filme sobre a bomba atómica e as suas consequências. Sabe-se, aliás, que o filme, tal como aconteceu com muitas outras obras de Resnais, teve origem numa encomenda, neste caso feita precisamente pelos mesmos produtores de «Nuit et Brouillard». E é aqui que começava a colocar-se uma opção determinante, bem demonstrativa da honestidade intelectual do artista e das suas preocupações de rigor e seriedade ao abordar um assunto e ao definir o processo de o desenvolver.

Resnais já tinha feito um estudo poderoso sobre os campos de concentração, precisamente em «Nuit et Brouillard». E de novo se lhe deparava um assunto, igualmente poderoso, mas em relação ao tratamento do qual se corria o risco da repetição - e isto não apenas em relação a ele próprio, como *sujeito emissor*, mas também em relação ao espectador, como *sujeito receptor*. Numa palavra, ninguém ficaria porventura satisfeito com mais um documentário sobre um genocídio.

Tratava-se, então, de dar um salto qualitativo em termos de expressão cinematográfica. A partir da ideia inicial de um *documentário*, começava a germinar a ideia de avançar para um *filme de ficção*. O próximo passo seria escolher um escritor que pudesse tratar, de uma outra forma, esse mesmo assunto.

Os *dados objectivos* e *subjectivos* do assunto à disposição começavam a tornar-se claros e definidos, embora ainda desordenados e dispersos:

- a manutenção, a partir de um novo tipo de abordagem, de *elementos documentais*, mas agora no interior de um *filme de ficção*;
- a crítica amarga/satírica (talvez mesmo a autocrítica, em termos artísticos) aos perigos da *reconstituição cinematográfica*, através da inserção de uma sequência *encenada* de uma manifestação pacifista;
- o entrecruzar de subtemas múltiplos, de cariz individual e colectivo;
- os *leitomotive* caros a Resnais, como a *recordação* e o *esquecimento*, através do jogo entre os vários «níveis do tempo» (passado, presente, futuro) comprimidos no «tempo real» da acção filmica, de pouco mais de 24 horas;
- o irrealismo do *real*, a realidade do *imaginário*;
- a própria dimensão, por fim, da nossa consciência: a nossa vida, a nossa memória.



Da ideia à escrita

Chegava finalmente a fase de transmitir a estes vários dados dispersos do *assunto* uma ordem e uma coerência internas, de traduzi-los em forma de uma *história*.

E é então que surge Marguerite Duras e começa o trabalho conjunto dos co-autores e realizador:

- na criação de um *conflito psicológico*, ligado a este tema e a este assunto;
- na *metamorfose* deste último;
- na descoberta-primeira das *personagens* e dos *espaços*;
- na interpenetração e projecção dialéctica dos seus *conflitos individuais* com (e em) *conflitos de expressão universal*.

E aqui reside a novidade do empreendimento: quem tenha lido com a necessária preocupação analítica o *Guião* (com os seus comentários à margem) escrito por Duras em constante diálogo com Resnais, não pode deixar de ter sido sensível ao facto de que esse tratamento inicial veio a revelar-se determinante para a concretização prática, rigorosa e minuciosa daquilo que poderia definir-se como uma *composição arquitectural teórica* que funciona, afinal, como a explanação mais óbvia de uma *quase-pré-análise cinematográfica* e das suas várias linhas:

- definição final das *personagens* (desde o aspecto físico à sua caracterização psicológica);

- definição do *espaço da acção* (pormenores geográficos, apontamentos arquitecturais, efeitos de luz);

- *linguagem* (e várias gradações da sua utilização - entoação da voz, tom de recitação, monólogo interior);

- *arranjo de cena* (enenação, movimentação das personagens e da câmara, adereços);

- *composição dos planos* (escala, ângulos de tomadas de vistas, colocação da câmara);

- *montagem* (atrações, associações, simbologias, recordações subjectivas);

- *meios formais auditivos* (música de autor, música de cena, ruídos e sua função dramática).

No entendimento da linha coerente seguida de princípio a fim na fase de preparação, poderá então dizer-se, em síntese, que partindo da generalização do *tema* e passando pela recolha dos dados relativos ao *assunto* com vista à elaboração de uma *história*, o caminho seguido pelos autores, para escapar ao perigo da repetição de um género porventura carente de nova *informação significativa*, foi o da *renovação da forma* (neste caso, através da simples *transferência de gênero*), em ordem a obter um *objecto artístico final portador de significado*.

Perguntará agora o leitor: mas que história é que este filme, afinal, nos conta?

Tentemos ir por este caminho, possível entre tantos: «Uma francesa e um japonês encontram-se, por acaso, em Hiroshima; e tem início entre ambos uma história de paixão. No meio da sua noite de amor, o desenrolar da história é de imediato subvertido pela irrupção de imagens das consequências de um bombardeamento. Atómico. De Hiroshima. (Passamos, então, a um novo nível da história) Ela fala das suas sensações acerca do que viu em Hiroshima. Entretanto, Ele, dir-se-ia que de forma incompreensível, responde-lhe seca e repetidamente que Ela nada viu em Hiroshima... (E surge um novo nível) Já de manhã, momentos antes de Ela lhe perguntar se quer tomar café, vê-se de súbito no ecrã a imagem de uma mão e, depois, de todo o braço de um soldado... Que soldado? Porquê?»

Não procure o leitor, entretanto, ver este filme segundo os códigos da *narrativa convencional* do cinema clássico. É que o mais interessante nele é, precisamente, a configuração simultaneamente contínua e descontínua dos vários tempos e níveis da narrativa. A *continuidade* encontramos-la em tudo o que, no filme, tem a ver com os acontecimentos que se sucedem cronologicamente no presente. A *descontinuidade* encontramos-la em tudo o que nele tem a ver com os acontecimentos do passado que são recordados de forma fragmentada, não-cronológica, no presente - sem dúvida uma *nova poética* na arte da criação cinematográfica.

Aceite o desafio!

«Hiroshima, Meu Amor» (Jap./Fr.1959). Real.: Alain Resnais. Int.: Emmanuel-le Riva, Eiji Okada. PIB, 88 min. (Sexta, 23.40, TV 2)

de FOICE

Violências

A bestialidade da carga policial na Marinha Grande, no final do ano, foi o remate mais emblemático duma governação que tem vindo a dar ao país, a um ritmo quase alucinante, sucessivos sinais exteriores da mais completa incapacidade governativa.

Mais violenta que a carga policial, só mesmo a intervenção do ministro Dias Loureiro, frente às câmaras de televisão, garantindo a sua confiança no comando que ordenou o arraial de porrada a trabalhadores sem salário e sem trabalho, e manifestando a sua fé cega no discernimento de forças da ordem que velam pelo bem público agredindo, à bastonada, homens, mulheres e crianças, invadindo casas particulares, igrejas e cafés, ou fazendo das ruas de uma terra que se orgulha das suas tradições democráticas um palco digno de qualquer ditadura.

Mais violenta que a intervenção de Dias Loureiro, só mesmo a mensagem de Natal de Cavaco Silva que, com despudor capaz de fazer corar de vergonha qualquer vendedor de banha da cobra e uma hipocrisia sem paralelo, invocou o Ano Internacional da Família, que o seu governo assinalou com a retirada de direitos aos trabalhadores e às famílias, e falou do espírito de paz e amor que a data simboliza, enquanto a sua política deixava nos corpos e nas almas as marcas profundas da repressão e da opressão.

Mais violento do que tudo isto, só mesmo o silêncio comprometido e comprometedor de todo o Governo, acordado que foi o freio à bestialidade policial, face ao drama de quem vê os seus postos de trabalho, as suas legítimas aspirações a uma vida digna, a sua forma de sobrevivência, liquidados às mãos da incompetência de uma gestão que ninguém defende, estrangulados nas teias de leis feitas em Bruxelas, aplaudidas em São Bento e sofridas por todo o país. O drama da Marinha Grande, a exemplo de todos os pequenos e grandes dramas que assolam o reinado de sucesso cavaquista, agora que a peneira deixou de tapar o sol e a manta curta e rota já não esconde nenhuma miséria, é o resultado inevitável de uma política que engordou compadres ministros, compadres deputados, compadres empresários, compadres correligionários, é o fruto podre de uma política que embebedou analistas, cronistas e outros especialistas ofuscados pelas luzes efémeras da ribalta e apanhados na ilusão dourada do latão que fingiu ser ouro.

A violência, policial e política, foi e irá fazendo a sua entrada em cena até estarem reunidas todas as componentes da tragédia, para a apoteose final da catástrofe que há-de dar lugar, pensam alguns, à solução redentora.

Nesta tragicomédia, nesta farsa, neste drama em que o povo português é o actor que corre todos os riscos, sem duplos que lhe façam os saltos mortais nem insufláveis que lhe aparem as quedas, sem camarins para descansar nem ceias para retemperar forças, há encenadores e realizadores a quem o sangue e a dor, a fome e a exaustão nada importam, escondidos atrás do pano à espera do seu momento de glória. Sem mexerem um dedo para pôr fim à tragédia.

E isso é ainda o mais violento.

■ AF

Com trabalhadores a marchar para Lisboa

Pedida reunião de credores da MP Roldão

À hora do fecho da nossa edição, a agência Lusa noticiava que a Comissão de Fiscalização do processo de recuperação da empresa Manuel Pereira Roldão decidiu, em reunião realizada anteontem na Marinha Grande, pedir ao Tribunal da Marinha Grande a convocação de uma assembleia de credores daquela fábrica vidreira.

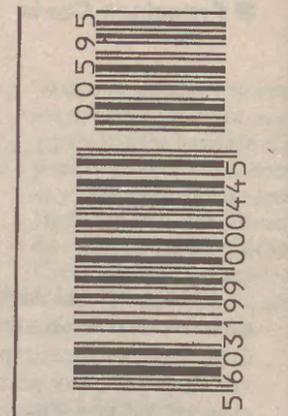
Esta decisão pode abrir caminho à recuperação da empresa pretendida pelos trabalhadores, que reivindicam a exoneração da actual administração e a sua substituição por outra.

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, Sérgio Moiteiro, "poderão aparecer propostas (na assembleia de credores) que permitam a viabilização" da empresa. Para o dirigente sindical, o pedido de convocação da assembleia de credores da MPR é a "única competência que, neste caso, pode ser usada" pela Comissão de Fiscalização.

Até à realização daquela assembleia, os trabalhadores "vão continuar a lutar pela manutenção dos seus postos de trabalho e pela viabilização da fábrica", garantiu Sérgio Moiteiro.

Os operários da MPR mantêm a convocatória para hoje, quinta-feira, de uma marcha sobre Lisboa, seguida de uma manifestação nas imediações da residência oficial do Primeiro-Ministro.

Entretanto o dirigente da CGTP-IN, Manuel Lopes, afirmou que deve ser a polícia e a Inspeção de Finanças a investigar se houve apropriação indevida de capitais da "Manuel Pereira Roldão". Manuel Lopes sustentou que a CGTP-IN garantiu que existem "indícios seguros" de que os administradores da empresa vidreira têm aumentado a sua fortuna



na pessoal à custa da empresa, mas - sublinhou - são as autoridades que devem apurar a verdade.

O dirigente sindical revelou que, em 1993 e 1994, foram atribuídos mais de 100 mil contos para formação profissional, provenientes de fundos comunitários, que não foram aplicados em qualquer acção de formação. (Ver mais noticiário na página 7.)

Amanhã, às 18 horas, junto à residência de Cavaco Freguesias saem à rua

A Associação Nacional de Freguesias promove amanhã, sexta-feira, uma jornada de protesto que terá o seu ponto alto junto à residência oficial do Primeiro-Ministro, onde decorrerá pelas 18 horas um Cântico das Janeiras, seguido de uma simbóli-

ca oferta que pretende "premiar" a política autárquica do Governo.

Provenientes de todo o País, os autarcas pretendem com esta acção expressar o seu repúdio pelo forma como o Executivo tem tratado as suas reivindicações,

nomeadamente aquilo que consideram uma atitude de desprezo da sua parte, como ficou demonstrado pelo tratamento conferido às questões suscitadas pela ANAFRE na manifestação de 25 de Outubro p.p., bem como ao conteúdo de uma petição entregue em 1991 na Assembleia da República, cujo paradeiro, imagine-se, é desconhecido, conforme sublinha em comunicado aquela estrutura representativa das freguesias.

Considerando este facto inacreditável, para a ANAFRE não deixa de ser simultaneamente significativa a postura de "completo desprezo" assumida pelo PSD na reunião que manteve com a Comissão de Poder Local em 25 de Outubro.

Na ocasião, recorda a convocatória para a manifestação de amanhã, todos os par-

tidos da oposição manifestaram a maior abertura e disponibilidade para resolverem os problemas que afectam as freguesias portuguesas, enquanto o PSD, pela voz de Silva Marques, informou que a actual maioria parlamentar não está sequer disposta a discutir os problemas destas autarquias.

A anteceder a concentração, às 18 horas, em frente à residência oficial da Cavaco Silva, uma grande caravana automóvel marcará igualmente este dia de protesto, com o seu ponto de encontro previsto para as 9 horas, no Porto (área de serviço de Antuã), após o que se seguirá um percurso que permitirá a adesão de mais autarcas na área de serviço de Pombal (às 10 horas), na área de serviço de Santarém (às 12.30) e na área de serviço de Aveiras (às 15.30).

PCP/Açores prepara 5.º Congresso Regional

Os comunistas açorianos iniciaram já os trabalhos preparatórios de debate interno e eleição de delegados com vista à realização do seu 5º Congresso Regional, marcado para os dias 4 e 5 de Fevereiro, em Ponta Delgada.

Na preparação do seu 5º Congresso os comunistas dos Açores estão a centrar os seus esforços de análise e debate à volta da ideia da necessidade de crescimento em influência, em organização e em expressão eleitoral, tal como se conclui do lema do Congresso — «Um Partido maior, para um futuro melhor».

A par de diversas outras reuniões e debates, realizaram-se já três Assembleias Plenárias para eleição de delegados, Assembleias essas que se caracterizaram por uma acentuada participação militante.

Foi o caso da Assembleia Plenária do Nordeste, realizada em 11 de Novembro p.p., que, para além de eleger os dois delegados que lhe cabiam, debateu em profundidade vários problemas sociais.

Também na ilha de S. Miguel e com largas dezenas de participantes, teve lugar, no passado dia 11 de Dezembro,

na Escola Preparatória dos Mosteiros, a Assembleia Plenária das freguesias rurais de Ponta Delgada, que para além de eleger os 3 delegados que lhe cabia, realizou uma proveitosa discussão de problemas sociais e políticos da actualidade, nomeadamente as questões da garantia salarial para a pesca artesanal e as consequências da recusa do Governo em aceitar a inclusão, no Plano de 95, de tal medida.

Em ambas as referidas Assembleias Plenárias participou o membro do Secretariado da DORAA, Mário Abrantes.

Entretanto, no passado dia 14 de Dezembro realizou-se, no Centro de Trabalho de Angra, a Assembleia Plenária da Ilha Terceira que elegeu os respectivos 5 delegados e elegeu a nova Comissão da Ilha do PCP. Nos trabalhos desta Assembleia Plenária participou o Coordenador do PCP/Açores, José Decq Mota.

Durante o mês de Janeiro, realizar-se-ão mais cerca de dez Assembleias Plenárias, em todas as ilhas, para eleição dos delegados ao 5º Congresso Regional do PCP.

Carvalhas visita sábado o Sobral de Monte Agraço

O secretário-geral do PCP desloca-se no próximo sábado ao Sobral de Monte Agraço. Pelas 12 horas, Carlos Carvalhas visita a Adega Cooperativa, participando de seguida num almoço-convívio com militantes e simpatizantes do Partido, no restaurante «Pé de Galo».

Às 14.30 horas, inicia-se no Auditório Municipal uma sessão em que intervirá, além de Carlos Carvalhas, o presidente da CM de Sobral de Monte Agraço, camarada António Bogalho.

Metalomecânica dia 10 no Vitória

Carlos Carvalhas e Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP, vão intervir no «Debate com o País» que, subordinado ao tema «Recuperar e viabilizar a metalomecânica pesada», tem lugar na próxima terça-feira, no CT Vitória, em Lisboa, a partir das 18.30 horas.